

17

cadernos temáticos CRP SP

Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**



cadernos temáticos CRP SP
***Psicologia na Assistência
Social e o enfrentamento
da desigualdade social***

São Paulo · 2016 · 1ª Edição
Conselho Regional de Psicologia SP - CRP 06



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP
Psicologia todo dia, em todo lugar.

Caderno Temático nº17 - Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social

XIV Plenário (2013-2016)

Diretoria

Presidente | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidente | Adriana Eiko Matsumoto
Secretário | José Agnaldo Gomes
Tesoureiro | Guilherme Luz Fenerich

Conselheiros

Alacir Villa Valle Cruces; Aristeu Bertelli da Silva; Bruno Simões Gonçalves; Camila Teodoro Godinho; Dario Henrique Teófilo Schezzi; Gabriela Gramkow; Graça Maria de Carvalho Camara; Gustavo de Lima Bernardes Sales; Ilana Mountian; Janaína Leslão Garcia; Joari Aparecido Soares de Carvalho; Livia Gonsalves Toledo; Luis Fernando de Oliveira Saraiva; Luiz Eduardo Valiengo Berni; Maria das Graças Mazarin de Araujo; Maria Ermínia Ciliberti; Marília Capponi; Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso; Moacyr Miniussi Bertolino Neto; Regiane Aparecida Piva; Sandra Elena Spósito; Sergio Augusto Garcia Junior; Silvio Yasui

Organização do caderno

Odette Godoy Pinheiro

Revisão ortográfica

Ricardo Ondir

Projeto gráfico e editoração

Paulo Mota | Comunicação do CRP SP

C755c Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2016. 106p.; 21x28cm. (Cadernos Temáticos CRP SP)

ISBN: 978-85-60405-43-5

1. Psicologia –Assistência Social. 2. Desigualdade Social. 3. Atuação da Psicóloga (o). 4. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Título

CDD 150.195

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Antonio de Toledo – CRB-8/8396.

Cadernos Temáticos do CRP SP

Desde 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série *Cadernos Temáticos do CRP SP*, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a vários objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orienta as ações do CRP SP, o de produzir referências para o exercício profissional de psicólogas(os); o segundo é o de identificar áreas que mereçam atenção prioritária, em função de seu reconhecimento social ou da necessidade de sua consolidação; o terceiro é o de, efetivamente, garantir voz à categoria, para que apresente suas posições e questionamentos acerca da atuação profissional, garantindo, assim, a construção coletiva de um projeto para a Psicologia que expresse a sua importância como ciência e como profissão.

Esses três objetivos articulam-se nos *Cadernos Temáticos* de maneira a apresentar resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP, que contaram com a experiência de pesquisadoras(es) e especialistas da Psicologia, para debater sobre assuntos ou temáticas variados na área. Reafirmamos o debate permanente como princípio fundamental do processo de democratização, seja para consolidar diretrizes, seja para delinear ainda mais os caminhos a serem trilhados no enfrentamento dos inúmeros desafios presentes em nossa realidade, sempre compreendendo a constituição da singularidade humana como fenômeno complexo, multideterminado e historicamente produzido. A publicação dos *Cadernos Temáticos* é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida a psicólogas(os), bem como aos diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para a profícua discussão, em diferentes lugares e de diversas maneiras, sobre a prática profissional da Psicologia.

Este é o 17º Caderno da série. O seu tema é “Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social”.

Outras temáticas e debates ainda se unirão a este conjunto, trazendo para o espaço coletivo, informações, críticas e proposições sobre temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

A divulgação deste material nas versões impressa e digital possibilita a ampla discussão, mantendo permanentemente a reflexão sobre o compromisso social de nossa profissão, reflexão para a qual convidamos a todas(os).

Os Cadernos já publicados podem ser consultados em www.crsp.org.br:

- 1 – Psicologia e preconceito racial
- 2 – Profissionais frente a situações de tortura
- 3 – A Psicologia promovendo o ECA
- 4 – A inserção da Psicologia na saúde suplementar
- 5 – Cidadania ativa na prática
- 5 – *Ciudadanía activa en la práctica*
- 6 – Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional
- 7 – Nasf – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- 8 – Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas
- 9 – Ensino da Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas
- 10 – Psicólogo Judiciário nas Questões de Família
- 11 – Psicologia e Diversidade Sexual
- 12 – Políticas de Saúde Mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas
- 13 – Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade
- 14 – Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia
- 15 – Centros de Convivência e Cooperativa
- 16 – Psicologia e Segurança Pública

Sumário

07	APRESENTAÇÃO
	ABERTURA – Órgãos e movimentos sociais convidados
08	<i>Joari Aparecido Soares de Carvalho</i>
09	<i>Elisa Zaneratto Rosa</i>
11	<i>Maria Aparecida Neri da Silva</i>
12	<i>Telma Sandro Augusto de Souza</i>
13	<i>Naiara Carneiro Teixeira</i>
14	<i>Wanderley Aparecido Turine</i>
15	<i>Magali Pereira Gonçalves Costado Basili</i>
17	<i>Valéria Cristina Lopes Princz</i>
18	<i>Ghislaine Gliossi da Silva</i>
19	<i>Marina Amadeu Batista Bragante</i>
20	<i>Joari Aparecido Soares de Carvalho</i>
	CONFERÊNCIA DE ABERTURA
21	<i>Vinícius Cesca de Lima</i>
22	<i>Bader Burihan Sawaia</i>
28	<i>Sílvio José Benelli</i>
35	Debates
37	Respostas dos conferencistas e considerações finais
	PAINEL - DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA VALORIZAR O TRABALHO SOCIAL, QUALIFICAR OS SERVIÇOS OFERTADOS E EFETIVAR O SUAS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE GARANTIA DE DIREITOS.
42	<i>Joari Aparecido Soares de Carvalho</i>
44	<i>Maria Izabel Cunha Soares</i>
47	<i>Stela da Silva Ferreira</i>
53	<i>Gervison Marcos Melão Monteiro</i>
56	<i>Anderson Lopes</i>
60	Debates

OFICINAS – SÍNTESES SOBRE OS TEMAS DESENVOLVIDOS

- 69** 1. A psicologia e práticas de acompanhamento familiar e individual na Assistência Social
- 71** 2. Contribuições da psicologia nos setores de planejamento e na gestão da Política de Assistência Social
- 72** 3. Controle social, a importância da participação social dos trabalhadores
- 74** 4. Desenvolvimento humano e psicologia na garantia de direitos a benefícios eventuais e a programas de transferência de renda
- 75** 5. O serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências: o que é preciso saber sobre o papel da Assistência Social para atuar, garantir direitos e superar imprevistos
- 77** 6. Práticas alternativas à institucionalização no SUAS e a promoção da convivência familiar e comunitária
- 78** 7. Produção de documentos escritos por psicólogas(os) na Assistência Social
- 79** 8. A inserção e o papel do prontuário SUAS nas unidades de CRAS e CREAS: consolidando o SUAS
- 81** 9. Inserção e atuação dos psicólogos no SUAS: possibilidades e impasses
- 83** 10. A psicologia nas medidas socioeducativas em meio aberto
- 85** 11. Psicologia em serviços de acolhimento para pessoas idosas
- 87** 12. Acolhimento e atendimento socioassistencial a pessoas e a famílias com demandas sobre álcool e outras drogas
- 89** 13. Contribuições da psicologia em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes
- 90** 14. Enfrentamento da violência e da desigualdade de gênero, proteção social e defesa de direitos no SUAS
- 91** 15. Enfrentamento do racismo, proteção social e defesa dos direitos no SUAS
- 92** 16. O direito de pessoas com deficiência: o atendimento e o acolhimento na rede socioassistencial
- 94** 17. Trabalho em equipe multiprofissional e a concepção de interdisciplinaridade
- 96** 18. Trabalho em rede e intersetorialidade na Assistência Social
- 98** LEVANTAMENTO SOBRE PSICÓLOGAS(OS) QUE ATUAM NA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
- 105** ANEXO – Propostas para a X Conferência Nacional de Assistência Social e suas etapas preparatórias

Apresentação

Núcleo sobre Assistência Social do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP SP

Os primeiros 10 anos (2005-2015) de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS como modelo de organização da Política Nacional de Assistência Social são um marco reconhecido para as políticas sociais para o enfrentamento da desigualdade e a garantia de direitos. Esse marco requer uma avaliação crítica e coletiva por parte das categorias profissionais que materializam o SUAS cotidianamente. Trata-se de refletir sobre contribuições e desafios concretos da Psicologia como ciência e profissão, em contextos de equipes multiprofissionais sob a perspectiva interdisciplinar, para a efetivação com qualidade das ofertas socioassistenciais de serviços, programas, projetos, benefícios e transferências de renda, bem como da defesa de direitos e da vigilância sobre riscos de proteção e cobertura de atendimento, na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, em Cras, Creas, Centros POP, nos diversos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, nos diversos Serviços de Acolhimento Institucional, nos Serviços de Abordagem Social, nos Serviços de Atendimento em Domicílio, nos Serviços de Proteção em Situações de Calamidade, em funções de Vigilância Socioassistencial, Planejamento e Controle Social e entre outras unidades socioassistenciais.

As contribuições políticas, éticas e técnicas da Psicologia para a Política de Assistência Social tiveram de se ampliar, diversificar e atualizar simultaneamente com a maior cobertura de populações e as novas exigências e formas do trabalho social a serem organizadas e ofertadas. Restam antigos e emergiram novos desafios a serem enfrentados e superados por trabalhadoras(es), pessoas usuárias dos serviços, conselheiras(os), gestoras(es),

pesquisadoras(es) e movimentos sociais, como o protagonismo e a participação das pessoas usuárias; a gestão colegiada do trabalho; a qualidade dos serviços a serem prestados e as condições de trabalho para tanto; a educação permanente; o controle social participativo e efetivo; a resolutividade dos atendimentos e dos acompanhamentos; a superação de assistencialismos, trocas de favores, *primeiro-damismos* e outros desvios do caráter público da Política de Assistência Social; a fragilidade dos instrumentos legais e das fontes de financiamento insuficientes; bem como, sobretudo, a visão hegemonicamente moralista sobre as desigualdades sociais.

O 3º Seminário Estadual sobre Psicologia e Assistência Social em São Paulo reuniu diversos(as) personagens da Política da Assistência Social, em oficinas sobre questões presentes na prática cotidiana do trabalho, um painel sobre grandes desafios estruturantes para a efetivação da política e conferência acadêmica para aprofundar em conjunto com o campo da pesquisa as bases conceituais que sustentam a ação e a reflexão da Psicologia na Assistência Social para o enfrentamento da desigualdade social.

O propósito principal do seminário foi realizar em conjunto uma avaliação qualificada sobre a trajetória percorrida, promover intercâmbios, diálogos e debates para instrumentalizar a categoria sobre problemas práticos e cotidianos nos serviços e para construir propostas visando reafirmar, redirecionar ou mesmo recriar objetivos e caminhos da Política de Assistência Social, não só tratando da Psicologia na Política de Assistência Social, mas também da Política de Assistência Social na Psicologia. 🌱

Abertura

Órgãos e movimentos sociais convidados

Joari Aparecido Soares de Carvalho

O 3º Seminário Estadual Sobre Psicologia e Assistência Social em São Paulo reunirá diversos atores da Política de Assistência Social em oficinas, um painel e uma conferência acadêmica, para realizarmos em conjunto uma avaliação qualificada sobre a trajetória percorrida, promovemos intercâmbios e debates para o enfrentamento de problemas práticos e cotidianos nos serviços, bem como para a construção de propostas para a reafirmação, o redirecionamento, ou renovação dos objetivos e dos caminhos da Assistência Social e da presença da psicologia nesta política. *Dez anos do Sistema Único de Assistência Social, contribuições e desafios da psicologia para o enfrentamento da desigualdade social* é o tema do nosso seminário. Agradeço a todas e a todos pela presença e passo a palavra à conselheira Elisa Zaneratto Rosa. 🌍

Elisa Zaneratto Rosa

Presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Gostaria de cumprimentar todos que comigo dividem esta mesa, gostaria de cumprimentar as psicólogas que aqui estão, estudantes de psicologia, gestores da Política de Assistência Social, outros trabalhadores, usuários desse sistema. São muitos que devem estar dividindo conosco esse espaço e aceitando o convite para este seminário. Em nome do CRP São Paulo, estamos abrindo este seminário com muita satisfação. É muito bom ter este auditório cheio, é muito positivo o acolhimento que teve este seminário por parte da categoria de psicólogas e psicólogos, e ele indica para nós algo fundamental. A nossa satisfação, na verdade, é ver a psicologia comprometida com a questão da desigualdade social. Isso representa um redirecionamento, isso marca uma transformação da psicologia na sua trajetória histórica e apresenta, portanto, à nossa categoria a questão da desigualdade social, que é talvez a questão social central que o Brasil enfrenta hoje. Então, temos aí um conjunto de psicólogas e de psicólogos, trabalhadores do SUAS ou estudantes, ou trabalhadores de outras políticas públicas, que querem acompanhar este debate, o que representa para nós uma conquista do ponto de vista da trajetória histórica da psicologia. Reconhecemos que, na medida em que a sociedade brasileira avançou na construção e na efetivação de políticas públicas de garantia de direitos, a própria psicologia se transformou. Somos uma categoria profissional que aceitou o desafio de contribuir para a formulação dessas políticas, na medida em que nos posicionamos

na luta por direitos, por direitos sociais, por direitos humanos. Na medida em que fomos ganhando reconhecimento nessa trajetória, fomos cada vez mais inseridos nessas políticas públicas. E a inserção do cotidiano do trabalho nessas políticas produz também uma transformação cotidiana do nosso fazer profissional, das nossas referências de atuação, das nossas tecnologias de intervenção enquanto categoria profissional. Penso que quando comemoramos 10 anos de Sistema Único de Assistência Social no Brasil, temos a alegria de ser esta a segunda política pública que mais emprega psicólogas e psicólogos em todo o Brasil e temos a satisfação, portanto, de ter um reconhecimento e uma legitimidade nessa política, mas sobretudo uma satisfação de a partir disso, a partir desse lugar conquistado, podermos nos debruçar sobre as questões que estão postas para que avance esse Sistema Único de Assistência Social. Nós queremos olhar para os desafios, que estão colocados, que ainda existem, para que essa política pública se efetive, e entendemos que enquanto profissionais implicados com essa política, trabalhadores dessa política pública, nós temos que discutir essas questões a partir da nossa atuação profissional, a partir dos espaços de controle social das políticas públicas, a partir do diálogo e do reconhecimento do protagonismo com os usuários dos serviços, com a sociedade com a qual trabalhamos, e a partir desse debate, então, apontar direções, apontar caminhos, fazer avançar essa política pública. Esperamos que esses dois dias de encontro, se-

jam dias em que reunidos como trabalhadores, reunidos como pessoas, cidadãos implicados com a construção dessa política pública, possamos colocar em análise as nossas práticas e, portanto, construir diretrizes comprometidas com o avanço do SUAS que todos nós queremos e que a sociedade brasileira precisa neste momento. E gostaria de marcar nosso agradecimento, nosso reconhecimento ao coletivo, que no CRP São Paulo, tem trabalhado com a questão da psicologia na sua relação com as políticas públicas de Assistência Social, de agradecer ao núcleo de assistencial social do CRP São Paulo, na pessoa do Joarri, seu coordenador que aqui está, não só pela organização deste seminário, mas por todo trabalho militante e atento que tem feito em relação às necessidades do SUAS,

a cada movimento, a cada passo que precisamos dar em diálogo com outros trabalhadores, com os movimentos sociais, com o campo do controle social. Gostaria de fazer esse reconhecimento aqui publicamente, e gostaria também, desde já, agradecer a UNIP pela parceria e pela possibilidade de podermos ter esse espaço mais ampliado do que a nossa casa, e ter essa como uma casa também para a qual o CRP São Paulo pode trazer, convidar as psicólogas e os psicólogos, para construção de mais um grande seminário. Espero que tenhamos um bom debate nestes dois dias, e que ele contribua para fazer avançar essa política pública tão cara para o enfrentamento da questão da desigualdade social no nosso país. Gostaria de passar a palavra aos colegas que compõem a mesa. 🙏

Maria Aparecida Neri da Silva

Conselheira do segmento de trabalhadores do Conselho Municipal de Assistência Social do Estado de São Paulo.

Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o CRP pelo convite, e colocar que são muito importantes essas discussões para que possamos avançar para um SUAS que atenda efetivamente os nossos usuários. Nós avançamos muito nestes 10 anos, e a participação da psicologia no SUAS é, sem dúvida, muito importante, é essencial, pois é um olhar diferente, e a nossa sociedade, nossos usuários, precisam disso. Só que ainda precisamos avançar muito. Avançar nos direitos desses usuários, avançar nos direitos dos nossos trabalhadores que ainda vivem, ainda enfrentam dificuldades. Este espaço é ideal para que possamos conversar, dialogar e ampliar as nossas discussões, trazer as nossas angústias, pensar melhoras, para que possamos avançar. O Conselho Municipal de Assistência Social está aberto para estar junto, discutindo. Porque é só junto (conselho, secretaria, usuários, trabalha-

dores) que vamos conseguir avançar. Isso é extremamente importante para que possamos realmente efetivar, para que possamos discutir talvez nos próximos 10 anos com mais unidade. Estamos abertos para conversar, para estar participando sempre. O conselho está disposto a estar sempre junto, e as demandas que saírem daqui, vou levar para lá, para que sejam discutidas, para que possamos pensar juntos numa ampliação, para que possamos atender melhor os nossos usuários e garantir um local de trabalho e possamos efetivar o que esses trabalhadores, o que esses psicólogos propõem. Tivemos muitos avanços, mas é necessário avançar ainda mais. Para que esses trabalhadores consigam dar o seu melhor, precisamos de uma política melhor, ou seja, ela é muito bonita, ela é muito linda, mas ela precisa realmente ser efetivada na sua essência. Muito obrigada e que tenhamos um bom trabalho no dia de hoje. 🌍

Coordenadora da frente parlamentar estadual em defesa do (SUAS) em São Paulo.

Meu bom dia a todos, a todas, meus cumprimentos à mesa. Queria falar que dificilmente estou numa mesa onde nós mulheres somos majoritárias, e eu queria uma salva de palmas, porque nós estamos no mês da mulher, e o meu companheiro aqui vai ter que fazer das tripas coração, para poder resistir no meio de nós todas. Em primeiro lugar, muito obrigada pelo convite. E a minha saudação é no seguinte sentido, no Estado de São Paulo, nós temos uma lacuna imperdoável que precisa ser corrigida, muito rapidamente, na nossa constituição. A Constituição do Estado de São Paulo define a Assistência Social usando o critério de promoção social e de assistência pura, exclusivamente. E nós, assistentes sociais, psicólogas professoras, enfermeiras, que trabalhamos com todas as atividades correlatas, com a franja mais deserdada da sociedade, precisamos definitivamente ter na nossa carta magna a informação de que Assistência Social é direito do ser humano e dever do Estado. Isso precisa estar colocado com clareza na nossa lei, senão vamos ficar presos ao assistencialismo, ao *primeiro-damismo*, por mais gentil que seja a primeira-dama de um lugar. Assistência social é muito mais do que isso. Assistência social é o exercício pleno da cidadania, e os CRAS e os CREAS não conseguem dar conta de tudo que têm que fazer, à medida que não temos até agora uma lei maior que possa estabelecer essa multifuncionalidade que tem que existir para podermos fazer cumprir o direito ao cuidado, ao aconchego, a tudo aquilo que nos foi mostrado no início da nossa sessão. Por isso, há dois anos e meio, temos um grupo de trabalho na assembleia, para fazer com que a lei seja mudada. Ela precisa ser mudada. É o único Estado no Brasil que não tem essa compreensão do significado de Assistência Social, mesmo com 10 anos de SUAS e mesmo com as leis federais. Isso significa que o Estado não terá acesso a todos os envoltórios e à capilaridade para transferência de recursos. Quis a vida

que eu não me tornasse deputada nesta última eleição. Faltaram dois mil votos. Como eu tenho 35 anos de vida pública, e tenho uma experiência, a maior foi quando fui prefeita de Santos, quero informar para vocês que eu sou bruxa, e logo, logo, vou estar de volta lá antes de completar este mandato. Quero terminar a minha fala dizendo o seguinte. Nós conseguimos fazer a votação em primeiro turno, da PEC¹. A PEC é uma proposta de emenda constitucional, e nós já passamos em primeiro turno, falta mais uma votação. O fato de eu não ter o mandato não significa que vocês não tenham me dado autoridade para continuar fazendo essa luta. Estamos para fazer a segunda votação, e mais ainda, estamos pedindo uma sugestão dos trabalhadores do setor, para fazermos uma reunião com o secretário atual, para mostrarmos as razões de querer a votação dessa lei o quanto antes. Fizemos, em dois anos e meio de discussão, o máximo que pudemos. Entendemos que à medida que cada um, cada uma vem para essa luta, é mais um usuário que está protegido, é mais um direito que é respeitado, e é principalmente mais uma possibilidade de construir uma sociedade mais justa, mais igualitária. Nós somos essenciais, as nossas profissões são essenciais nessa caminhada. Peço a vocês que entrem no site do FETSUAS, onde está a íntegra da nossa legislação, da PEC que foi construída basicamente com as nossas ideias e com a redação da Aldaíza Sposati, conhecida por todos nós. E termino dizendo da necessidade de as pessoas contarem com um Estado de direito transparente, tranquilo, sem protecionismos antiquados, para que possamos efetivamente construir um futuro melhor para nós, para os nossos filhos e, no meu caso, para os nossos netos. 🌱

1 Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014 (PEC 04/14), Dá nova redação à Seção III do Capítulo II do Título VII da Constituição do Estado, que dispõe sobre a Assistência Social.

Naiara Carneiro Teixeira

Coordenadora do Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social em São Paulo (FETSUAS-SP)

Bom dia a todos e a todas. Quero primeiro parabenizar o CRP, pelo evento que celebra os 10 anos do SUAS, os 10 anos da política nacional, e queria, como coordenadora do Fórum Estadual de Trabalhadores, parabenizar especialmente o trabalhador Joari Aparecido Soares de Carvalho, que é um dos fundadores do Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS em São Paulo, e tem uma dedicação incrível e especial. Deixo aqui meu agradecimento e parabéns pelo evento. O Fórum é um movimento social dos trabalhadores dessa política, existe desde 2011, e através desse espaço queremos mobilizar os trabalhadores e os usuários, enfim, todos os envolvidos com essa política, para tentar intervir, ter uma atuação mais participativa, na construção e consolidação de um SUAS mais democrático, que ouça as pessoas, que ouça os usuários, e especialmente ouça e respeite e valorize os seus trabalhadores. Afinal de contas são esses trabalhadores a força motriz do sistema. E esses trabalhadores precisam ser reconhecidos e valorizados. Sabemos que as coisas são

bem difíceis, e precisamos da mobilização desses trabalhadores, pois tem que partir também desses trabalhadores a defesa e a concretização desse sistema. Acho que só a mobilização é que vai trazer frutos para consolidar e concretizar essa política que traz um caminho talvez mais seguro para combatermos a desigualdade social. Fórum estadual é uma instância estadual, mas trabalhamos para que existam fóruns municipais, e queremos que os trabalhadores locais se mobilizem. Estamos sempre à disposição para auxiliar, para apoiar essa mobilização e acho que esse é o papel do Fórum. Quero agradecer ao CRP e às demais entidades que fazem parte da coordenação deste Fórum, eu acho que sem isso não seria possível avançar o tanto que avançamos, as mobilizações que fizemos. E o CRP tem uma contribuição importante. No Estado de São Paulo são quase seis mil psicólogos trabalhadores do SUAS e o CRP tem dado um apoio técnico, crítico e político fundamental para esse sistema. Parabéns pelos 10 anos do SUAS e que a gente tenha muitos 10 anos pela frente. Obrigada. 🙏

Bom dia. O vídeo que nós vimos há pouco nos diz que mais do que qualquer análise de conjuntura, em qualquer situação com que nos deparamos na nossa vida, se não formos iluminados pela teoria, indo direto para a prática, pouco vamos fazer nessa missão que temos neste mundo. O Fórum de Assistência Social é um dos segmentos que tenta fazer alguma coisa para que essa ação efetiva na área social aconteça. O Fórum existe há 22 anos. Nós temos um encontro mensal, e esse encontro articula as organizações sociais, trabalhadores e usuários. A finalidade é justamente a luta pelas políticas públicas, com a visão da Assistência Social. E muito temos que fazer, são muitos desafios. No momento atual temos o chamado marco regulatório, que vai definir muitas regras a partir do dia 1º de agosto. Qual é o papel que as organizações sociais têm diante desse marco regulatório? Será que o Estado vai continuar usando a chibatada, em relação à sociedade civil? Ou nós vamos começar a ser ouvidos? Os trabalhadores que têm um papel fundamental nessa vida, na missão das organizações e, sobretudo, no atender, no entender esse ser humano com que nós nos deparamos do 0 até os 90, 100 anos, seja da baixa, seja da alta vulnerabilidade social. São questões com as quais o Fórum de Assistência Social tem se defrontado. Toda segunda-feira nos encontramos na câmara dos vereadores, mas nós também temos os polos regionais, cujas questões

acabam chegando à central para debatermos. Toda essa introdução me reporta a 10, quase 11 anos atrás. Alguém que faz parte aqui dessa plenária esteve em Brasília, em setembro de 2004. Nessa ocasião eu fazia parte do Conselho Municipal de Assistência Social e, como representante desse conselho, participei da implantação do SUAS. Em 2005, víamos aquela criança nascer e hoje ela está com 10 anos, e merece todos os cuidados, porque ela já andou, já falou, mas tem muito que desenvolver. Vocês da área da psicologia, como conhecem o desenvolvimento humano, entendem o quanto já se conquistou. Mas muito tem que ser conquistado e superado. O papel dos psicólogos é um papel fundamental para que isso aconteça, para que a gente tenha mais vida. O SUAS é para aqueles que mais precisam, e nós, enquanto trabalhadores, enquanto usuários, temos que gerar vida, porque sem isso nós vamos passar por este mundo e essa brecha vai ficar. E olhando aqui, deparando com as cabeças, com os corações de cada um de vocês, penso o quanto já fizeram e ainda estão por fazer, na sua missão pessoal, na sua missão coletiva. Nós acreditamos que este seminário vai proporcionar, vai provocar algumas questões que devem ser repensadas, e pedimos a Deus que isso aconteça. Parabéns a CRP pelo seminário e parabéns pela acolhida aqui da universidade, e dois dias bastante felizes e de bastante produção. Muito obrigado. 🙏

Magali Pereira Gonçalves Costado Basili

*Sexecutiva da Frente Paulista dos Dirigentes Públicos
Municipais de Assistência Social.*

Bom dia a todos, bom dia a todas, é uma alegria imensa ver este auditório repleto de pessoas interessadas nessa política pública tão importante. Quero aqui agradecer ao conselho pelo convite e parabenizar pela iniciativa. Quero aqui também cumprimentar os meus colegas de mesa, e cumprimento Marina que está representando o secretário estadual Floriano Pesaro. Nós da Assistência Social estamos vivendo momentos de muita alegria, com relação ao Estado, porque o Estado de São Paulo passou por momento difíceis, e hoje nós temos a frente como operador do SUAS uma pessoa que realmente vivencia a nossa política. Essa é uma política muito nova, pois como disse o meu antecessor, o SUAS só tem 10 anos, ou seja, nasceu há 10 anos, porém ele vem sendo pensado há mais tempo. Nesses 10 anos a gente percebe que ele já está robusto, nós já temos legislação, ele já se transformou num sistema, e nós já temos profissionais reconhecidos pela lei. O psicólogo é um profissional do SUAS reconhecido pela lei, o advogado é um profissional do (SUAS) reconhecido pela lei, o pedagogo e tantos outros estão na resolução. Agora, que se passaram 10 anos, que nós estamos conferindo tudo aquilo que foi construído por todos nós, nós temos que planejar, e planejar com o pé no chão. E esse planejamento não pode ser feito de forma individual. Ele não pode ser feito por um único profissional, ele tem que ser feito por muitas profissões. E para que ele seja feito por muitas profissões, é necessário que haja o reconhecimento de cada um de nós, e cada um de nós saiba por que estamos nessa

política, para que viemos. É necessário nós conhecermos realmente essa política. É necessário que a academia esteja presente, A academia deve estar conversando constantemente com a gestão, para que a gente possa fazer uma troca de conhecimentos, uma troca de saberes, pois sentimos uma dificuldade muito grande na organização das prefeituras. Mas não adianta nós só tratarmos dessa questão no banco de escola. Nós fazemos a discussão da política dentro da porta fechada, dentro do CRAS, dentro do CREAS, nós fazemos a discussão lá nas mesas de negociação da CIB, da CIT, das quais participamos enquanto representantes dos municípios, mas não temos a percepção de chegar lá na ponta, e termos a afinidade de tratar com aquela população tão deserdada, que precisa do nosso trabalho. Fazemos parte do COEGEMAS, que é o Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social, e fizemos um acompanhamento dos 645 municípios do Estado. E fazemos parte também do CONGEMAS, que é o colegiado nacional. Neste Brasil imenso, nós temos as mais variadas demandas territoriais, as mais diversas populações, as mais diversas culturas, e nós temos um único sistema, e esse sistema tem que ser implantando desde lá de cima no município do Acre, até lá embaixo no Sul. No próprio Estado de São Paulo nós temos diferenças enormes. Mas nós temos que implantar esse sistema. E para isso nós temos que dialogar muito, temos que conversar muito. Tivemos nesta semana o encontro de gestores do Sudeste, onde o tema foi a implementação do SUAS, na prática

cotidiana da gestão pública, porque aí está a nossa grande dificuldade. E eu gostaria de deixar esse desafio, de pensarmos muito nisso. Nós temos diversos problemas na gestão como um todo, nós temos um pacto federativo que ainda não é cumprido. E isso acaba criando muitas vezes um clientelismo, não só na área da assistência, mas em todas as áreas em que os recursos municipais são levados para a esfera federal, e aí o município é obrigado a pedir pelo amor de Deus para que esse recurso volte para ele. Como é que nós implantamos uma política pública se nós não temos recurso financeiro? Nós temos hoje a NOB-RH, que nos facilita, nos direciona, mas temos que pensar nas estruturas dos municípios, na legislação municipal. Nós abrimos um con-

curso público para psicólogo nos municípios em geral. E aí o psicólogo faz a prova, com foco na psicanálise, normalmente é assim, e vai trabalhar no CRAS e no CREAS, ou vai trabalhar em Educação. Então são muitos desafios que nós temos que pensar, eu não vou me estender, porque é muito difícil falar do (SUAS) e falar pouco. Porque é uma política que vibra no nosso coração. Mas eu desejo então a todos vocês um dia de muito trabalho, de muita reflexão, e que ao saírem daqui amanhã, vocês possam ter propostas efetivas para levar para a Conferência Nacional de Assistência Social, que acontecerá em dezembro, para brigar e que a gente possa colaborar na construção dessa política. Agradeço a todos e um bom dia. 🙏

Valéria Cristina Lopes Princz

Secretária geral do Sindicato dos Psicólogos
do Estado de São Paulo

Bom dia a todos e a todas. É com muito prazer que participo desta mesa. O Sindicato dos Psicólogos vem a cada dia procurando estar nos espaços onde a gente se depara com trabalhadores e com muitos de seus problemas. Temos observado que o trabalhador da Assistência Social ainda tem dificuldade de se identificar enquanto trabalhador do SUAS, mas que, a gente percebe que espaços como esse fazem com que a gente acabe se identificando cada vez mais com o sistema. Eu acho que esses espaços fazem com que, de fato, a gente reflita sobre qual é o papel do psicólogo na Assistência Social. Ainda tem algumas questões que precisam ser trabalhadas, a gente percebe que nos equipamentos ainda tem aquela coisa do assistente social estar no primeiro plano, embora eu avalie, até falo por mim, que sou trabalhadora do SUAS e trabalho com as assistentes sociais, que o SUAS é uma política que faz com que de fato a gente tenha que trabalhar com outras categorias. Nós psicólogos conseguimos fazer um bom trabalho com outros profissionais dentro da Assistência Social. Porque de fato nós temos que trabalhar com assistência, trabalhar com a previdência, trabalhar com a Saúde, não esquecer jamais a Educação, trabalhar com

a moradia. Isso tem feito com que o psicólogo cada vez mais se aprimore, cada vez mais busque informação, e cada vez mais saia dos seus redutos. Temos tido trabalhos muito interessantes, e que, e o próprio CRP tem cada vez mais valorizado. Percebemos isso na Mostra de Psicologia, a proposta dos vídeos, e o quanto que tudo isso nos estimula enquanto profissional para cada vez mais desenvolver práticas diferenciadas e que de fato valorizem o trabalhador, valorize o usuário, e que a gente consiga de fato dar protagonismo ao usuário. Temos participado das instâncias de controle social, estamos nas conferências, nos fóruns, e acho que isso faz com que a gente comece a agregar mais profissionais. O sindicato tem como cerne a defesa dos trabalhadores. E uma das coisas pelas quais temos batalhado é pela instalação das mesas de negociação do SUAS. Tem isso e é efetivo no SUS, mas ainda no SUAS, estamos caminhando. E por último quero informar que o Sindicato dos Psicólogos está produzindo um vídeo, o quinto de série A **Nau dos Insensatos**, sobre Assistência Social e Economia Solidária, que vale a pena conhecer. Agradeço a oportunidade e que nós tenhamos dois dias de muita discussão e aproveitamento. 🇧🇷

Obrigada Elisa, obrigada plateia, obrigada a todos aqui presentes. A Universidade Paulista se sente muito satisfeita de ter sido procurada pelo CRP para que este evento fosse realizado aqui. Eu diria para vocês, como coordenadora geral de 26 cursos de psicologia da Universidade Paulista, mais ou menos 26 mil alunos, por todo Estado de São Paulo e fora do Estado de São Paulo, em Brasília, Goiânia e Manaus, eu diria a vocês que tudo começa, na carteira, na sala de aula. Tanto para o psicólogo quanto para o assistente social. Também sou diretora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Paulista. E tenho sob a minha responsabilidade, com os coordenadores de curso, os professores e os alunos, da formação de psicólogos, de assistentes sociais e de pedagogos. E juntos, temos feito esse trabalho, que tem que começar na sala de aula, para que possa existir o SUAS, porque, senão, a guerra pelo saber, pelo fazer, continuará dentro do SUAS. Como o psicólogo fala de psicanálise, o assistente social só fala de Marx. Se isso não começar na semente, naquele primeiro ano dos bancos escolares do universitário, isso vai continuar e não haverá política pública. Porque o egocentrismo de cada profissional impedirá que isso aconteça. Nós hoje, dentro da Universidade Paulista, em cada instituto, e eu represento aqui o Instituto de Ciências Humanas, nós fazemos junções de disciplinas afins. Então alunos de primeiro ano de psicologia, de serviço social, de pedagogia, de secretariado executivo, de turismo, de hotelaria, todos sentam juntos pelo menos em uma disciplina em cada semestre letivo. Nós chamamos aqui na Universidade Paulista, de disciplinas de junção. E nesse seminário, que é mais do que uma aula, onde estamos ora com estudantes de psicologia, estudantes de serviço social, estudante de pedagogia, de secretariado ou de turismo, debatemos o homem, a pessoa, a comunidade, o grupo. E faço questão aqui, neste momento, para ser breve, de me posicionar. Antes e durante a década de 1970, fui conselheira do CRP. Trabalhei com a Ana Bock, para criar o

estatuto da ABEP (Associação Brasileira de Ensino em Psicologia), e acredito que com o CRP, ABEP e os bancos universitários, nós podemos ter o SUAS ou políticas públicas. E faço questão de ler aqui um trecho da dissertação de mestrado da vice-reitora de graduação da UNIP, a doutora Marília Ancona-Lopez, que fez um estudo sobre as clínicas psicológicas. E vou ler um trechinho da conclusão dessa tese que é de 1981. “Conclui-se que as clínicas não preenchem suas funções sociais. Atender às necessidades da população que as procura e atuar como agentes de modificação social. São utilizadas para atender às necessidades do sistema que individualiza problemas sociais. Os conflitos decorrentes dessa utilização são agravados por problemas técnicos, teóricos, de identidade profissional e estabelecimento do campo de competência do psicólogo. Diante desses conflitos, as instituições e profissionais adotam posturas defensivas que se refletem em problemas de organização e isolamento.” Nessa época, a doutora Marília Ancona-Lopez ocupava o cargo que eu ocupo hoje. Hoje ela é a vice-reitora de graduação da Universidade Paulista. Recentemente, no campus da Universidade Paulista de Araçatuba, nós tivemos um problema sério com o SUAS. A procuradoria do Estado nos procurou em razão do não atendimento pelo SUAS de 350 crianças e jovens que estavam sem atendimento há 1, 2, 3 anos e tinham sido encaminhados por diversas outras instituições, outros profissionais ou até escolas. E a UNIP foi procurada e fizemos um plantão psicológico de agosto a dezembro de 2014 e atendemos as 350 pendências do CRAS ou do SUAS, por nós todos, psicologia e serviço social, alunos estudantes do oitavo semestre, nono semestre, décimo semestre de psicologia e de serviço social. Bom, espero que este seminário seja frutífero para aquelas pessoas que nos procuram, para que a psicologia pela qual eu luto há 40 anos... Luto pelos grupos e comunidades da nossa sociedade por um atendimento coerente e não individualizante. 🌱

Marina Amadeu Batista Bragante

Coordenadora de gestão estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, representante do secretário de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo Floriano Pesaro.

Obrigada. Bom dia a todas e a todos, bom dia aos colegas da mesa. O secretário Floriano pediu que eu viesse representá-lo neste evento e para mim foi um pedido bem especial, porque foi sobre a batuta dele na Secretaria Municipal de Assistência que eu comecei o meu trabalho no SUAS há 10 anos. Fui trabalhar na Secretaria de Assistência, fruto de um trabalho que fiz no CRP no Banco Social de Serviços em Psicologia, que foi o início do CREPOP. Então, acho que temos um caminho pessoal e um caminho também no SUAS e vamos trabalhar bastante nesses próximos dias. Na última semana, sentamos na secretaria com as psicólogas e com o secretário, para pensar a fala dele aqui. Como homem público que ele é, esteve em Brasília há uns 20 dias como deputado federal, votando naquela ocasião o PL que propunha as 30 horas para os psicólogos, votando contra o adiamento da proposta. E acho que cabe aqui pensarmos que talvez seja essa uma luta que pode nos aproximar das assistentes sociais, para aprender como se conquista esse direito. Agora temos o desafio de conseguir tra-

çar objetivos comuns e conhecimentos com olhares distintos. A psicologia compreende o homem como um ser social por natureza, que aprende a ser nas relações com outros indivíduos e ao se apropriar da realidade em que vive. Sendo assim, a gente entende a contribuição da psicologia para o (SUAS), que ela também reside na possibilidade de encontrar novos caminhos e novas formas de interação. O trabalho do psicólogo é peça chave no empoderamento e na superação da vulnerabilidade e da violência. Aproveito também para provocar, assim como a professora, a academia, porque acho que fica aqui uma reflexão de como formamos os nossos alunos no espaço clínico, mas não só nesse. Temos aí também um bom tema para discussão nos próximos dias. Finalmente, tenho clareza que são eventos como este que nos ajudam a refletir sobre as experiências que já foram realizadas e também fazer propostas para o futuro que podem contribuir para o desenvolvimento da política pública do SUAS e também sensibilizar os gestores públicos. Desejo um bom seminário para vocês e bom trabalho. 🙌

Para concluir a abertura, agradeço pela referência feita aqui a mim, mas gostaria de repartir com todos e todas, porque sou um profissional como vocês nesse desafio de levar adiante a Política de Assistência Social. Também queria destacar o trabalho que cada uma e cada um dos colegas do Núcleo de Assistência Social e pessoas, como Rita, Rosário, Paula, Joaldo, Ariel, Luzia, Igor, Giseli, Fernando, Bruno e Vinicius, que assumiram o compromisso dentro da atual gestão do Conselho de levar e tocar o debate, e não só aqui no evento, mas todos os dias quando pintam as orientações nas subsedes, as per-

guntas, os desafios, as dificuldades que enfrentamos. Então, é importante destacar que é um trabalho coletivo. Nós fazemos parte de projetos coletivos: um projeto da nossa profissão de psicologia, um projeto coletivo de trabalhadores da Assistência Social, um projeto coletivo das políticas públicas! Passo a palavra para o colega Vinicius Cesca de Lima, psicólogo que recentemente defendeu uma dissertação de mestrado muito pertinente para o que estamos discutindo (Psicologia da pobreza e pobreza da psicologia: um estudo sobre o trabalho de psicólogas(os) na política pública de Assistência Social). 🌍

Conferência de abertura

Vinícius Cesca de Lima

Psicólogo, membro do Núcleo de Assistência Social do CRP SP, representante do CRP SP no Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo em vaga de trabalhadoras(es) do SUAS.

Prosseguindo os trabalhos, vamos dar início à conferência de abertura, com o tema: **A subcidadania e o sofrimento psíquico**, e para contextualizar, a conferência tem como finalidade introduzir uma reflexão mais específica em relação a um elemento que está no tema do seminário, que é o enfrentamento da desigualdade social. A conferência tem a finalidade de dizer que desigualdade é essa, para começarmos uma reflexão aqui no seminário, que depois vai reverberar nas demais atividades. Em relação a essa realidade social brasileira, como se configura historicamente esse padrão que estamos chamando de **subcidadania**, como se dá o acesso precário e nulo em muitas ocasiões. Como se configura no País o acesso a bens, serviços, produção de riqueza, dimensões subjetivas, elementos psicossociais que estão envolvidos neste processo. Ao tratar dessas questões, a conferência tem a finalidade de dizer desses elementos que estão presentes no processo cotidiano de trabalho das psicólogas e dos demais trabalhadores e trabalhadoras do SUAS. Para nos brindar com as suas reflexões sobre esse tema, queremos convidar a professora Doutora Bader Burihan Sawaia da PUCSP, e o Professor Doutor Sílvio José Benelli da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Assis. 🌍

*Socióloga. Profa. Titular do Programa de Psicologia Social da PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa: A Dimensão Psicossocial da Dialética Exclusão/inclusão, da PUCSP (NEXIN). Membro do GT/ANPEPP. A Psicologia Sócio Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social. Líder do grupo de pesquisa do CNPq sobre o afeto na análise e intervenção em questões sociais. Organizadora, dentre outros, do livro *As Artimanhas da Exclusão e autora do texto O Sofrimento Ético-Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. Desenvolve pesquisas sobre a dimensão política das emoções e sobre a ação da(o) psicóloga(o) no SUAS.**

Quero agradecer muito a honra e a oportunidade de participar deste importante evento, e a felicidade com o tema, dessa nossa mesa sobre cidadania e sofrimento. O CRP tem tido uma ação muito importante na direção de colocar a psicologia na superação da desigualdade, e é um pouco disso que vou tratar. Vou iniciar lembrando o que já foi dito. O impacto na sociologia desse momento importante começou há 10 anos, quando nos ingressei profissionalmente na política pública de Assistência Social. Uma ciência que até então tinha lugar nas políticas públicas exclusivamente na Saúde, agora se depara com a Assistência Social. Não vou entrar nos fatores que favoreceram tal ingresso, são inúmeros, vários já apontados aqui, desde as críticas internas à psicologia, endossadas e operacionalizadas pelo CPF, até pela ação dos assistentes sociais, que por sua vez, representam movimentos sociais, políticos, Diretas Já, inúmeras questões sociais. Quero ressaltar aqui o impacto dessa entrada no campo da proteção social, a pressão que ela exerce, levando-nos a pensar e exigir uma mudança imediata do que vinha se delineando vagarosamente, quero transformar o foco de pesquisa e de atuação na psicologia de distúrbios emocionais, psíquicos, para pobreza e para desigualdade. A psicologia passa a ter como centro de intervenção os problemas sociais, se me permite uma liberdade semântica, a *doença social*. O SUAS, além de nos colocar essa missão, nos oferece um espaço privilegiado, para atuar no Brasil todo, em um sistema único, universal, e pensar questões de universalidade, singularidade. Temos que aproveitar essa oportunidade. Vou me ater aqui ao CRAS, não

ao CREAS, onde o psicólogo se sente mais confortável, pois prevê um atendimento mais especializado. O CRAS obriga a psicologia a transformar os pressupostos que já vinha defendendo, para superar críticas feitas desde os anos 70, sendo Sílvia Lane, vanguarda no Brasil, críticas à naturalização do fenômeno psicológico, e atrelado a ela o psicologismo, a patologização das questões sociais. Quero ressaltar aqui uma dimensão importante para efetivação dessas mudanças pelas quais batalhamos. Não só temos problemas de gestão, de lutas políticas, de relações de poder, lutas de classe, mas quero centrar aqui numa questão que sintetiza todas elas, a questão epistemológica, ética e política. Tanto que nós estamos aqui, num evento promovido pelo CRP que discute desigualdade. E coloca como tema, não só doença mental, mas a subcidadania. O que isso significa para a psicologia? Trabalhar na assistência obriga o psicólogo a abandonar os seus conhecimentos sobre subjetividade, psiquismo, pois essas dimensões do humano são classicamente consideradas antagônicas aos fenômenos sociais ou ainda como supérfluas e irrelevantes quando se trata de enfrentar a pobreza. Daí o chavão reducionista de que é preciso distribuir a renda para depois pensar em questões psicológicas como liberdade e felicidade. O ingresso no SUAS representa o reconhecimento da subjetividade como dimensão importante das questões sociais. Está comprovado na legislação, que coloca como um dos objetivos o fortalecimento da subjetividade, participação comunitária, convivência familiar, também está na definição do usuário, que confere destaque à família e indivíduos

com perda de fragilidade, de vínculos de afetividade, pertencimento, convivência, identidade estigmatizada, etc. Por outro lado, é preciso ressaltar que esse reconhecimento também não significa o triunfo da subjetividade, não significa que a subjetividade seja o centro e a gênese dos problemas sociais e da superação da desigualdade, ou o principal obstáculo e bloqueio à transformação social, alimentando um pouco o ideologismo da subjetividade. Hoje, todos os problemas são de ordem subjetiva. Essas duas dúvidas, uma tendendo ao sociologismo, e outra ao psicologismo, revelam um falso posicionamento epistemológico, que marca a história não só da psicologia, mas das ciências humanas e sociais em geral. A falsa cisão entre objetividade e subjetividade, como se houvesse de um lado a matéria pura, e de outro a alma, duas substâncias diferentes em que ocasionalmente uma afeta à outra. Demerval Saviani (2015) retrata com muito humor essa tensão entre a psicologia e a sociologia, ao hipotetizar o posicionamento deles. Segundo ele afirma, “os homens fazem a história, mas a fazem em circunstâncias dadas, e são essas circunstâncias que importam”, enquanto o psicólogo fala, “o homem faz a história em circunstância dada, mas é o homem que faz a história”, e se perpetua esse debate como se fossem questões incongruentes. Ao longo desses 10 anos ou mais, tivemos a preocupação de evitar a cilada da tese de que é a consciência que determina a existência, pois isso produziu ocultamento da problemática psíquica nas questões sociais, e vice-versa. Do lado do serviço social, de tanto circunscrever o terreno para evitar o psicologismo, o psicológico permaneceu intacto. E do nosso lado, de tanto circunscrever o terreno da psicologia, o social permaneceu intacto. Agora, para iniciar meu tema, preciso lembrar que não é novidade o fato de a psicologia ser convidada a tratar de questões sociais. Todos sabemos, e foi muito bem denunciado, que ela tem uma longa e triste história nessa direção: a de exercer uma ação crucial no governo das subjetividades. Considerar que a pobreza afeta a subjetividade como uma variável independente, que não pode ser alterada, mas apenas nos efeitos, caracteriza a política eugênica do início do século XX, uma concepção que naturaliza o social e recorre à psicologia para intervir e para evitar que a pobreza gere

distúrbios psíquicos que prejudiquem a ordem social, um papel de higienização da sociedade por meio de internações e processos de readaptação, fruto da concepção de que o social afeta a subjetividade. Esse posicionamento ajudou a construir cientificamente e a fixar em nossas teorias a ideia de que a desigualdade é natural e outros conceitos decorrentes, como o de que a família pobre é desestruturada, negligente, a infância pobre e a adolescência, a essência patológica, se deixada livre, irá realizar os seus desígnios doentios e terá desordem. Foi nesse bojo teórico que se construiu uma proposta chamada de medidas socioeducativas, curativas dos determinismos, para evitar que fossem degenerados como os pais. Enfim, o que estou querendo destacar é que não basta o reconhecimento que a subjetividade afeta o social e é afetada pelo social. É preciso considerar o psicológico como questão social, como o serviço social conseguiu fazer com o fato da assistência. A Assistência Social não é caridade, é uma questão social. O que exige que se discuta a concepção de subjetividade e da relação que existe entre subjetividade e objetividade, que pressupõe um subtexto ético e político, que as fundamenta. Essa foi a questão que eu escolhi tratar hoje. Transformar o fenômeno psíquico em questão social esbarra em questões epistemológicas e vai além dos egocentrismos, das relações de poder entre os profissionais, ela está nos nossos conceitos científicos. O objetivo é destacar os danos da epistemologia separatista. E conseqüentemente da falta de reflexão política, ou de considerar que nós temos que ter uma teoria social que fundamenta a nossa teoria psicológica. Quem já fez uma discussão foi Maria Helena Patto, no livro de 2012, Formação de Psicólogos e Relação de Poder: sobre a miséria da psicologia. Ela é uma fonte inspiradora para isso. Considera que os danos do separatismo estão por trás de muitas das nossas reclamações e angústias, e até mesmo de falsas expectativas. Está na dificuldade do trabalho interdisciplinar, da organização de redes e na manutenção de alguns conceitos que nesse livro ela chama de conceitos criminosos. Faz-nos pensar se esses conceitos não estão fossilizando, apesar de todo nosso avanço, nosso empenho, as relações de poder, ali dentro deles. E mais, o separatismo fundamentalista transforma em

dilema imobilizador questões que são teoricamente unidas e devem ser refletidas assim. Como exemplo, ela pergunta se é válido eticamente preocupar-se com o sofrimento psíquico quando a queixa é fome. Essa pergunta apresenta como dilema duas questões, como se fossem antagônicas, quando na verdade, elas são da mesma substância, do mesmo posicionamento político/ético. Perguntar se o escutar da psicologia é válido quando a queixa é fome, separa e hierarquiza necessidades como se a necessidade do corpo, resolvida materialmente, não fosse um fenômeno político e subjetivo. Quem apontou as mazelas do separatismo epistemológico no início do século foi Vygotsky, o pai da psicologia sócio-histórica de base marxista e deu indicações para superá-la. Ele falava: "Não podemos jogar fora nada que a psicologia fez, precisamos transformá-la, numa integralidade dialética." Segundo ele, "sem a psicologia a perspectiva do marxismo e da história da ciência seria incompleta, pois ficaria reduzida ao objetivismo". E para destacar a transmutação entre psiquismo e fenômenos sociais faz uma interessante pergunta: "É possível a mercadoria = uma coisa super-sensual (Marx) sem o psiquismo?". Por outro lado, afirma Vygotsky, não se pode fazer psicologia sem uma teoria da sociedade, porque sem o conhecimento da sociedade, não há compreensão desse psiquismo. Vygotsky lutou contra essas cisões entre universal e singular, mente e corpo, e também lutou contra a busca por primazia, que na época ele julgava que era o que as ciências estavam fazendo. O grande problema entre psicanálise, behaviorismo e cognitivismo é que estudavam uma dimensão do homem importante, mas brigavam e disputavam pela primazia dessa categoria como explicativa do homem. É só psicanálise, o homem é só comportamento, o homem é só cognição. A partir daí ele vai trazer um método dialético para podermos trabalhar com essa totalidade. Daí a sua proposta de substituir o conceito de subjetividade por intersubjetividade. Nos manuscritos, ele apresenta a lei genética geral do desenvolvimento, afirmando que qualquer função psicológica aparece duas vezes, primeiro no social, depois no psicológico, e nesse mesmo texto, ele usa a expressão *homo duplex*, para indicar que o homem implica em dois em uma unidade, pois o *socius* na forma de relações sociais

com outro é um parceiro perpétuo do psiquismo singular. Estamos num momento importante de reflexão. São 10 anos de ações vitoriosas. Vitoriosa da psicologia na Saúde, vitoriosa do serviço social na Assistência Social, a primeira lutando contra a desospitalização, a segunda lutando contra o assistencialismo, tirando-lhe o caráter de caridade ou criminalidade. Universalizando os direitos, porém essas conquistas, mesmo registradas em leis, não alcançaram a efetivação, e então nós temos dificuldade de trabalhar em rede, fazer a interdisciplinaridade. Mas em uma banca da qual participei, ouvi algo muito interessante, que me fez pensar muito. A autora da tese fala que nós não conseguimos trabalhar juntos em algumas coisas, mas nós nunca paramos para refletir que nós trabalhamos juntos em outras. Nós nos aliamos na função do controle, e nessa função a rede e a interdisciplinaridade funcionam. Acho que dentro dessa questão de interdisciplinaridade, de epistemologia disjuntiva, temos que ter muito claro como que ela está afetando a nossa reflexão sobre as repercussões sociais, porque nos criticam e constataam que estamos mantendo esse caráter de disciplina e de controle. Essa análise motivou então a escolha que eu tenho feito. Então, isso me leva a pensar que a academia tem que contribuir, mudando conceitos, mudando referenciais teóricos. Como o Boaventura fala, nós precisamos buscar conceitos desestabilizadores, olhar se eles não estão fossilizados, trazendo ainda determinados conhecimentos que nos levam a fazer aquilo que nós criticamos. Afinal, nossa ciência pode ser arrebatada e corrompida pelas determinações sócio-históricas, todos sabemos disso. Então, precisamos desenvolver nos nossos alunos, em nós mesmos, nos profissionais, a capacidade de refletir criticamente em conjunto na interdisciplinaridade. Orientada por esses pressupostos, comecei há algum tempo a buscar, a tentar seguir um brado de Vygotsky que fala: "A psicologia tem que encontrar a sua mercadoria, ela não tem ainda conceitos semelhantes à de mercadoria como a de unidade pequena de análise, capaz de abarcar a totalidade do fenômeno psíquico social, capaz de conter o sofrimento individual, a exploração capitalista, a mais-valia, em forma de pensamento, sentimento e ação." E o Vygotsky fala: "Se queremos saber por que a água apaga o fogo, não adianta de-

compor a água em seus elementos. O conhecimento está na unidade indivisível entre intelecto e afeto.” Comecei então a me debruçar sobre a pesquisa dos meus orientandos, de outros da área do serviço social, para rever conceitos. E vou apresentar aqui três deles, vou usá-los para discutir os dois conceitos que estão na minha palestra, **subcidadania e sofrimento**. São eles a **dialética inclusão e exclusão, e sofrimento ético-político**. E vou terminar apresentando um último que estou elaborando, **potência de ação**, que tenho considerado que é mais amplo para substituir uma categoria que é muito rica para nós: a de consciência e de conscientização. Esse conceito coloca a consciência para dentro do corpo e das emoções. O conceito de **dialética exclusão e inclusão** foi uma tentativa de criar uma unidade que sintetizasse uma visão de sociedade, para trazer para a psicologia social. Uma concepção para vetar a ideia de que marginalidade e exclusão são as categorias que devem orientar a nossa análise, porque elas colocam o excluído e o marginal para fora, e não na sociedade. É um conceito para indicar que a lógica da ordem social na desigualdade é a inclusão perversa. É a inclusão pela exclusão sob a ideologia de que há justiça na desigualdade. Não há exclusão de um lado, e exclusão de outro, mas uma identidade. E essa concepção, essa unidade de análise, aponta a subcidadania como norma, e não como exceção. A subcidadania é uma norma para manter a ordem social. Nessa perspectiva, usar subcidadania para designar a população atendida pelo SUAS se situa no conflito de interesses que caracteriza a nossa sociedade, substituindo a visão de sociedade harmônica, a qual a psicologia busca adaptar os desviantes. Será que temos que contrapor subcidadania à cidadania? Existe um ponto

usar subcidadania para designar a população atendida pelo SUAS se situa no conflito de interesses que caracteriza a nossa sociedade, substituindo a visão de sociedade harmônica, a qual a psicologia busca adaptar os desviantes

de passagem para essa clientela que é a pobreza, especificamente? Então, dessa forma, a palavra subcidadania, para referir-se aos que são alvos de políticas públicas, revela a contradição que caracteriza as políticas públicas, dilacerada pela atenção entre ser lugar de compensação de baixos salários, e voltada à manutenção da ordem, e ser espaço de autonomia conforme todos nós queremos e viemos trabalhando. **Sofrimento ético-político** também é outro conceito bastante divulgado, que resulta da busca de um conceito capaz de ser trabalhado por assistentes sociais, por sociólogos, por psicólogos, uma delimitação de campo interdisciplinar sobre duas teorias, indicando uma subcidadania vivenciada. Um conceito psicológico, mas que desmascara a obscenidade presente na deformação do indivíduo pelas condições sociais. Significa introduzir a contradição e dominação no que há de mais singular e íntimo do sujeito (seus afetos), mas sem reduzir a mero reflexo passivo do real. Buscava um conceito que sintetizasse a relação homem/sociedade sem separatismo, como uma palavra linda, *sentipensador*, usada por Galeano, se apropriando de um conceito de pescadores da costa colombiana. *Sentipensador* não separa sentimento de pensamento e qualifica aquilo que diz a verdade. A nossa língua não permite tal construção, recorri ao conceito de sentimento ético-político para delimitar esse sofrimento que é exclusivo de uma situação de desigualdade social de inclusão-excludente ou de subcidadania. Essa demarcação não nega o sofrimento psíquico, mas indica um sofrimento que é da competência dos profissionais do SUAS. Esse sofrimento que é vivido como perda do futuro, desamparo, sem voz, sem valor, sem reconhecimento, fatalismo. E que nos impede a reatividade agressiva, vingativa, apressada no presente. Portanto, um sofrimento desprivatizado e despsicologizado, que é da competência de todos os profissionais do SUAS. Por exemplo, há pouco fui banca também de uma tese sobre o luto. E como que a Assistência Social impede agora com as novas decisões de não financiar compra de caixão, etc., sofrer pela morte de um ente querido é próprio da humanidade. Mas não sofrer por não conseguir ter um tempo de luto? É ético-político. Daquela mãe que o filho é assassinado, e a polícia encobre, ela fica envergonhada, de ser um crimi-

Essa demarcação não nega o sofrimento psíquico, mas indica um sofrimento que é da competência dos profissionais do SUAS. Esse sofrimento que é vivido como perda do futuro, desamparo, sem voz, sem valor, sem reconhecimento, fatalismo. E que nos impede a reatividade agressiva, vingativa, apressada no presente. Portanto, um sofrimento desprivatizado e despsicologizado, que é da competência de todos os profissionais do SUAS.

noso, etc., são dois tipos de sofrimentos diferentes. Esse sofrimento, eu não vou entrar nisso, ele geralmente é indizível. Indizível não por ser inconsciente, mas porque ele não encontra um espaço de narração do CRAS ou porque ele se naturalizou como fatalismo, desamparo, é esse sofrimento que nós temos que procurar ouvir. Será que a fome é sofrimento ético-político? Sim. Olhar a fome como um sofrimento ético-político me leva a escutar para além. Essa escuta psicológica para além do sofrimento físico. Para a ideia do desvalor, das relações de poder, da mercantilização, e dependendo da forma como se atende a essa queixa, mantém-se a pessoa na servidão ética. Por exemplo, um mendigo que recusava quentinha porque queria escolher o que comer, era considerado insano. Uma pessoa com fome querendo escolher o seu alimento. Quando ele estava indicando que para superar a fome, esse sofrimento ético-político pressupõe o direito de escolha. Bom, aqui eu entrava um pouco nos subsídios desse conceito, tanto em Vygotsky, como em Espinoza. Eu fui buscar nesse filósofo de profunda originalidade subversiva, como conciliar o pensamento marxista, com questões de ordem de análise do psiquismo, e de trabalhar o singular sem perder a sua inserção no universal. Na concepção de Espinoza, que orientou a minha concepção de sofrimento ético-político, direitos humanos são importantíssimos. Mas ele vai mostrar é um direito natural. Não depende de um dever ser, não depende da ação do Estado. Ele é um direito natural porque é da essência humana. Ele coloca a necessidade na

essência, e não na contingência história. Mas é a contingência histórica que torna essa necessidade negada. E é por isso que é na sociedade que nós temos que lutar por ela. Mas ele muda o foco, e essa mudança de foco faz com que a gente consiga compreender que muitos dos direitos que definimos como essenciais são naturais, é a sociedade que os coloca e os nega. Portanto, muda o nosso foco de análise e atuação. O conceito de potência, o conceito de sofrimento ético-político, ele para ser trabalhado, devemos ficar alertas, pois tenho visto vários artigos, e alguns deles me preocupam porque eu já vi ser considerado como a depressão do pobre. É preciso cuidado, senão nós estamos novamente separando o objetivo do subjetivo. Ele é um sofrimento decorrente da condição social, que nos obriga a uma ação interdisciplinar, para não transigir nem com as condições sociais que o geraram, nem com o indivíduo que sofre, o sentimento do eu. Portanto, ele tem que ser olhado como dispositivo biopolítico de manutenção da opressão, mas também, como de superação. Por isso, ao ouvir-

O conceito de potência, o conceito de sofrimento ético-político, ele para ser trabalhado, devemos ficar alertas, pois tenho visto vários artigos, e alguns deles me preocupam porque eu já vi ser considerado como a depressão do pobre. É preciso cuidado, senão nós estamos novamente separando o objetivo do subjetivo

mos, aos escutarmos as reclamações de sofrimento, nós temos que ouvir também a potência. Não é só entender que a pessoa sofre porque falta. Para Espinoza, nós não agimos buscando a vida porque nos falta alguma coisa. O que nos motiva é a busca da vida, e não a falta. Não é só entender que eu sofro porque falta comida, porque sou explorado, porque sou tratado como bicho, que é verdade. Mas é considerar que ele deseja a potência de vida, ele sofre porque essa potência está obstruída pelas relações de servidão. E o que seria essa potência de vida? Eu acho que

é um conceito que pode nos ajudar a superar cisões, muitas vezes mantidas no conceito de consciência e conscientização. Para Espinoza, nós somos seres de potência, e é isso que nos move, mais nada. Ele considera que não existe o bom, o ruim, mas tudo que aumenta a minha potência. Essa potência, segundo ele, está no corpo e na alma. Porque ele supera a epistemologia separatista. Ela é da ordem das emoções e do pensamento. Para o meu pensamento e para as minhas ideias serem potentes, meu corpo também tem que ser potente. E aí ele nos obriga a pensar o corpo na psicologia social principalmente, onde é quase negado. Ele apresenta, portanto, um conceito mais abrangente. Que une o sentir, o agir e o pensar, a criação, ação, e insere todas essas funções psicológicas na história. Pois a potência não é um estado, apesar de ser próprio do homem que o motiva a viver, ela não é uma essência inata e que vai orientar meu desenvolvimento. Ela é processo que não tem um *happy end*, não é ser crítico que é ser potente. E ela só acontece nas relações sociais. Não basta conhecer e refletir criticamente sobre as condições políticas. Conhecer é importante para a autonomia, mas não o suficiente. Em minha tese de doutorado, há muito tempo, ouvi uma frase que ainda me alimenta na busca desse conceito. Uma pessoa falou "você vem aqui falar, falar, nos levar a refletir, saber, a gente sabe que passa fome, que é explorado, nós não temos potência de ação". O que seria essa potência de ação? Como garantir essa potência de ação que não está só no pensamento? Espinoza fala: "Não se muda uma paixão de fatalismo, de humilhação de desamparo, por ideias." Nós sabemos disso. Tanto é que psicologia e serviço social, advogados, estão no SUAS trabalhando conjuntamente. Também, esse conceito ajuda a entender porque as pessoas continuam a buscar a vida mesmo na opressão. Em tentativas desesperadas de promover encontros que componham seus corpos e mentes. Agora, vivemos na ilusão. Espinoza não era ingê-

o quanto que os nossos conceitos não fazem isso: lutar pela liberdade quando estamos lutando pela servidão

nuo para considerar que estávamos todos aqui lutando pela nossa vida. Vivemos em condições sociais de maus encontros, de servidão, e nós estamos vivendo na ilusão de lutar pela servidão, julgando lutar pela liberdade. É isso que eu queria que pensássemos um pouco, ou seja, o quanto que os nossos conceitos não fazem isso: lutar pela liberdade quando estamos lutando pela servidão. Vou dar alguns exemplos nesse sentido. Vamos pensar nas medidas socioeducativas. Ela potencializa? O que ela contém dentro dela? Eu sei que temos várias experiências muito ricas na operacionalização dela, mas o nome, medidas socioeducativas, o que é, o que visa? Uma convivência familiar na sociedade, será que ela não tem um conteúdo moral, de biopoder, de disciplinarização? Será que a gente não poderia substituir por encontros potencializadores de vida, espaço com calor? Assim nós não estaríamos rompendo a cisão entre público e privado? Talvez a gente pudesse até pensar se todo esse nosso esforço contra a internação não está gerando um circuito manicomial institucionalizado. Por que a gente não oferece outra coisa, tem que ser só a família? Será que nós não podemos pensar em criar esses espaços de potencialização no público, no território, nos centros de internação? Isso tudo são discussões que vocês vêm fazendo. Lugares de afeto, de acolhimento, pode ser, e ele tem que ser outra coisa que essa cisão promove. Nós separamos, enquanto na família temos convivência, amizade, afeto, no território, temos a política. Ora, a família tem que ser lugar de discussão política. Direito de convivência na família é direito de pensar o povo como legislador. Fui trazendo assim milhões de exemplos, para mostrar como a nossa responsabilidade não é demonstrar a importância da subjetividade, mas não permitir que essa subjetividade continue a ser a dimensão fundamental da manutenção da ordem social. 🧠

a nossa responsabilidade não é demonstrar a importância da subjetividade, mas não permitir que essa subjetividade continue a ser a dimensão fundamental da manutenção da ordem social.

Psicologia pela FCL/UNESP, Assis, SP. Graduado em Filosofia pela Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras, Lorena, SP. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase na docência (Psicologia Social e Psicologia Clínica) e na produção de pesquisas a partir da Análise Institucional abordando os seguintes temas: psicanálise do campo de Freud e Lacan, produção de subjetividade contemporânea, análise de instituições totais e disciplinares, internato, seminário católico e formação do clero, políticas públicas para crianças e adolescentes, políticas públicas sociais, conselhos municipais e entidades socioeducativas da área de Assistência Social. Membro do Grupo de Pesquisa "Saúde Mental e Saúde Coletiva", inscrito no diretório de grupos do CNPq, linha de pesquisa "Subjetividade, Psicanálise e Saúde Coletiva"

Bom dia a todos que estão aqui presentes, as colegas psicólogas, os colegas psicólogos. Sou muito grato ao convite do CRP para participar da conferência de abertura deste evento que é tão importante. O meu muito obrigado, em particular, aos meus colegas do Núcleo de Assistência Social, do Conselho Regional de Psicologia, por esse convite. Vou falar aqui, a partir do meu lugar de psicólogo, tanto como profissional, e também como docente, como pesquisador, como supervisor de estágios profissionalizantes, porque os meus estagiários estão trabalhando na área da Assistência Social, os meus projetos de extensão estão todos localizados nesse campo, e me interessa também, de um modo particular, a política pública para crianças e adolescentes que, em boa medida, é executada também nos estabelecimentos institucionais do SUAS. Eu trabalho na UNESP de Assis, no interior de São Paulo. Lá eu também oriento pesquisas de iniciação científica e de mestrado nessa área, investigando diferentes problemas. Venho me ocupando da questão da Assistência Social desde 2008, e também da política da criança. Fui membro do Conselho Municipal de Direito da criança e do adolescente, e representei esse conselho no de Assistência Social, de 2008 a 2010, num município de médio porte no interior do estado de São Paulo. Nesse período, desenvolvi uma ampla pesquisa de pós-doutorado, sobre entidades assistenciais que atendiam crianças e adolescentes que não tinham cometido ato infracional. Desde então, eu trabalho na área, dos modos mais

diversos. Publiquei já diversos artigos e também publiquei um livro (**Entidades Assistenciais Socioeducativas: a trama institucional**), que tem uma parte dessa pesquisa que desenvolvi de 2008 a 2010, que foi o tempo no qual eu ingressei na política da criança, e fui conhecer o SUAS e os conselhos, a Prefeitura Municipal e as entidades municipais públicas e privadas, esse universo da política da criança e da Assistência Social. E esse livro contém uma parte da minha contribuição para esse debate sobre **subcidadania e o sofrimento psíquico**. Fui pesquisar sobre as duas locuções, o termo subcidadania e sofrimento psíquico. A primeira delas, subcidadania, nas minhas pesquisas, me remeteu aos instigantes trabalhos de Jessé Souza, sociólogo e pesquisador que aborda o assunto em diversos livros. Inclusive, um dos seus trabalhos se chama justamente **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. O autor, em seus trabalhos, produz análises muito

Os estudos de Souza são muito pertinentes para instrumentalizar, teórica e tecnicamente, os psicólogos que atuam na Assistência Social. Porque ele permite que nós possamos compreender alguns processos psicossociais importantes e profundamente relacionados com o trabalho que desenvolvemos com os usuários dessa política pública

interessantes, pois entendo que ele pretende explicar alguns processos de produção de subjetividade que não são evidentes por si mesmos. Ele pretende explicar como é que se dá a construção social e subjetiva da subcidadania que, segundo ele, é a condição de vida da ralé brasileira, que é um nome de outro livro dele. Os estudos de Souza são muito pertinentes para instrumentalizar, teórica e tecnicamente, os psicólogos que atuam na Assistência Social. Porque ele permite que nós possamos compreender alguns processos psicossociais importantes e profundamente relacionados com o trabalho que desenvolvemos com os usuários dessa política pública. Já a segunda locução, sofrimento psíquico, já me é muito mais familiar, sendo

não me parece muito comum tratar do tema do sofrimento psíquico no campo da Assistência Social

mais comum no campo da psicologia. Confesso que o tema que me foi proposto para discutir com vocês, por um lado, me surpreendeu. Conhecendo a literatura da política da criança e a literatura do SUAS e os documentos oficiais, inclusive os do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Regional de Psicologia, surpreendeu-me porque, de um modo geral, não me parece muito comum tratar do tema do sofrimento psíquico no campo da Assistência Social. Pelo menos para mim, nesses anos de trabalho, é a primeira vez que isso é colocado de modo explícito. Na área da Assistência Social parece que teremos que lidar com os usuários, considerados enquanto indivíduos dotados de razão, de vontade, até de sentimentos, mas sempre na ordem da política, do plano social e político do Estado. E isso não é apenas uma impressão minha, pois muitos documentos oficiais de orientação para os trabalhadores afirmam que o assunto sofrimento psíquico seria mais próprio da área da Saúde, da Saúde Mental, de um modo específico. Em minhas pesquisas atuais, venho abordando a

questão do sofrimento psíquico, numa acepção que me parece bastante precisa, e que poderia ser bastante própria do profissional psicólogo, nos mais diversos âmbitos de atuação. O convite para tratar desse tema me pareceu uma boa oportunidade para apresentar algumas de minhas análises, na intenção de contribuir para este debate. A primeira questão que fui pesquisar é como essa locução, sofrimento psíquico, aparece no discurso oficial da Assistência Social. Fiz um levantamento da ocorrência dos termos sofrimento psíquico em alguns documentos oficiais, disponíveis na internet, publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) pelo Conselho Federal de Psicologia, pelo Conselho Federal do Serviço Social, e pelo CRP São Paulo. Vou apontar muito rapidamente o que encontrei em alguns desses documentos e manifestar um pouco a minha surpresa e estranheza, pelo fato de o termo não ser muito comum. Na política nacional de 2004, o termo sofrimento não aparece nenhuma vez. Na NOBSUAS de 2005, o termo sofrimento também não ocorre, nem a expressão sofrimento psíquico. No documento Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos na Política da Assistência Social, o termo sofrimento aparece quatro vezes, duas vezes nas páginas 21 e 36, e duas vezes na 37. Sofrimento aparece apenas uma vez no documento Referências Técnicas para atuação dos psicólogos no CRAS/SUAS, um documento de 2008. Nas orientações técnicas para o CRAS, publicadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 2009, o termo sofrimento psíquico não aparece nenhuma vez. No documento do CREAS de 2011, publicado pelo MDS, o termo sofrimentos vem no plural, sem mais definições, e aparece uma vez. No documento da tipificação nacional, aparece apenas uma vez a expressão, em uma frase: sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral, relacionado com a violência sofrida por mulheres. A locução sofrimento mental ocorre apenas uma vez na revista *Diálogos* número 7, do Conselho Federal de Psicologia, mas se refere particularmente ao sofrimento mental dos policiais militares. No documento sobre **A escuta de crianças e adolescentes envolvidos com situações**

de violência e a rede de proteção (documento do CREPOP de 2010), sofrimento físico e psíquico aparece na página 19, sofrimento mental aparece na página 44, sofrimento aparece 11 vezes, sofrimento psíquico duas vezes. No documento do CRP **Vale cidadania, a psicologia e sua interface com Assistência Social**, a locução sofrimento psíquico não ocorre nenhuma vez. O termo sofrimento aparece apenas uma vez no documento intitulado **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social, informações para gestores e gestoras**. No documento **Referências técnicas para atuação dos psicólogos no CREAS de 2012**, há pelo menos cinco ocorrências do termo, com algumas variações: sofrimento mental, sofrimentos de sujeitos, sofrimento psíquico, sofrimento humano ético e político, e sofrimento e processos de sofrimento. Pelo resultado dessa pequena amostra, podemos considerar a ocorrência da locução sofrimento como sendo ocasional em muitos documentos e inexpressiva em muitos deles, ausente em alguns textos muito importantes, e ela vem aparecendo já em outros. Então isso é para falar da minha surpresa e felicidade, pois se não estão tratando muito, vamos nós começar a discutir, porque isso implica no modo como estamos atuando. Levar em conta essa categoria, sofrimento psíquico, também é uma questão para os psicólogos implementarem a sua própria atuação. Passemos agora às ressonâncias do termo sofrimento psíquico na psicologia. Sofrimento psíquico, para os meus ouvidos de psicólogo, é uma locução que tem muitos

podemos considerar a ocorrência da locução sofrimento como sendo ocasional em muitos documentos e inexpressiva em muitos deles, ausente em alguns textos muito importantes, e ela vem aparecendo já em outros. Então isso é para falar da minha surpresa e felicidade, pois se não estão tratando muito, vamos nós começar a discutir, porque isso implica no modo como estamos atuando

sentidos. O sofrimento psíquico pode traduzir o termo *pathos*, pois esse vocábulo vem do grego e tem o significado de sofrimento intenso, de paixão, de excesso, de catástrofe e também de doença. O amplo campo *psi*, no qual esse termo costuma ser usado de muitas maneiras pode incluir a psiquiatria, a psicanálise e também a própria psicologia. Para começar, a medicina e a psiquiatria usam a expressão sofrimento psíquico, e geralmente o sentido remete a uma patologia, é a doença mental, é a loucura, e que teria como causa possível lesões orgânicas ou localizáveis no organismo, sobretudo, no cérebro, nos seus neurotransmissores, ou nos genes, no indivíduo. E esse sofrimento psíquico na psiquiatria é visto como loucura, como doença, e *a priori* seria passível de tratamento medicamentoso e praticamente exclusivo. Aí estaríamos na perspectiva da medicalização da vida. Na contramão dessa tendência médica e medicalizadora, ainda na área da Saúde Mental, nós temos as diversas experiências históricas da reforma psiquiátrica, que ocorreram em diversas partes do mundo, e que abordam de um modo diferente o tema do sofrimento psíquico. Para ficar apenas em dois exemplos, a antipsiquiatria inglesa e a psiquiatria democrática italiana, cada uma, a seu modo, fizeram uma crítica do princípio doença/cura e a sua transposição direta da Saúde para o campo da Saúde Mental. Tais movimentos negaram a noção de doença como entidade separada do indivíduo, recolocaram o indivíduo como protagonista do que eles chamam de uma existência sofrimento, a ser vivida em suas diversas implicações com o corpo social a que pertence esse indivíduo. E colocaram a própria doença, a própria ideia ou categoria de doença entre parênteses. Num outro plano ainda, estão os possíveis casos de sofrimento psíquico que seriam da alçada da psicologia, quando não se encontrassem causas orgânicas específicas, nas situações em que a medicina costuma considerar que o paciente não apresenta nada digno de nota. E eles registram um NDN (nada digno de nota), e aí você pode encaminhar aquela pessoa para o psicólogo, porque ele não tem nada digno de nota do ponto de vista orgânico, ou neurológico, ou neuroquímico, por exem-

plo. Então, no plano da psicologia, o sofrimento psíquico poderia ser traduzido como problemas cognitivos, problemas afetivos, emocionais, problemas de relacionamento, que seriam passíveis de tratamento por meio de psicoterapia, em que se utiliza a palavra como meio de ação. Ainda temos outro campo, no qual a locução sofrimento psíquico é bastante familiar para nós, que seria o campo da psicanálise de Freud e Lacan, que trabalha com essa ideia de sofrimento psíquico, embora nem sempre chamando desse modo. Essa psicanálise, para ficar apenas com a perspectiva que me interessa mais de perto, pois é preciso dizer que há várias psicanálises, e também não é incomum que os psicólogos não distingam alhos de bugalhos. Nós podemos dizer que a psicanálise é a de Freud e seguidores, a de Melanie Klein e seus seguidores, e a psicologia psicanalítica do ego americana, que é aquela que infelizmente, do meu ponto de vista pelo menos, é a que deixa um lastro maior na própria psicologia. Essa perspectiva da psicanálise do campo de Freud e Lacan não se confunde com essas outras. Então, essa vertente da psicanálise, ao trabalhar com as hipóteses do plano do inconsciente, e com o que se chama de dimensão psíquica da realidade, permite compreender que há um processo de constituição dessa realidade psíquica humana. Ninguém nasce propriamente humano, é preciso ingressar no campo humano, por meio de um processo de constituição, daquilo que Freud chama de realidade psíquica, e nós chamamos hoje de subjetividade. E a psicanálise entende que esse processo de constituição da realidade psíquica possui basicamente três modalidades: a modalidade do recalçamento, da forclusão e a modalidade da renegação. No campo do recalçamento, as pessoas se subjetivam ao ingressar no campo humano, e se elas vêm a ter possíveis impasses nesse processo de subjetivação, o que não está na categoria da doença, elas podem apresentar aquilo que a psicanálise mapeou como modalizações da histeria, da neurose obsessiva e também da fobia. Quando o sujeito se subjetiva no seu processo de construção da sua realidade psíquica, na modalidade da forclusão, os seus impasses incluem o desmoronamento

da realidade psíquica, coisa que não ocorre no processo dos sujeitos, que se subjetivam pelo recalçamento. Então, nós podemos encontrar ali as possibilidades da esquizofrenia, da paranoia e da melancolia mania. E no caso dos sujeitos que se subjetivam pela modalidade da renegação, nós vamos ter ali diversas versões do gozo, e nós podemos incluir aí as questões da toxicomania. Essas sobremodalizações dizem respeito, portanto, a essa modalização e a cada uma das modalidades do processo de constituição do sujeito. Embora apareça assim, no campo da psicanálise

A localização dessa modalidade estrutural de constituição do sujeito, que é sempre estruturada e estruturante, é realizada na transferência e na escuta do discurso, pois o sujeito pertence, eminentemente, ao campo da linguagem. E serve, sobretudo, de parâmetro para orientação do próprio trabalhador na sua oferta de atenção e de escuta

de Freud e de Lacan, não se trata de classificação diagnóstica, porque não se trata de uma nosografia como na psiquiatria. Não se trata de fenômenos observáveis que decidem o curso da ação médica e medicamentosa. A localização dessa modalidade estrutural de constituição do sujeito, que é sempre estruturada e estruturante, é realizada na transferência e na escuta do discurso, pois o sujeito pertence, eminentemente, ao campo da linguagem. E serve, sobretudo, de parâmetro para orientação do próprio trabalhador na sua oferta de atenção e de escuta. Nós estamos atuando no CRAS, na entidade assistencial, estamos atuando na ONG, estamos atuando no CREAS, e as pessoas com sofrimento psíquico de um tipo ou de outro não vão bater apenas na Saúde Mental, não vão bater apenas no CAPS, elas chegam lá para o atendimento. Então essa contribuição da psicanálise, vamos dizer, me parece uma ferramenta, entre outras, bastante impor-

tante para essa possível escuta acolhida desse sujeito em sofrimento que chega até nós. Ou seja, essas hipóteses teórico-conceituais e clínicas da psicanálise permitem ao profissional situar-se no manejo, posicionar-se em uma escuta que permita o sujeito falar das suas questões. Então, é importante saber diferenciar entre o que resulta no processo de subjetivação por forclusão, por recalçamento e também por renegação. Já que cada estrutura subjetiva, bem como também cada modalidade de tipo clínico, demanda posicionamentos específicos, para a direção, tanto dos possíveis encaminhamentos quanto do tratamento, quando for o caso. O sofrimento psíquico nessa vertente é tomado então como incluindo diferentes tipos de impasses subjetivos. Temos o retorno do recalçado, a alucinação, por exemplo, o objeto fetiche. Dessas três possibilidades estruturais, que incluem os momentos e formas paroxísticas, que por estratégica política do campo de Freud e Lacan, ainda são grafados com os significantes oriundos da psiquiatria clássica, mas devidamente criticados, subvertidos e redefinidos. Os impasses subjetivos não são entendidos como sendo doença psíquica, nem sequer são distúrbios ou degradação, mas eles são crises que podem incluir muito sofrimento psíquico e social, e são encaradas como motor e possibilidade de transformação. Representando, essencialmente, possibilidades para emergência da diferença como singularidade. As crises podem ser acolhidas e escutadas como oportunidade para a elaboração desses impasses subjetivos do sujeito, tanto no contexto social quanto cultural, na sua especificidade psíquica, enquanto objeções aos laços sociais hegemônicos. Nessa acepção psicanalítica não se separa o plano subjetivo do plano social. Nem se separa o sujeito do cidadão, não se separa a subjetividade, nem ética nem política. O homem é considerado no seu contexto social, no qual é atravessado por impasses de ordem social e subjetiva, e também é agente atravessador desses impasses. Então, eu penso que não é adequado reduzir a clínica apenas à psicoterapia, desconhecendo que a clínica também é constituída por certo posicionamento técnico, ético e também político, específico, e

que operar com ele não exige necessariamente o consultório ou o *setting* clássico. Uma atuação pode ser clínica e não precisa do enquadre tradicional de consultório, não sendo restrita propriamente à psicoterapia. A psicanálise do campo de Freud e Lacan permite pensar numa clínica singular também enquanto *clinamen*, que pode ser traduzido como inclinar-se, mas também como curvar e bifurcar o sentido. Nessa perspectiva também fica claro que a transferência opera, e nós podemos operar com ela, independentemente do *setting* clássico. Então, essa era uma contribuição que eu queria apresentar para vocês com relação, nas ressonâncias, ao termo sofrimento psíquico. E passo agora a fazer algumas considerações, sobre diferentes possibilidades do que eu estou chamando de produção social, no próprio campo da Assistência Social. Há um conjunto de leituras e de análises que venho fazendo, não do serviço social, porque eu não confundo o campo do serviço social com o campo da Assistência Social. Há um conjunto de trabalhadores nesse campo. Já escrevi um trabalho, pensando a Assistência Social e o SUAS como instituição social. Ela é uma instituição social como a Educação, como a Saúde. Nós podemos pensar a Assistência Social assim, também. Então, uma das perguntas que venho me fazendo nos meus trabalhos, tanto de inserção, de leitura, de trabalho, de pesquisa no campo da assistência é a seguinte: a Assistência Social como política pública, quando a gente lê os documentos oficiais, pretenderia produzir que tipo de incidência na realidade social? Porque a Assistência Social diz: o objetivo da Assistência Social é eliminar a pobreza. Eu sempre faço um trocadilho, não confundir o objeto, não é eliminar os pobres; é eliminar a pobreza. Eliminar a pobreza, e não os pobres. Então, a questão é a seguinte, a Assistência Social, como polí-

a Assistência Social como política pública, quando a gente lê os documentos oficiais, pretenderia produzir que tipo de incidência na realidade social?

tica pública, pretende fazer uma incidência na realidade que seja política e transformadora, ou ela é correcional e terapêutica? O que é predominante nos textos, no discurso oficial da Assistência Social? Qual vertente é predominante? Essa política pública visa mais desenvolver práticas disciplinares e de controle, ou práticas emancipadoras e singularizantes, junto aos segmentos populacionais atendidos, junto aos subcidadãos? Então, eu noto uma ausência de significação conceitual, teórica e ética nos documentos oficiais da Assistência Social como política pública. Manejando esses documentos, observo que eles constituem um conjunto de orientações técnicas, burocráticas, muito mais focadas no como fazer as coisas, do que propriamente no sentido ético das ações ali empreendidas. E nós psicólogos temos que nos perguntar essas coisas também. Esses documentos se revelam, em minha opinião, um conjunto de propostas de ação, indicam procedimentos, apresentam normas, regulamentos, resoluções, portarias, são leis, são manuais técnicos. Podemos pensar que eles se apresentam dessa forma porque os trabalhadores das agências estatais talvez nos níveis federal e estadual sejam técnicos, e como eu escuto muito dizer: “O serviço tem que andar, Benellii. O serviço tem que andar e funcionar.” Então, há um nível pragmático nesses documentos elaborados por esses técnicos. Isso talvez explique um pouco o teor desses textos. Certamente, aqui todos nós queremos que haja eficácia, resolutividade, eficiência dos estabelecimentos da Assistência Social visando alcançar os seus objetivos. Sem descuidar disso também há uma preocupação com as finalidades visadas pelos procedimentos e técnicas empregadas. Porque entendo que não são quaisquer meios que vão nos levar aos fins que desejamos.

Não existe também técnica sem teoria e sem ética.

Para o bem e para o mal, as coisas produzem o que elas podem, e não necessariamente o que a boa vontade e a ingenuida-

de acrítica gostaria que acontecesse. Não existe também técnica sem teoria e sem ética. Essa me parece uma questão importante, e a professora Bader (referindo-se à palestra anterior) já chamava a nossa atenção para isso, falando dessa dimensão epistemológica, ética e política, que é um pano de fundo da nossa conversa aqui. Nem sempre a dimensão ética e política estão explícitas nesses documentos. Então, muitas vezes alguém inventa, eu vejo muito isso na área de Saúde, alguém inventou uma história no município chamada humanização do SUS, e os políticos que precisam sempre nas campanhas, de marketing eleitoral, se apropriam disso e vira política nacional. Então, esse é um desafio que nós temos, a invenção desses termos, dessas campanhas, e os objetivos finais que nos interessam não são alcançados.

Nem sempre a dimensão ética e política estão explícitas nesses documentos.

Existem, claro, exceções à regra; mas, elas sempre estão aí confirmando a regra. Então, quais são esses pressupostos teóricos, técnicos, e éticos que fundamentam os documentos da Política de Assistência Social? Nós precisamos de uma grade analítica que nos permita pensar essas questões e ver para onde elas nos apontam. A minha tendência é dizer que falta ao SUAS fazer, muitas vezes, o que se chama a crítica da economia política. O SUAS, quando lemos o documento original de 2004, 2005, escamoteia muito rapidamente as questões da luta de classes, a relação capital trabalho, as próprias práticas de exclusão e inclusão produzidas pelo modo intrínseco de funcionamento do mercado. A pobreza é um efeito direto do modo de produção capitalista. Eu entendo que o Estado tem dificuldades de dizer isso, mas é importante que tenhamos isso claro. Não podemos deixar de notar que a Política de Assistência Social, da forma como se apresenta na atualidade, e no seu discurso oficial, é composta por discursos e por práticas lacunares, em minha opinião, mais ou menos

Ao mesmo tempo em que esses documentos enunciam direitos e cidadanias para os pobres, noto que, quando passam a instituir os instrumentos para promover esses direitos e cidadanias, a política se apresenta como uma pedagogia social bastante tradicional e psicologizante.

contraditórias. Vamos erradicar a pobreza. Muito bem, passemos para as mediações. Vamos fazer oficinas, dinâmicas de grupo, vamos trabalhar habilidades, aquisições, vamos fortalecer vínculos familiares. Então, parece que o SUAS pede uma perfumaria psicológica para erradicar a pobreza. Será possível fazer isso? Os municípios, muitas vezes, tem 80, 200, 400 anos, alguns são muito velhos. E vamos supor, tem um bairro de muita vulnerabilidade social, num município que existe há 90 anos, abre um CRAS, põe um psicólogo, um assistente social, um serviços gerais, que passam a ser responsáveis por 80 mil famílias na pobreza e na miséria, e eles têm que resolver isso. Aquela cidade tem 90 anos, tem um

prefeito, tem secretários municipais com bons salários e, não se esqueçam disso, tem políticas públicas básicas que garantem os direitos dos cidadãos. Aquele bairro em situação de vulnerabilidade, que eu acho um eufemismo horroroso, mas, o SUAS também o trouxe, as pessoas estão em risco e vulnerabilidade, isso as culpabiliza por conta própria também. Então, há um conjunto de questões aí a serem pensadas. Ao mesmo tempo em que esses documentos enunciam direitos e cidadanias para os pobres, noto que quando passam a instituir os instrumentos para promover esses direitos e cidadanias, a política se apresenta como uma pedagogia social bastante tradicional e psicologizante. Poderíamos arriscar dizer que a Assistência Social, no seu discurso oficial, poderia ser considerada como uma pedagogia que talvez visasse produzir muito mais efeitos terapêuticos do que políticos e transformadores. E que a socioeducação, na realidade, consistirá em vigiar e punir, educar e tratar, assistir e também proteger, na realidade. Aos psicólogos, e não apenas a nós, cabe o trabalho de subverter os discursos e práticas eminentemente disciplinares que permeiam essa área das políticas públicas, nas quais estamos atuando. 🧠

(Pessoa da plateia): Boa tarde, eu sou psicóloga do Rio de Janeiro, e durante o ano passado, trabalhei num abrigo e ouvindo as falas da mesa, fiquei pensando numa questão. Quando a gente trabalha num abrigo, a gente é um técnico de referência, então supõe-se que ali é um lugar de produção de vínculo com o sujeito que você está assistindo. **Como conjugar essa ideia de vínculo institucional e vínculo com o técnico com a lógica do emergencial e temporário da Assistência?**

Como que o psicólogo vai atuar se ele não tem definição desse sofrimento psíquico, dentro da Assistência Social?

(Pessoa da plateia): A minha pergunta seria para o Doutor Sílvio. No discurso, na fala dele, parece que eu percebi que ele está fazendo uma reflexão sobre o papel do psicólogo e do assistente social, que não estão definidos, e a questão do sofrimento psíquico, o papel do assistente social ou do psicólogo dentro desse contexto fica meio dúbio. **Como que o psicólogo vai atuar se ele não tem definição desse sofrimento psíquico, dentro da Assistência Social?** Eu trabalho em uma comunidade, há mais de 10 anos, e tem uma dificuldade extremamente grande de conseguir trabalhar com a questão do sofrimento psíquico, do sofrimento emocional. Porque a pessoa está com tanta fome, a pessoa está com tanta necessidade, a pessoa está sem casa, o barraco está caindo, os filhos estão

passando fome, muitas vezes eles não têm nem um pão de manhã, então como que eu vou conseguir trabalhar a questão do emocional dessa pessoa, se ela não tem comida? Ela não tem comida, ela não tem casa, ela está lá me pedindo um socorro, e eu fico muito confusa, como atuar nesse momento. Se como psicóloga que sou há 19 anos, ou como assistente social? Porque fica bem difícil o nosso papel dentro desse contexto.

(Pessoa da plateia): A minha pergunta vai para a Bader. Gostaria de saber se dá para falar um pouco mais sobre a potência de vida. Como promover esses espaços de potencialização sem reproduzir essa lógica de controle, de manutenção da ordem? Potencializar **para quê**, potencializar nesse sentido **o quê**? Potencializar para eles entrarem nesse mercado de trabalho? Como funciona para não reproduzir o que a gente vem criticando?

(Pessoa da plateia): Quando uma política coloca, por exemplo, uma equipe de referência, e especialmente agora com a Resolução 17, quando pensa uma equipe multidisciplinar, e tem como orientação que essa equipe deve realizar um trabalho interdisciplinar, em um espaço, em uma unidade, no CREAS ou no CRAS, numa unidade

de um conjunto de demandas que estão ali, que é a escuta não só do sofrimento, e da potência, e que ao propor isso, faz uma quebra de paradigma, porque pensa uma outra psicologia que não a psicologia clínica tradicional, ou comportamental conservadora.

de acolhimento, essa equipe tem um papel superimportante de fazer um trabalho interdisciplinar em que o processo de trabalho deve ser interdisciplinar, e essa atuação interdisciplinar deve ser registrada em um prontuário, quebrando essa visão unidisciplinar, pensando a perspectiva interdisciplinar. Gostaria que falasse mais sobre isso. Esse espaço de escuta dessa narrativa, desses sujeitos e dessa potência, que para mim também na política está apontada. Quando você fala do conjunto de demandas de usuários e usuárias, inclusive que a política coloca que tem que ter uma participação ativa, protagonista nessa relação, nesse diálogo com o trabalhador e com a trabalhadora. Então, de um conjunto de demandas que estão ali, que é a escuta não só do sofrimento, e da potência, e que ao propor isso, faz uma quebra de paradigma, porque pensa uma outra psicologia que não a psicologia clínica tradicional, ou comportamental conservadora. Aponta para uma possibilidade de um trabalho que vai nessa direção. Então não é o papel, não é qual o documento do psicólogo, qual o procedimento do psicólogo, mas é quando eu estou manuseando um prontuário ou fazendo uma escuta, é o meu olhar a partir dessa psicologia que você colocou aí, de olhar esse sujeito dentro de um contexto, de um território, e a partir daí promover o que a política inclusive coloca que é de atender às requisições que estão ali, o que o usuário está demandando. Como nesse trabalho interdisciplinar numa equipe multidisciplinar, eu posso dar conta, porque você falou muito bem que, essa visão do sujeito, da objetividade, da subjetividade, é do conjunto de profissionais. Então, eu acho que a política te apontou para um processo que pode ser revolucionário nesse sentido, de sair da unidisciplinaridade para a multidisciplinaridade. E esse é o nosso desafio, eu queria que você falasse mais sobre isso.

(Pessoa da plateia): Uma questão que vem me perturbando um pouco é pensar que quando a gente estuda, tem uma formação, ganha um conteúdo para basear a nossa prática, mas, de repente, a gente cai num ambiente em uma realidade que a gente não viveu. Como é que a gente faz, para integrar e conseguir pensar num manejo para unir muitas vezes o que a gente aprende com a realidade que a gente não conhece? **Como é que a gente consegue de fato propor um trabalho fidedigno e respeitoso, se a gente não conhece a realidade onde a gente vive e trabalha?**

(Pessoa da plateia): Trabalho em um município da Grande São Paulo e estou atualmente trabalhando com população em situação de rua. E no começo, eu disse assim: “Ah, que bom que eu vim!” Porque lá no trabalho, no dia-a-dia, eu me sinto louca às vezes. Quando a Bader fala na questão que estamos junto no controle, nossa, como isso é presente, principalmente com a população em situação de rua. Então, quem acaba atendendo a população, a gente é tido como a gente estando ao lado dos que não se comportam. A minha pergunta que está misturada com uma coisa que traz um sofrimento profissional cotidiano, porque quando a gente tenta lá na prática garantir algumas coisas que estão escritas na política, como o empoderamento, controle social, a participação, o retorno que se tem da instituição é: “Aqui não tem espaço para isso; faça isso nos movimentos sociais. Dentro da política, isso não é possível.” Porque temos todas as forças políticas em volta, e quando se tenta, na prática ali, de qualquer forma, atendimentos individuais, oficinas, grupos, quando a temática é dar voz e vez às pessoas, considerar a realidade, a gente tem o retorno de que devemos fazer em outro lugar; dentro da política não é possível; faça isso depois do expediente. Então, como que a gente avança neste 10 anos? Acho que é a crítica do outro professor (Benelli) também, como a gente mexe nessa maquiagem, sem reverberar tanto nas opressões que os profissionais sentem quando tentam trazer o sujeito, tirá-lo do lugar de submisso da política, do técnico que sabe sobre as verdades todas.

(Pessoa da plateia): Eu não sou psicóloga, sou assistente social. Eu trabalho no SUS e no SUAS. Tenho trabalhado muito também com população de rua, e agora no CREAS mais com família e idosos. Somos responsáveis por 80 mil famílias pobres. E a minha pergunta vai para o doutor Sílvio. **Gostaria que você aprofundasse um pouquinho esse conceito partindo dos princípios e conceitos de territórios e das diferenças regionais do País.** 🌍

quando a gente tenta lá na prática garantir algumas coisas que estão escritas na política, como o empoderamento, controle social, a participação, o retorno que se tem da instituição é: “Aqui não tem espaço para isso; faça isso nos movimentos sociais. Dentro da política, isso não é possível.”

Bader Burihan Sawaia: Bom, eu queria fazer uma síntese aqui. Primeiro, temos que parar com isso de considerar que o psicólogo vai fazer a revolução. Eu vou ler uma frase de Martín-Baró: "A psicologia não é uma ciência, nem profissão capaz de provocar revoluções estruturais na sociedade, mas deve ter esse objetivo em sua prática e pesquisa para não reproduzir e perpetuar os elementos ideológicos da sociedade capitalista." E do apelo de Lane, para potencializar para tanto *o comum*. Eu vou tocar um pouco nessa questão do que é o comum nas diferentes esferas da vida. A questão que vocês estão trazendo é múltipla. Ela tem a questão de que estamos no capitalismo, como já foi dito, e é incongruente pensar que o Estado vai financiar políticas que vão derrubá-lo, que vão transformá-lo. E agora, com tudo isso, há sempre aquela preocupação, a de que estamos lá, precisamos aprender, essa é uma oportunidade rara, precisamos descobrir o que fazer. Primeira coisa é considerar que a nossa ação não é maquiagem. Para Espinoza, ninguém muda, ninguém cresce, não há criação no sofrimento. Ele muda um pouco essa concepção, essa concepção que há muito tempo está na nossa pedagogia que é com o sofrimento que a pessoa cresce. Ao contrário, com sofrimento a pessoa se enreda cada vez mais na servidão. E ela cada vez mais tem a ilusão de que está lutando pela sua liberdade, quando está lutando pela sua servidão. Então, eu delimito aqui o campo de ação, onde podemos provocar algumas transformações. Até a própria mesa já tinha dito, pre-

a oportunidade que o SUAS traz não é só fazer com que a gente olhe para uma população que a gente não olhava, mas transformar o fenômeno psicológico em questão social. Mas precisamos pensar por que ele é uma questão social.

cisamos começar na formação do psicólogo, mas não só na formação. Queria mostrar que nós estamos cristalizando conceitos, conceitos que estão divergindo como agora. Nós estamos concordando em muita coisa, mas discordamos quando se fala em sofrimento psíquico e social. Esse é um debate entre a gente. Eu estou dizendo que não há essa diferença. Acho que é uma questão para continuarmos debatendo. Outra coisa, nós não podemos pensar em transformar essas questões em técnicas. As técnicas inibem a reflexão. Infelizmente, nós não temos respostas técnicas, e talvez não teremos. O principal é ativar a nossa capacidade de reflexão crítica com os companheiros. Como vocês disseram, a oportunidade que o SUAS traz não é só fazer com que a gente olhe para uma população que a gente não olhava, mas transformar o fenômeno psicológico em questão social. Mas precisamos pensar por que ele é uma questão social. Se eu consigo definir dessa forma, vou estar trabalhando com o assistente social, sem ficar preocupado com fronteiras ou separações. Agora mesmo, estamos com um

grupo de promotores, que foram até a PUC, insatisfeitos com o que eles vêm fazendo. E as inspeções que eles fazem nos abrigos, as internações compulsórias, eles estão sentindo que, por trás do que eles fazem, que muitas vezes é horrível, tem concepções de psicologia, concepção de criança, tais como a criança é incapaz de dizer as suas necessidades, a adolescência é sempre perturbadora, transitória etc.. Foi nessa direção que eu estou dizendo, num campo mais cômodo. Eu não estou no campo, eu me alimento do que vocês me trazem no campo, e tento ver na minha especificidade o que foi possível. Então, estou pensando em algum espaço de escuta. Em relação à ação do psicólogo, quais são as três palavras mais citadas? Escuta, vínculo, medidas socioeducativas. Nós sabemos que não é possível fazer terapia. O que isso significa então nesses aspectos? Eu estava tentando quebrar fronteiras na escuta. Acho que o psicólogo tem mesmo ouvido aguçado para escutar coisas que o serviço social não escuta, e o serviço social tem ouvidos aguçados para escutar coisas que o psicólogo não escuta. Mas, se eu concebo que esse sofrimento psíquico é também ético-político, por exemplo, no caso de uma menina que esses promotores trouxeram. Começou a ser atendida com 2 anos de idade, hoje ela é taxada de esquizofrênica. Ela está nesse circuito desde os dois anos e essa é um de nossas grandes questões: o que é criar vínculo dentro da lógica da transitoriedade. Muitas das iniciativas do serviço social: transformar assistência em direito, são cooptadas, porque nós estamos numa sociedade capitalista, nós não podemos perder essa dimensão. Então, se a gente perder a dimensão crítica ou reflexiva, a instituição coopta também. Por exemplo, a batalha para a não internação, para substituir a internação, então nós te-

mos duas palavras de ordem, transitoriedade e involuntário. As pessoas perguntam como criar vínculos nessa transitoriedade. Além disso, eu acho que ela está gerando, o que já foi denunciado por vários autores, uma lógica manicomial em movimento, ela é um circuito, a criança sai de um lugar, vai para o outro, vai para o outro, até os 18 anos, quando não tem mais para onde ir, vai para a rua, porque nossa mentalidade é só a família que é o lugar. Então, são iniciativas muito boas, mas que, na verdade, quando são implantadas, elas são corrompidas por todas as forças na instituição. O que é vínculo? O que é escutar? Precisamos tirar a tecnicização disso. Por que vínculo e não relações afetivas? Quando se fala em vínculo, não aparece quase a palavra emoção e afeto; vínculo parece um contrato entre o psicólogo e o usuário. Como eu posso criar vínculo com adolescente, se eu não posso demonstrar afeto, se eu não posso gostar dele? Tem até casos como o de uma psicóloga que tentou romper com isso, e abraçava os jovens, e foi expulsa da instituição. Tem perigo de um lado, e tem perigo do outro, mas o que é esse vínculo? A psicologia tem meio afeto. Ela considera o afeto ainda da ordem do distúrbio, da perturbação, e não como fala o Espinoza, que o afeto é a base da ética, a base dos vínculos sociais. Ele vai falar que o principal princípio político é o sentimento comum. Não é esse coletivo, não é uma solidariedade de dever ser não. É sentir que o outro é o maior bem para mim, e isso tudo nós estamos diluindo em uma sociedade capitalista, individualista. Esse sentimento do comum é o primeiro sentimento que toda forma tirânica quer quebrar, para poder dominar, para impor o medo. Porque o sentimento do comum leva as pessoas a construir multidão, não multidão. Multidão para defenderem no coletivo. Eu acho que tem um pouco de semelhança com consciência de classe, classe para si do Marx. Então, as empreiteiras sabem muito bem, mas nós não sabemos como alimentar isso. As empreiteiras, a primeira coisa quando elas vão remover a população, começam com a população junta, fazendo um bloqueio, depois chamam o líder, oferecem para ele churrasco, distribuem favores. Quebrou o comum, e então fica muito fácil

Quando se fala em vínculo, não aparece quase a palavra emoção e afeto; vínculo parece um contrato entre o psicólogo e o usuário. Como eu posso criar vínculo com adolescente, se eu não posso demonstrar afeto, se eu não posso gostar dele?

Não é só como uma ideia reguladora, não é só trabalhar a família, não é só trabalhar meu vínculo, mas é só trabalhar o território de uma forma que a gente construa esse sentimento de comum, não é só uma participação instrumental.

fazerem a remoção da população. Quando você me perguntou o que é essa potência de vida para ele, essa potência de vida é isso. Não é só uma sobrevivência física. Ele rebate isso, tem até um texto aí que eu escrevi, que não é a forma, é de outras coisas, vocês vão ficar um pouco horrorizados, mas para ele é essência, nós somos todos humanos, pedra, animal, somos todos da mesma substância, queremos viver, perseverar na nossa existência, que é me manter vivo, não só livre, mas com potência de expansão. Para ele, então, o sofrimento maior é a servidão. Ele trabalha com servidão, emancipação e autonomia. E os homens comuns não podem garantir a salvação dessa servidão sozinhos. Nós precisamos do outro, e esse precisar do outro é o que toda a sociedade tenta impedir. Fazendo uma pesquisa com refugiadas, um fato me alertou para uma questão, que ainda nós precisamos trabalhar melhor. Nós estávamos lá com o pessoal, a gente fazendo pesquisa, e o outro pessoal estava lá para ver se ela merecia ser considerada refugiada ou não. O filho dela pequeno sai correndo e vai para a rua, nós estávamos na porta. A mulher não se mexe. Eles falaram, ainda não tem responsabilidade de mãe. Depois conversando com ela, ela diz: *"Mas, gente, eu venho de um lugar em que meu filho não é meu filho, é responsabilidade da comunidade. Ele saiu, vocês estavam lá, vocês devem gostar dele, ter responsabilidade dele como eu. Por isso que eu não sai correndo."* É essa concepção de trabalhar no território que eu estou tentando pensar um pouco. Não é só como uma ideia reguladora, não é só trabalhar a família, não é só trabalhar meu vínculo, mas é trabalhar o território de uma forma que a gente construa esse sentimento de comum, não é só uma participação instrumental. Esse tra-

balhar no território de forma a quebrar as distinções entre público e privado que é outra distinção ideológica. Esse público privado foi uma construção. A família é o lugar do amor, e é no público que eu discuto política. Não, eu tenho que discutir política na família, eu tenho que ser cidadã de direito na família, tenho que diluir essas fronteiras, e uma forma de fazer isso é trabalhar no território, temos experiências muitas que a gente acabou esquecendo. A economia solidária foi uma experiência dos anos 80, em que tínhamos muita esperança, o Teatro do Oprimido, que algumas alunas agora tentam recuperar, rebatendo um pouco os que consideram o seu criador Boal excessivamente racional, e nós estamos tentando agora ver que o Teatro do Oprimido trabalha com emoções. Espinoza fala uma coisa muito verdadeira, que não se muda uma paixão por uma ideia. Todos nós sabemos, todo psicólogo sabe, não adianta ficar dando conteúdos e falando, a pessoa tem consciência, mas ela não consegue mudar as suas paixões.

temos muita pressa em ir a técnicas, como converter as teorias em técnicas

Sílvio José Benelli: As questões são importantes, mas, em função do horário, eu vou tentar ser breve. Acho que a Professora Bader foi muito feliz nas respostas que deu, e eu acho que uma vida é muito curta para estudar tudo que a gente precisa e gosta (Nietsche, Freud, Marx, Foucault, Vygotsky, Lacan, Deleuze, Guatarri). Um psicólogo ou um trabalhador da Assistência Social precisa saber mais do que sabe certamente, para se entender como cidadão e poder trabalhar com o outro também como cidadão, como mediador de cidadania para o outro, e que isso não seja só uma palavra bonita. A outra coisa é que temos muita

como é que você constrói vínculos se você não está lá?

As Prefeituras, às vezes, são lugares nos quais o Estado de Direito da Constituição não vigoram. Isso traz um conjunto de sofrimentos para os trabalhadores: rotatividade, a falta de respeito com os próprios trabalhadores, isso tudo incide no vínculo, na mudança, na fragilidade dos equipamentos, na falta de recursos, na pouca orientação que a gente tem, às vezes, para se localizar ali

pressa em ir a técnicas, como converter as teorias em técnicas. Alguém da plateia falou da dificuldade da inserção institucional desse trabalho de conhecer. Outra coisa que temos que estudar é a análise institucional, como é que você chega no território, como é que você aborda. As pessoas sempre comentam que as famílias não querem o trabalho do CRAS. Mas, uma equipe do CRAS tem que ficar cinco anos no território, tem que gostar daquela gente. Tem uma rotatividade de psicólogos na Assistência Social. As pessoas fazem concurso, as pessoas têm direitos, mas mudam o mandato, muda toda a gestão, a Prefeitura tira os profissionais, demonstrando que não respeitam a história do CRAS, do bairro. Então, como é que você constrói vínculos se você não está lá? Então, são vínculos muito curtos, é a realidade, a dinâmica da vida, é um sofrimento para o psicólogo também. Não posso deixar de dizer que a questão do vínculo não é só racional, cognitiva, mas a nossa capacidade de estabelecer vínculos passa também por um trabalho de análise pessoal, de lidar com os nossos narcisismos, com as nossas vaidades, com a confusão das nossas questões com o outro. Então, o nosso próprio trabalho pessoal, ele produz um efeito na possibilidade de a gente estabelecer vínculos com as pessoas. Os trabalhadores também sofrem, tem muito sofrimento nos trabalhadores. Também costumo dizer que as Prefeituras, infelizmente, não costumam primar pelo que eu chamo do Estado de Direito, não é mesmo? As Prefeituras, às vezes, são lugares nos quais o Estado de Direito

da Constituição não vigoram. Isso traz um conjunto de sofrimentos para os trabalhadores: rotatividade, a falta de respeito com os próprios trabalhadores, isso tudo incide no vínculo, na mudança, na fragilidade dos equipamentos, na falta de recursos, na pouca orientação que a gente tem, às vezes, para se localizar ali. Alguém falava também do sofrimento do profissional que vai nessa direção, da militância. Eu costumava dizer para os meus alunos que é um trabalho de psicólogo orientar a população para ir às conferências municipais, para ir às audiências públicas da Prefeitura, porque as Prefeituras têm que fazer audiência pública sobre o orçamento do município para o ano seguinte. A Prefeitura não quer que você faça política, porque você é pago pelo prefeito que está governando agora; mas, quando o prefeito acabar o mandato dele, você continua funcionário da Prefeitura. Então, há umas relações muito esquizofrênicas que enfrentamos no cotidiano do trabalho, entre a militância e certo cerceamento da liberdade política do próprio trabalhador. Essa responsabilidade com o território, a importância das diferenças regionais, isso tem a ver com as práticas também. A nossa ciência, psicologia, é uma ciência disciplinar como diz o Foucault, e ela quer construir verdades hegemônicas, na pós-graduação, no mestrado, no doutorado, e verdades que possam ser aplicadas em todos e quaisquer lugares. Há um conjunto de questões epistemológicas e paradigmáticas que já questionam isso, uma psicologia que produz verdades universais que servem para qualquer lugar do mundo. Alguém na mesa anterior falava de muita coisa original, interessante, criativa, que está sendo inventada nos mais diversos lugares. Essa é uma dimensão da própria prática da psicologia, o que não quer dizer cair no senso comum, na improvisação e no amadorismo, porque eu costumava ser muito

Há um conjunto de questões epistemológicas e paradigmáticas que já questionam isso, uma psicologia que produz verdades universais que servem para qualquer lugar do mundo

os psicólogos também precisam ocupar não só a ponta do serviço, mas espaços de gestão na administração municipal, para poder implementar nos serviços outras lógicas, um trabalho que tenha uma direção propriamente política, não apenas terapêutica, para ficar com esse termo, pedagógico-terapêutica

crítico com isso também, mas essa liberdade, essa possibilidade de ousar, criar coisas que não existem nessas relações, nesses vínculos. É interessante que essa dicotomia do vínculo (se apegar, é mandado embora..., se abraça muito, não, você não pode ser frio, mas o vínculo é curto...) já é uma coisa que o Irwin Gofman discute num livro famoso dele, **Manicômios, prisões e conventos**. Ele fala da instituição de internação, mas é interessante como eu venho ouvindo as pessoas falarem: *"Se o psicólogo do Cras se apega muito à população, tira ele e põe no Creas, manda ele trabalhar na secretaria... Não, não pode ter vínculo."* Tem umas coisas muito loucas que a gente faz por aí. Então, essa questão do vínculo é importante. Alguém falava das equipes multidisciplinares. Eu estou longe aqui de dizer para vocês que o SUAS é uma paixão inútil. Muito pelo contrário, o SUAS nos trouxe... Eu trabalhava com a psicologia comunitária na universidade, não tínhamos onde trabalhar, os psicólogos da psicologia social e comunitária. Hoje, temos os CRAS, os CREAS, temos as entidades de atendimento, temos um conjunto de estabelecimentos, temos brechas institucionais, como a professora Bader apontava. Nós temos é que conseguir nos articular, conseguir nos apropriar de conhecimentos, de informações e construir equipes multidisciplinares.

Os psicólogos, não sabemos tudo, temos muita coisa para inventar e criar. Os assistentes sociais também. Temos que aprender com eles e eles terão que aprender conosco também muitas coisas. É um trabalho que realmente exige sair inclusive desse narcisismo, o Freud chamava de narcisismo das pequenas diferenças. O que é específico do psicólogo, específico do assistente social ou do pedagogo? Se a gente estuda um pouco Michel Foucault, por exemplo, vamos ver que essas três áreas de conhecimento, psicologia, pedagogia e serviço social são irmãs siamesas. Todas elas são pedagógicas, todas elas são terapêuticas, todas elas fazem intervenções. Isso nos permite também, falando do comum, como apontava a professora Bader, pensar num campo comum e possibilidades de subversão. Claro, sem nenhum tipo de onipotência, porque, de fato, é uma questão essa também, os psicólogos também precisam ocupar não só a ponta do serviço, mas espaços de gestão na administração municipal, para poder implementar nos serviços outras lógicas, um trabalho que tenha uma direção propriamente política, não apenas terapêutica, para ficar com esse termo, pedagógico-terapêutica. Para implementar um trabalho psicológico que tenha um viés político também nas Prefeituras, nos nossos locais de trabalho, é preciso que nós psicólogos também atuem na gestão. Essa é uma dimensão importante e, às vezes, eu pergunto para os alunos: *"Quem quer aqui ser secretário municipal?"* Respondem para mim: *"Não estamos pensando nisso."* Não temos isso, às vezes, no nosso horizonte, como um espaço importante. As pessoas, individualmente, não resolvem as coisas. Mas, algumas pessoas diferentes, em lugares-chaves, realmente podem fazer bastante diferença. Eu encerro por aqui a minha fala e agradeço a oportunidade. 🙏

Painel

Desafios e perspectivas para valorizar o trabalho social, qualificar os serviços ofertados e efetivar o SUAS como política pública de garantia de direitos.

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Boa tarde, novamente, a todas, a todos. Queria retomar aqui, vou iniciar me reapresentando, já que algumas pessoas estão chegando hoje. Sou Joari Carvalho, sou psicólogo, sou trabalhador da Assistência Social em Suzano, onde atuo no Departamento de Vigilância Socioassistencial. Neste momento, faço parte do Conselho Regional de Psicologia como conselheiro, na atual gestão, o 14º Plenário e, pelo Conselho, tenho participado da representação no Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS, e participava na representação na Frente Estadual Parlamentar em Defesa do SUAS em São Paulo. Queria entrar, então, na ideia do painel, que é a última etapa do seminário. O painel foi construído para que a gente tivesse alguns aspectos considerados muito importantes estrategicamente para avançarmos na Política de Assistência Social. No tema do painel, nós temos os desafios e perspectivas para valorizar o trabalho social, qualificar os serviços ofertados e efetivar o (SUAS) como política pública de garantia de direitos. Cada pessoa que vai compor o painel recebeu um convite pedindo que trouxesse uma consideração sobre um dos quatro aspectos que, fazendo discussões, analisando muitas questões que chegam ao CRP e os debates da própria Política de Assistência Social, foram considerados inadiáveis para a gente aprofundar. E, aí, queríamos aproveitar essa oportunidade para discutir o Plano Estadual de Educação Permanente e Capacitação, a gestão do trabalho, a mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras e a mobilização de pessoas usuárias dos serviços no Estado

de São Paulo, no Brasil e nos municípios onde todos nós atuamos ou poderemos vir a atuar. Muito do que a gente discutiu ontem na conferência, muito do que se discutiu nas oficinas, poderá voltar aqui à tona, entendendo que boa parte das questões e de algumas dificuldades podem ser acolhidas e superadas com esses quatro elementos da Política de Assistência Social avançando; porque entendemos que deixam a desejar, e nós todos precisamos ser protagonistas desses processos de superação das dificuldades em relação a esses quatro eixos, para o que, inclusive, já convocamos todos vocês a continuarem esses debates nos nossos locais de trabalho, nos movimentos sociais, nos órgãos onde trabalhamos, para que não fiquemos restritos somente ao debate de hoje, nessa tarde de sábado. Vou compor aqui a mesa do painel, convidando a Stela da Silva Ferreira, graduada em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, mestre e doutoranda em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ela atuou por 10 anos como pesquisadora na Universidade de São Paulo, na área de direitos sociais de famílias trabalhadoras. É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social, o NEPSAS, PUC/São Paulo. Participa de coletivas de profissionais voltados à elaboração, sistematização e realização de processos de educação em serviços do SUAS. É consultora em educação permanente na Assistência Social, em âmbito federal e municipal, e é docente em cursos de pós-graduação e especialização com foco em políticas sociais,

Muito do que a gente discutiu ontem na conferência, muito do que se discutiu nas oficinas, poderá voltar aqui à tona, entendendo que boa parte das questões e de algumas dificuldades podem ser acolhidas e superadas com esses quatro elementos da Política de Assistência Social avançando; porque entendemos que deixam a desejar, e nós todos precisamos ser protagonistas desses processos de superação das dificuldades em relação a esses quatro eixos

a quem nós convidamos para falar sobre a gestão do trabalho. Quero convidar Maria Izabel Cunha Soares, advogada, formada pela PUC/São Paulo. Ela é diretora executiva da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. É mestre em direitos humanos pela Faculdade de Direito da USP, foi coordenadora do Programa Centro de Integração da Cidadania, CIC, ligado à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, cuja missão é

promover o exercício da cidadania por meio da participação popular e garantir formas alternativas de acesso à Justiça. É professora colaboradora das ações de educação política da Fundação Konrad Adenauer, a quem nós convidamos para falar sobre a Política Estadual de Capacitação e Educação Permanente. Queria chamar Marcos Melão, participante do Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS de São Paulo, desde sua criação. Foi coordenador, por uma gestão, representando o Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo, o SINDSESP, onde atualmente é secretário geral. É funcionário público concursado na Secretaria de Desenvolvimento Social e associado da Associação dos Trabalhadores em Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo), a ATDCESP, a quem convidamos para falar sobre a mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores de São Paulo. E, sobretudo, Anderson Lopes, do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, que trata do protagonismo das pessoas usuárias dos serviços da Assistência Social, a quem, evidentemente, fizemos a convocação para nos mobilizar para a colaboração nesse processo de mobilização das pessoas usuárias dos serviços da Assistência Social. 🌐

advogada, formada pela PUC/São Paulo, diretora executiva da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, mestre em direitos humanos pela Faculdade de Direito da USP, foi coordenadora do Programa Centro de Integração da Cidadania, ligado à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, professora colaboradora das ações de educação política da Fundação Konrad Adenauer.

Boa tarde a todas e a todos! É com grande alegria e bastante nervosismo que aceito esse convite de estar nessa mesa de debate. É a primeira vez que eu vou falar para um público eminentemente de psicólogos. Eu sei que dentro da área do SUAS, a minha categoria se encaixa; porém, ela é a minoria. Os advogados, apesar de serem também trabalhadores do SUAS, são uma categoria bem pequenininha e talvez precise ser maior e ter uma atuação mais engajada. Acho que é importante, antes de falar sobre o Plano Estadual de Capacitação, explicar rapidamente como eu vim parar nesta posição. A minha formação e principalmente o caminho que eu segui dentro do direito me levou a escolher a minha área de especialização, que é educação em Direitos Humanos. Mas eu chego à assistência por um outro caminho. A minha área de pesquisa foi a educação popular, como você divulga e dá acesso a direitos para a população para que, em primeiro lugar, ela tenha conhecimento de seus direitos e depois encontre uma forma de garantir esses direitos. Foi nessa experiência que eu tive na Secretaria da Justiça, coordenando os Centros de Integração da Cidadania, espaços voltados para a participação popular que o meu trabalho foi se aproximando da assistência e, principalmente, do usuário da assistência, se a gente chamar dessa forma o público-alvo, a quem a política se destina, que são principalmente as populações em áreas de alta vulnerabilidade social. Por conta disso e também por conta da minha formação, eu não consigo abordar um assunto sem pensar no seu amparo legal. Então, ontem, quando a gente estava

aqui, na abertura, e que eu assisti o vídeo o "Tecido e o Tear", eu me senti bem localizada. Eu falei: "Tem tudo a ver com a minha prática, com a minha história." Porque foi um vídeo basicamente na defesa dos Direitos Humanos, e a gente entende os direitos sociais a forma de efetivar os Direitos Humanos. Quando pensamos na história recente do nosso país, com o advento da Constituição Federal de 1988, temos uma mudança de paradigma: sair de uma política assistencialista e partir para uma política garantidora de direitos. E o SUAS nada mais é que uma grande política garantidora de direitos; é a forma de a gente ter a política pública que vai efetivar aqueles direitos que estão preconizados na lei. Com base nessa legislação, e que a gente tem mais recentemente a questão da educação permanente, é então que entra a EDESP, a Escola Estadual de Desenvolvimento Social, que é voltada para todos os trabalhadores envolvidos no SUAS. Embora ela esteja na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, ela é voltada para todas as pessoas do Estado que trabalham com essa política. Então, é importante eu estar aqui hoje e ter esse canal aberto com vocês, que são pessoas que operam essa política e que também podem demandar da EDESP projetos de capacitação, entendimento de determinadas situações que ainda não estão claras na construção da política. Durante os relatos das oficinas, que eu ouvi antes dessa mesa começar, duas coisas me chamaram bastante atenção. Uma delas foi a necessidade de repensar e refletir sobre a nossa prática. A EDESP quer ser um espaço de referência para, justamente,

os espaços de formação são voltados para manter os questionamentos, manter o ponto crítico, manter as críticas, mas olhando para somar, e não para anular aquilo que o outro pensa e com que o outro trabalha

essa reflexão, esse repensar sobre a prática. Claro que as novidades, as coisas que vão aparecendo, as mudanças que vão ocorrendo, é muito importante que elas cheguem a cada um de vocês, mas também é necessário que se possa proporcionar espaços para repensar essa prática. É também com essa perspectiva que a EDESP quer trabalhar. E outra questão colocada foi a da rivalidade. Isso não é uma questão restrita apenas à assistência. A gente percebe que profissionais de áreas distintas que estão praticando a mesma política pública, muitas vezes, entram em um terreno quase que estúpido de rivalidade, quando na verdade o que precisamos fazer é unir as forças para poder tocar a política. Então, também acho que os espaços de formação são voltados para manter os questionamentos, manter o ponto crítico, manter as críticas, mas olhando para somar, e não para anular aquilo que o outro pensa e com que o outro trabalha. Mais uma coisa que acho também importante colocar em relação à Escola. A secretaria, neste momento, passa por uma mudança de gestão, estamos sob o comando de um novo secretário, que é o Secretário Floriano Pesaro, uma pessoa comprometida com a área da assistência já há muitos anos, ele foi secretário municipal da assistência. Então, é importante colocar para vocês como essa nova gestão está enxergando a questão da educação permanente, capacitação continuada e a Escola, nessa perspectiva. Então, uma das pretensões da Escola – vou usar essa palavra, mas a gente espera que consiga sair do campo da pretensão para o campo da realização – é conseguir travar um diálogo com outras áreas do conhecimento que possam engrandecer a área da Assistência Social. Por exemplo, no dia 31 de março, a gente realiza um evento de comemora-

ção de aniversário da Escola, que completa três anos, e convidamos para compor uma mesa de debates uma pessoa do CEFOR, que é o centro de formação da área da Saúde, que vai falar como foi o desafio para o SUS implantar um programa de educação permanente e formação continuada dos profissionais da Saúde. A gente escolheu o SUS porque encontra muita intersecção entre a mudança das leis, a implantação do

Não posso deixar de falar que, finalmente, esperamos, a escola consiga realizar o CapacitaSUAS, que ainda não foi realizado aqui no Estado.

SUS, com o SUAS, e o programa de educação permanente das duas áreas. Uma outra área que convidou para esse evento foi a Escola de Defensoria Pública do Estado, porque ela tem uma vida intermediária entre a implantação do SUS e a do SUAS, também trabalha com o mesmo público-alvo da assistência. A Defensoria tem um núcleo, o CAM, Centro de Atendimento Multidisciplinar, formado por assistentes sociais e psicólogos, que travam um diálogo direto com a Assistência Social. Então, acho que será um evento bastante produtivo, porque são formas de engrandecer a gente engrandecer a política gerando trocas com outros setores. Essa é também uma pretensão da Escola. Não posso deixar de falar que, finalmente, esperamos, a escola consiga realizar o CapacitaSUAS, que ainda não foi realizado aqui no Estado. A gente sabe do compromisso com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Isso é fundamental. A gente já fez uma interlocução com Brasília, e, na semana que vem, vamos receber a pessoa da região Sudeste, do Ministério, para nos dar orientações a respeito da implantação do primeiro módulo do CapacitaSUAS, que o Estado de São Paulo ainda não fez. Mas, o objetivo da gestão do secretário Floriano é estreitar relações com o Ministério, entendendo que é importante haver uma integração não só entre setores, mas também entre as esferas federal, estadual e

municipal. Outra coisa importante, que não posso deixar de falar é que a gente, na semana que vem, inicia uma parceria mais intensa com a Secretaria Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência, para trabalhar um programa de enfrentamento à violência contra a pessoa com deficiência. E que isso esteja na agenda das famílias, porque muitas vezes percebemos que essas pessoas com deficiência sofrem violência, porém sua família não tem suporte, e muitas vezes o trabalhador do CRAS, do CREAS não sabe lidar com essa situação. Então, a nossa intenção é também promover a capacitação nessa área. Ainda seguindo o nosso plano, eu não sei se vocês já têm conhecimento, mas o programa Recomeço, que é um programa estadual voltado para a população usuária de álcool e drogas integrou as ações da Secretaria de Desenvolvimento Social, no início deste ano, e a ideia é também promover capacitações nessa área, que é uma área bastante difícil. Lembrando a fala da colega, aqui, a respeito de como agir, se age em cima da redução de danos, como se trabalha com a família; então, uma das vertentes da EDESP vai ser trabalhar com capacitação nessa área. Além disso, é necessário proporcionar conhecimento na área de instrumentais de gestão, porque uma coisa é a área técnica, é saber lidar com a política, outra coisa é fazer a gestão dessa política de forma que os dados fornecidos e produzidos pelos profissionais nessa área possam realmente gerar uma avaliação para se repensar os rumos que a política está tomando. Acho que tem mais uma questão, que lá na secretaria a gente leva bastante em conta e da muita importância, é que as ações da Escola são pactuadas com outros setores da secretaria, que têm acesso ao que acontece na ponta, no dia-a-dia do trabalhador do SUAS. Então, nós temos um instrumental, que é o LNC, que é um instrumental de levantamento de necessidades de capacitação, que é passado para as nossas áreas e que chega a nós, para que, junto desse instrumental e dos coordenadores de áreas da secretaria, a gente possa criar o plano anual de capacitação. O plano do momento, o PEC 2004-2005, se encerra e, a partir de agora, esse ano, desenhamos o novo plano para cumprir o Plano Plurianual do Governo do Estado. O nosso plano vai se adequar às no-

vas diretrizes do PPA e vai ser construído também de forma participativa com as áreas da secretaria. Então, só para vocês terem uma ideia, eu tenho uma lista aqui de algumas necessidades que foram levantadas na **área de desenvolvimento pessoal**: técnicas de redação, atendimento ao público com questões de atitudes comportamentais, relação interpessoal, ética no trabalho, comunicação e expressão, liderança e motivação, negociação e gestão de conflitos; na **área técnico operacional**: operacionalização do Sistema Pró-social e procedimentos de cadastramento de entidades sociais, procedimentos de licitação, pregão eletrônico, gestão patrimonial de materiais de consumo, análises de prestação de contas sobre convênios, emendas parlamentares, manuseio e aplicativos contábeis da administração pública, capacitações sobre serviços de proteção social especial de média e alta complexidade. Só um parêntese, quando falamos da prestação de contas, acho que não podemos nos esquecer de falar de um ponto que está deixando muita gente ansiosa, que é a nova lei das organizações sociais. Não queremos passar por esse processo em branco, então a EDESP também quer poder discutir e proporcionar capacitações nessa área, e as pessoas que estão na ponta, que trabalham com entidades, sabem o quanto isso está gerando um certo desequilíbrio, um nervosismo por parte das entidades. Na **área de gestão pública**: fundamentos e princípios na administração pública, supervisão, monitoramento, orientação e avaliação de políticas e programas e serviços socioassistenciais, gestão de orçamento e finanças públicas com descrição das diversas formas de custeio e suas normas operacionais. Nosso objetivo, além de realizar o módulo 1 do CapacitaSUAS¹, porque há três anos já existe a política do Ministério, então, é poder caminhar junto e construir esse programa de educação permanente do Estado contando com a participação de todos os trabalhadores. Acho que, por ora, era isso que eu tinha para falar. Agradeço mais uma vez a todos que ouviram e agradeço o Conselho pelo convite. 🙏

1 Em 27/10/2016, FUNDAP e SEDS firmaram uma parceria para execução do SUAS no Estado de S.Paulo, oferecendo 2.250 vagas em cursos em 29 pontos do Estado.

Graduada em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, mestre e doutoranda em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança e Assistência Social, na PUC/São Paulo, docente em cursos de pós-graduação e especialização com foco em políticas sociais.

Boa tarde a todos e a todas! Quero agradecer imensamente a oportunidade de compor esta mesa, este painel, e acho que é um privilégio participar de uma mesa com essa composição; enfim, agradecer de coração. E quero dizer também que a oportunidade de ter participado deste grande encontro, desde ontem, também marca um pouco as intensidades e as ênfases que eu vou fazer aqui, na minha contribuição a esse debate. Então, eu quero agradecer às pessoas que conviveram comigo na oficina, ontem, à tarde, e às pessoas que hoje, pela manhã, também, na oficina com a Rozana¹, puderam me alimentar e ativar um pouco mais para essa conversa. Fui convocada a trazer uma contribuição de um lugar um pouco mais amplo do que aquele em que eu venho estudando há muito tempo, trabalhando e militando na área do SUAS, que é a discussão da educação permanente. Mas, como a gestão do trabalho que a gente vem construindo num processo de debate é mais ampla do que a discussão da educação permanente, vou trazer algumas contribuições parciais, pois não vou dar conta da totalidade dessa discussão, porque seguramente eu serei complementada pelas falas do Marcos e do Anderson. Vou falar de um percurso que tem três momentos. Então, no primeiro deles é uma diretriz muito cara à Política de Assistência Social, desde sua construção, em 88, herdeira daquilo que a gente tem de melhor da tradição dos movimentos populares, que é garantir na Constituição de 88 o direito à par-

Vou trazer aqui uma reflexão de como não fazemos discussão de gestão do trabalho dissociada da diretriz de participação social.

ticipação. Vou trazer aqui uma reflexão de como não fazemos discussão de gestão do trabalho dissociada da diretriz de participação social. Então, eu vou tratar um pouco desse ponto de forma bastante rápida e eu faço essa escolha motivada por duas coisas. Uma delas tem a ver com o meu doutorado em que tento buscar um modo para que a gente não esqueça que essa política tem memória. Temos enfatizado muito que essa política é nova, e de fato ela é, de um certo ponto de vista, mas ela é também uma construção política em espaços que podem ser aperfeiçoados, e seguramente devem ser ampliados, que são as conferências e os conselhos. Por isso, então, eu escolhi trazer a história da gestão do trabalho no âmbito das Conferências de Assistência social, e aí também fiz essa escolha política, porque estamos no ano de Conferência. Em 2013, nós fizemos um balanço de 8 anos de implantação do SUAS e o mote deste ano é projetar os próximos 10 anos, o que queremos e para onde queremos ir. Isso é uma coisa que me convocou para estar aqui com vocês. Eu queria pedir rapidamente: Quem daqui da plenária já participou de conferências municipais de Assistência Social? Das estaduais? E da nacional? Então, temos aqui pouquíssimos companheiros que conseguem fazer esse caminho. Mas, isso é normal porque os processos de representa-

1 Ver síntese da oficina 17 - Trabalho em equipe multiprofissional e a concepção de interdisciplinaridade, realizada por Rozana Fonseca.

Confundimos participação com corpo presente, a lista de frequência assinada, que nos informa quantas pessoas participaram de um evento. Isso é um comecinho de participação, mas o que a gente quer mesmo é do ponto de vista de redistribuição do poder. E sabemos que o poder na sociedade em que a gente vive é extremamente concentrado, infelizmente

ção vão ascendendo por delegação e por porte de Município e de Estado. Vocês vejam que a participação é mais ampla em âmbito municipal; ou seja, eu só quero chamar atenção, então, que a construção da pauta política de Assistência Social começa agora nas conferências municipais. Eu e a Abigail Torres construímos como uma forma de simplificar sem ser simplista o que seriam composições de uma gradação de participação. Nos trabalhos que fazemos, temos entendido os processos de participação como uma mera presença das pessoas na conferência, no conselho ou nas reuniões socioeducativas, nos trabalhos que fazemos. Confundimos participação com corpo presente, a lista de frequência assinada, que nos informa quantas pessoas participaram de um evento. Isso é um comecinho de participação, mas o que a gente quer mesmo é do ponto de vista de redistribuição do poder. E sabemos que o poder na sociedade em que a gente vive é extremamente concentrado, infelizmente. A gente veio construindo uma perspectiva de gradação de modo que as conferências, o conselho e os planejamentos sejam do CRAS, sejam do planejamento, acho que alguém aqui de manhã falou um pouco do eco das oficinas de controle, de que a participação começa no cotidiano, no serviço, no planejamento do trabalho do CRAS, do CREAS e na própria construção do PIA², do PAF³ etc.. E o que a gente veio construindo é que o processo de participação tem, digamos, como um ponto de maior complexidade e a direção que a gente deve adotar, é a capaci-

dade que o maior número de pessoas e sujeitos políticos pode ter para influenciar decisões. Então, essa é a participação que a gente quer, não só o corpo presente, não só a lista de presença assinada ou de que as pessoas possam manifestar opiniões. Mas que essas opiniões, no fundo, recebem uma acolhida condescendente, que é muitas vezes como a gente escuta as falas de quem a gente entende, reproduzindo uma lógica de subalternidade. A gente faz uma escuta condescendente, acha bonitinho, mas faz outra coisa. A participação é numa perspectiva de que a gente possa não só ouvir, valorizar, mas fazer com que essas forças possam compor um campo de decisão. É deste ponto de vista que eu vou falar com vocês. O espaço das conferências podem ser aperfeiçoados, mas eles têm sido um espaço de influência de decisão daqueles que vêm participando dos processos e das instâncias participativas do SUAS. Eu achei que era oportuno retomar essa concepção de poder só para eu explicitar para vocês de que maneira eu estou entendendo esse poder. Não é uma definição muito extensa, mas é basicamente uma definição que o Foucault usa para discutir o biopoder. Ele vai dizer que o poder não é uma propriedade; portanto, quando estamos discutindo processos de participação como processos de redistribuição de poder, não estamos dizendo que o poder é propriedade de alguém e que, portanto, eu preciso retirar a propriedade de alguém para poder ter poder. Não é esta a concepção de poder que estou adotando aqui, não é que enquanto um tem, o outro não tem. Temos poderes, e o que tratamos é de que modo exercitamos esse poder, quais são as modalidades de exercício desse poder, mas não de quem é esse poder. E um segundo aspecto, que eu acho que também pode nos ser útil, porque tem sido muito frequente no SUAS uma fala de que o poder está na gestão e os trabalhadores estão sem po-

A gente espera que algum ente superior nos diga o que temos que fazer, porque esse poder está em algum lugar que não está em mim, está em algum lugar em que eu não estou, não é meu como propriedade e também não está aqui onde eu estou

2 Plano Individual de Atendimento

3 Plano de Acompanhamento Familiar

der. Ou então, que o poder está no MDS, mas que os municípios não têm poder. Isso é uma fala muito recorrente. A gente espera que algum ente superior nos diga o que temos que fazer, porque esse poder está em algum lugar que não está em mim, está em algum lugar em que eu não estou, não é meu como propriedade e também não está aqui onde eu estou. Essa ideia é contraposta pelo Foucault em seus escritos sobre o poder disciplinar, dizendo que esse poder é exercício em uma trama, em uma malha muito mais distribuída, como ele pode demonstrar em alguns livros dele. Então, o que eu quero chamar atenção é para a ideia de participação em que o poder é produtivo, não é negativo, porque ele produz realidade. Os modos de exercício de poder produzem realidade. Aí que se assenta o meu entendimento. É deste lugar que eu vou apresentar qual foi a realidade que a gente pode construir, provisória, histórica, produzida, que pode ser aprimorada e potencializada ou reconstruída por nós, que é como a gente construiu essa pauta da gestão do trabalho na Assistência Social. Fomos construindo essa ideia ou esse lugar da gestão propriamente, a gestão do trabalho, no espaço das conferências municipais, estaduais e nacional e também nos conselhos. E como ficamos sabendo se tivemos alguma capacidade de influência? Aquilo que eu dizia sobre a gradação de poder. Ou se aquela participação foi uma perfumaria, um divertimento, uma distração, porque na verdade as decisões que foram tomadas foram em outra direção? Alguns autores, e a gente tem a sorte ter uma delas entre nós, a Rosângela Paz, que também vêm trabalhando muito essa questão da participação e particularmente no espaço das conferências, e vou me basear nesses estudos sobre o entendimento do controle social nas políticas sociais para dizer duas coisas. Em primeiro lugar, tem sido recorrente entre as pessoas que vão se dedicando a estudar e a militar na perspectiva do controle social da população sobre o Estado de que as conferências têm mobilizado um grupo muito grande de cidadãos, e de que é um grupo grande de pessoas que vem participando dos processos deliberativos. No entanto, o que esses estudos apontam é que as pessoas que participam das conferências - vocês podem ir fazendo esse balanço de onde vocês estão, com os colegas com os quais convivem - têm

um baixo acesso à informação para poder tomar decisão. As pessoas estão de corpo presente, estão participando de um processo de discussão, mas com muito pouca informação para incidir nos processos de decisão. E outra coisa é uma frágil realização de uma atribuição muito importante do processo de conferência, para que a gente não perca nossa memória histórica, que é conferir as deliberações anteriores; ou seja, usar o espaço da conferência para ver se aquilo que foi dito, recomendado e construído naquele plenário foi de fato desdobrado pelo órgão gestor que responde por aquela área, no nosso caso pelo órgão gestor de Assistência Social. Conferir se aquilo foi respondido ou não nos planos e se aquela decisão coletiva foi expressa concretamente em planos de orçamentos. O que a gente tem visto é que as conferências têm feito muito pouco esse exercício e, lamentavelmente, eu diria que a gente tem construído muito pouca memória de qual é o campo de luta que estamos travando. Há projetos de Assistência Social muito distintos nesse país e também no Estado de São Paulo. Prezar pela memória e saber qual é a direção que estamos dando, quais são as direções possíveis, é um exercício político fundamental. Resumindo: as coisas que estão puxando esse processo participativo para baixo são a baixa informação e a pouca capacidade de conferir as deliberações anteriores. Por outro lado, segundo esses autores, o que impulsiona os processos de participação é de fato a possibilidade de, a partir da pauta da conferência, influenciar a agenda pública da Assistência Social. E eu vou mostrar para vocês como a gente já conseguiu muita coisa em torno disso. Agora, todo processo normativo e político é instável, então podemos ter supostamente alguns avanços normativos, mas também podemos ter recuos. Então, o fato de conquistarmos algumas diretrizes, vou mencionar quais são, não significa que ganhamos para sempre e podemos dormir sossegados. Este ano é um ano de conferência cujo mote é "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026". Estamos desafiados a pensar o que queremos para o SUAS até 2026. Foi a sociedade civil quem propôs. O CRP foi muito feliz quando trouxe para a construção desse evento a discussão do trabalho do SUAS não só do ponto de vista dos serviços, mas também da gestão. Neste ano de conferência, os trabalhado-

Os trabalhadores que estão na gestão têm essa incumbência institucional, que é produzir esse campo de visibilidade do que foi efetivamente decidido do ponto de vista das conferências anteriores e que ganhou expressão em planos e no orçamento público

res estão nesses dois lugares. Os trabalhadores que estão na gestão, e nem sempre isso é consenso, nos municípios e no estado, menos ainda, têm um lugar de muita responsabilidade no processo de Conferência, que é organizar as informações que devem ser submetidas à apreciação e à avaliação da sociedade. Os trabalhadores que estão na gestão têm essa incumbência institucional, que é produzir esse campo de visibilidade do que foi efetivamente decidido do ponto de vista das conferências anteriores e que ganhou expressão em planos e no orçamento público. E os trabalhadores que estão ocupando espaço de delegação ou o espaço da conferência municipal na condição de trabalhadores da sociedade civil e movimentos sociais podem efetivamente fazer o controle dessas informações, produzir informações alternativas como fez o CREPOP, analisando os dados do Censo de 2013⁴. Essa é uma ferramenta e um instrumento importantíssimo do meu ponto de vista para vocês se apropriarem dos dados do Censo SUAS, para organizar a vocalização política do conjunto dos trabalhadores ou dos psicólogos, isso é uma construção de vocês, mas seguramente usufruir desse dado e dessa informação é fundamental. Então, os trabalhadores que ocupam esses dois lugares, seja na gestão ou como trabalhadores representando a sociedade civil, nós temos um lugar importante na conferência. E aí eu vou passar para a próxima questão referente ao impacto das deliberações de Conferência nos ganhos institucionais que temos hoje na gestão do trabalho. Eles são de três ordens. Em primeiro lugar, tínhamos um conjunto de

deliberações referentes à construção de equipes multiprofissionais na Assistência Social. Essas deliberações eram reiteradas nas conferências em uma reivindicação de que essa política não é exclusiva de assistentes sociais, embora eles tenham tido um protagonismo na discussão e na aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social. Esse entendimento e essa luta persistente ao longo da década de 1990 não foi acolhida pela gestão federal, só foi encontrar eco na decisão do órgão gestor federal em 2006, quando tivemos a aprovação da Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH), que aprovou e deu a tradução histórica, limitada, mas necessária, do que é uma norma que regula quem são os trabalhadores do SUAS e que, depois, como vocês bem sabem, foi complementada pela Resolução de número 9, que reconheceu os trabalhadores de nível médio e a Resolução de número 17, que reconheceu os trabalhadores de nível superior, para além daqueles que estavam previstos na NOB-RH. Então, um primeiro ganho concreto que tivemos, depois de mais de 10 anos de conferência, foi que a luta dos trabalhadores por trazer um reconhecimento institucional de várias profissões foi materializada na NOB-RH. Temos críticas, eu própria fiz muitas críticas à NOB-RH no meu mestrado, vários de vocês seguramente tem críticas, mas temos discutido muito que é preciso implementar a NOB-RH e ir aperfeiçoando, pois ela não é uma camisa de força, é uma norma de orientação e é evidente que pode ser aprimorada no campo de força e de luta que são travadas no Município e no Estado. Ela não engessa, mas orienta. Essa é outra discussão que nós precisamos fazer também, não tomar as normativas como um ponto final, mas considerá-las um ponto de novo começo. Outro campo de discussão no âmbito das conferências, isso desde 1995, que foi a primeira conferência nacional, era a necessidade de que os Municípios tivessem uma contrapartida em recursos humanos toda vez que recebessem financiamento ou dinheiro do Governo Federal. Então, havia no espaço da conferência uma defesa de que os municípios instituíssem equipes concursadas para poder receber recursos do Governo Federal. Não se sabia, não me parece que os trabalhadores soubessem claramente que essa requisição demandava ou estava num campo muito difícil nos anos 90.

4 Refere-se ao "Levantamento sobre psicólogas(os) que atuam na Assistência Social no Estado de São Paulo", realizado pela unidade de São Paulo do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - Crepop, apresentado neste seminário e disponibilizado neste Caderno Temático.

Muitos de vocês devem lembrar, na sociedade havia uma questão muito pejorativa o lugar do servidor público. O momento histórico que a gente viveu, em que se depreciou muito esse lugar. Esse lugar foi alvo de chacotas, como um lugar de ineficiência, de incompetência; enfim, de várias atribuições negativas que foram colocadas nesse lugar. E, sobretudo, não colado nisso, mas uma discussão que era feita à época também era a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi aprovada em 2000 e também engessou muito a capacidade dos Municípios no que diz respeito ao gasto com pessoal. O cumprimento dessas deliberações reiteradas nas conferências de Assistência Social levou a uma dificuldade de resolução, porque isso implicava uma alteração na Constituição Federal. A Constituição Federal impede que o Governo Federal faça cofinanciamento de profissionais contratados em âmbito municipal; ou seja, havia uma dificuldade institucional bastante grande. Então, houve o esforço do Governo Federal no sentido de criar argumentos para alterar o texto constitucional, e aí a nossa conquista foi o envio, por iniciativa do Governo Federal, da Secretaria Nacional de Assistência Social, ao Congresso, a lei que aprovamos, que é a “Lei do SUAS”, a 12.435, em que temos uma grande conquista para a gestão do trabalho na Assistência Social, em seu artigo 6º-E, ao dizer que os Municípios podem receber recursos federais para pagamento, cofinanciamento; ou seja, uma parte do dinheiro é do recurso do tesouro municipal e uma parte do federal para poder cofinanciar as equipes de referência, sejam elas dos serviços, sejam elas da gestão. Esse é um segundo ganho que é fruto da luta dos trabalhadores, dos usuários e dos militantes dessa política. E um terceiro, que me é especialmente caro, é a demanda, desde sempre, desde que o mundo é mundo, de que os trabalhadores precisam de capacitação continuada. Isso é consenso desde *mil novecentos e volts*, que precisamos de capacitação continuada. Essa é uma deliberação que também demorou muito tempo para encontrar uma resposta, que foi feita parcialmente em 2011, com a publicação de uma versão preliminar de uma Política Nacional de Capacitação, para a qual alguns militantes e pesquisadores foram convidados a oferecer contribuições. Eu fui uma delas. Obviamente, a gente faz crítica, e ela

não estamos falando aqui de uma Política de Educação Permanente pensada por notório saber, por pessoas que ocupam cátedras e, tampouco, só de trabalhadores; estamos falando da gestão do trabalho em uma perspectiva participativa que inclui trabalhadores, usuários, gestores, conselheiros e também as universidades e os centros de formação, porque tendemos a traduzir meramente como demanda de capacitação o que vocalizam os trabalhadores para os gestores, que encomendam isso para as universidades

foi revista. E aí, então, essa resposta a essa demanda dos trabalhadores, de uma Política de Educação Permanente se materializou na aprovação, em 2013, da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, e que traz mudanças bastante profundas do ponto de vista da participação. Vou destacar dois pontos que eu acho que valem para esta conversa. Primeiro ponto, procuramos trazer para dentro do texto da Política Nacional de Educação Permanente a radicalidade possível, porque não é a desejável, que era como trazer o princípio da descentralização e da participação para dentro disso. E estão lá, como vocês podem ter conhecimento, os Núcleos de Educação Permanente, que são espaços de produção de demandas de capacitação e formação dos trabalhadores, compostos por trabalhadores, universidades e usuários. Então, não estamos falando aqui de uma Política de Educação Permanente pensada por notório saber, por pessoas que ocupam cátedras e, tampouco, só de trabalhadores; estamos falando da gestão do trabalho em uma perspectiva participativa que inclui trabalhadores, usuários, gestores, conselheiros e também as universidades e os centros de formação, porque tendemos a traduzir meramente como demanda de capacitação o que vocalizam os trabalhadores para os gestores, que encomendam isso para as universidades. Acho que tentamos, na medida do possível, no espaço que tínhamos, ampliar isso. O esforço todo de mobilização e de participação de trabalhadores, usuários e conselheiros foi mate-

rializado dessa forma historicamente, é isso que conseguimos. Temos ainda muita dificuldade, que falar da demanda de Planos de Carreiras, Cargos e Salários, demanda fundamental para valorização dos trabalhadores. Isso também é uma vocalização nas conferências. Mas, o que eu queria dizer, do ponto de vista da gestão do trabalho, é que, se estamos sendo convocados neste ano de 2015 a projetar o que queremos politicamente para os próximos anos, eu diria que aquilo que a gente conquistou como texto normativo carece de aprofundamento de discussões, e muitas delas foram feitas nessas oficinas aqui, ontem e hoje. E uma delas é que, embora tenhamos definido no texto legal, na NOB-RH, o que são equipes de referência, mas estamos funcionando, como conversávamos pela manhã, na oficina coordenada pela Rozana⁵, de forma multiprofissional, mas não estão funcionando nem em uma perspectiva interdisciplinar, ou seja, de colaboração e construção de novos saberes, a contento, podemos ter algumas honrosas exceções, e também não temos ainda as equipes efetivamente dos CRAS e dos CREAS como referência de proteção social para a população. Então, acho que essa, do ponto de vista da gestão do trabalho e do instrumento que temos, é uma construção a ser feita, nos próximos 10 anos. Qual é a referência que a população vai ter de nós como proteção, e não como controle ou todas as questões que foram trabalhadas ontem, aqui, de uma mera atitude ou processos de trabalho que sejam de coerção, de controle

Acho que o controle social da população sobre o trabalho técnico é algo que discutimos muito pouco

etc.? Uma outra perspectiva, que a professora Berenice Rojas trouxe na conferência que teve como foco os trabalhadores do SUAS, em 2011, cuja pergunta cabe, ainda, infelizmente, que é quanto a gente tem, enquanto

⁵ Ver síntese da oficina 17 - Trabalho em equipe multiprofissional e a concepção de interdisciplinaridade, realizada por Rozana Fonseca.

trabalhadores, consenso sobre a importância dos usuários façam também o controle do nosso trabalho? Acho que o controle social da população sobre o trabalho técnico é algo que discutimos muito pouco. Então, eu só queria dizer que, do meu ponto de vista, e as pessoas que já me ouviram falar em outros espaços, como no Fórum dos Trabalhadores, sabem que esse é um acento que eu venho fazendo, nenhum conhecimento da universidade, nenhum diploma, nenhuma trajetória profissional substitui o contraditório e a alteridade com usuário. Nós não estamos prontos para atuar nessa política antes de encontrarmos concretamente sujeitos à nossa frente, com quem a gente vai continuar produzindo conhecimento. Nós não estamos prontos, preparados de antemão. E o fundamental, para isso, é discutir a gestão do trabalho desta perspectiva. Vou encerrar com uma última ponderação sobre outro foco de tensão, que é a cisão muito forte entre o que entendemos por trabalhadores e o que entendemos por gestores. A gente ainda não acolheu, do ponto de vista da pauta da gestão do trabalho, um modo mais produtivo de poder entender que quem está na gestão também é trabalhador do SUAS. Então, isso a gente precisa amadurecer um pouco mais o que significa isso. No momento das conferências, isso fica particularmente acirrado. Concluindo, acho que nos próximos anos, nossa tarefa é discutir melhor o controle social do usuário sobre o nosso trabalho, qual é a referência de proteção social que estamos construindo para essa população e o que estamos entendendo mesmo por trabalhadores, se estamos excluindo ou colocando de lado os trabalhadores que estão atuando na gestão, que me parece estar sendo um debate muito mais de acirramento do que de composição produtiva politicamente. 🙌

Nós não estamos prontos para atuar nessa política antes de encontrarmos concretamente sujeitos à nossa frente, com quem a gente vai continuar produzindo conhecimento. Nós não estamos prontos, preparados de antemão.

Gervison Marcos Melão Monteiro

Sociólogo, representante do Fórum Estadual dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social trabalha na Diretoria Regional de Assistência Social, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, na DRADS Grande São Paulo - ABC.

Boa tarde a todas as pessoas! Estou trazendo aqui uma reflexão sobre o movimento de trabalhadores do SUAS, e estou apontando algumas datas, relacionando-as com alguns outros eventos. Nós tivemos, em 1988, o advento da Constituição Nacional, que nos trouxe uma base sobre a Política da Assistência Social, mudando aquele seu ar benevolente, generoso e caridoso para uma política de direitos. Depois, nós tivemos mais à frente, em 1993, a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social; em 2004, a Política Nacional de Assistência Social; em 2006, a conquista da NOB-RH, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos; a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, em 2009; Resolução 17, que definiu os profissionais de nível superior da assistência em 2011; em 2012, a NOB-SUAS; e agora, em 2014, a conquista também de uma Resolução, a 9/2014, que também define os profissionais de nível médio e fundamental. Estou dizendo tudo isso para apontar que, mesmo antes de 2009, sem estarmos articulados enquanto trabalhadores do SUAS, muitos de nós já estávamos participando da construção de todo esse processo e atuando em todas essas que nós pudemos dizer conquistas para o conjunto da sociedade brasileira. Então, em 2009, 2010, nós tivemos um amplo processo que vinha, desde a conferência de 2007, se articulando, que era o processo de construção de um fórum nacional. Em 2010, houve o encontro de Fortaleza, em que nós tivemos a participação de 13 entidades de caráter nacional para iniciar esse processo de articulação, e seguiu fazendo suas ingerências políticas nos vários encontros de 2011, 2012, culminando em

muitos de nós já estávamos participando da construção de todo esse processo e atuando em todas essas que nós pudemos dizer conquistas para o conjunto da sociedade brasileira

2013, em que foi consolidada a Carta de Princípios do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, compondo uma coordenação nacional. Outro item advindo de todo esse processo de articulação dos trabalhadores foi a afirmação, e isso continua sendo algo muitíssimo importante, da identidade dos trabalhadores e das trabalhadoras do SUAS como classe trabalhadora e como protagonista na qualificação da Política de Assistência Social. Então, isso é uma diretriz que está dada nos nossos documentos tanto no âmbito estadual quanto no âmbito federal, pois o Fórum Estadual tem a relação direta com o Fórum Nacional, somos um único corpo. Apresento, agora, a lógica dos caminhos percorridos por nós do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS. Como disse, desde antes de 2009, já existiam várias mobilizações para a construção do Fórum e, em 2009, 2010, mais especificamente, conseguimos realizar várias discussões sobre o papel dos trabalhadores no SUAS, contribuindo, na sequência, para a definição dos profissionais de nível superior do SUAS e, em 2011, a aprovação da nossa Carta de Princípios e da nossa primeira coordenação estadual, que contou inclusive com o nosso colega de mesa membro do CRP, nosso

colega Joari. Nós tivemos nessa mesma composição a participação do CRP, do CRESS, da ATOESP, do CREFITO, do Sindicato dos Psicólogos, do Sitraemfa, da Apemesp, da CNTSS e do Sindicato dos Sociólogos, além dessa primeira coordenação ter contado com a participação, indicação e eleição direta de representantes da plenária, foi uma forma de contemplarmos aqueles que estavam participando dos processos sem necessariamente estar representando esta ou aquela entidade, o que foi um grande avanço. Já realizamos 12 encontros estaduais, muitos descentralizados, alguns aqui na Capital, outros em Santos, Campinas, Presidente Prudente, já rodamos bastante esse Estado e estamos preparando o décimo terceiro, em abril, que será realizado em Sorocaba. Discutimos e reduzimos a realização de três para dois encontros anuais, mas compensar realizando atividades voltadas para as rodas de conversa, para reuniões temáticas, como a que vai ser realizada em parceria com o Sitraemfa, em que vamos discutir as questões dos trabalhadores de nível médio e fundamental. Eu trouxe também algumas informações sobre o contexto atual dos trabalhadores do SUAS. Essa informação é referente ao Censo SUAS 2013 (Brasil), apontando a quantidade de trabalhadores de nível fundamental (40.630), de ensino médio (119.567) e de ensino superior (85.062), possibilitando a reflexão sobre essa composição dos trabalhadores no SUAS. A seguir, a informação que consta também no Censo SUAS sobre a quantidade de municípios que informam possuir plano de cargos, carreiras e salários da Assistência Social, dos 5.442 municípios, nós temos 454 municípios que informam ter plano de cargos, carreiras e salários. Particularmente, considero muito. A maioria entra na grade geral da Prefeitura, não tem essa especificidade, mas é o que diz

nós não queremos o Sistema Único de Assistência Social como aquele serviço focado para atividade experimental, aquele esquema de primeiro emprego, apenas um local de passagem, porque esse não me oferece nenhuma garantia de carreira, de crescimento nem salarial, nem outra perspectiva futura

Os trabalhadores que estão na área terão que compreender, participar mais, saber que têm que ser protagonistas para de fato fazer valer os direitos dos usuários, os direitos da sociedade e os nossos direitos enquanto profissionais

o Censo SUAS. Nós temos ainda, também apontado pelo Censo SUAS, a forma pela qual esses trabalhadores foram contratados. Dos que responderam ao Censo SUAS, foram apontados nos municípios do Brasil 245.259 trabalhadores no SUAS, sendo 87 mil estatutários, concursados; 26 mil celetistas; e destacaria que o total de comissionados, representando 41 mil; e 90 mil com outros vínculos, supera em muito os dois primeiros. Vocês já conseguem, inclusive, imaginar que outros vínculos existem ainda nos SUAS? Com todos os avanços, com todas as conquistas que a gente já teve, no Censo 2013, nós temos 90 mil trabalhadores que apresentam outros vínculos. E aí, vale a pena destacar, que nós não queremos o Sistema Único de Assistência Social como aquele serviço focado para atividade experimental, aquele esquema de primeiro emprego, apenas um local de passagem, porque esse não me oferece nenhuma garantia de carreira, de crescimento nem salarial, nem outra perspectiva futura. Se não rompermos com isso, não vamos conseguir fazer valer de fato a Assistência Social dentro da política de direitos para que a gente tem se predisposto. Dos principais desafios, destaquei alguns dos principais desafios, mas nós temos muitos. É bastante importante e relevante dizer que continua sendo um grande desafio para nós termos todos os profissionais de nível fundamental, médio e superior entendendo que eles estão na condição de trabalhadores. Essa afirmação de identidade do trabalhador, da trabalhadora como classe trabalhadora e como protagonista da qualificação da Política de Assistência Social continua na ordem do dia. Nós não podemos abdicar disso. Os trabalhadores que estão na área terão que compreender, participar mais, saber que têm que ser protagonistas para de fato fazer valer os direitos dos usuários, os direitos da sociedade e os nossos direitos enquanto profissionais. Des-

taçar que a conquista de planos de cargos, carreiras e salários próprios da Assistência Social continua na ordem do dia. A nossa luta pela construção das mesas municipais de negociação, mesas regionais, mesa estadual e da própria mesa nacional de negociação é uma luta, uma bandeira que continua também na ordem do dia. Nós estamos destacando uma luta que começou no evento em Santos, que foi abraçada pelo Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, que contou com a articulação com o Fórum de Assistência Social da Capital de São Paulo, com o Fórum de Transparência e várias outras entidades, que foi uma articulação feita para garantir a adequação da Constituição Estadual às premissas da legislação federal, da lei maior, porque a nossa legislação continua em desacordo com a Política do SUAS. Então, conseguimos, através da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS no Estado de São Paulo, coordenada pela deputada Telma de Souza e composta de forma pluripartidária pelas bancadas da Assembleia Legislativa, aprová-la em primeira votação e temos um grande desafio pela frente, fazê-la aprovar em segunda votação, para que ela de fato possa valer enquanto lei adequada à legislação do SUAS. Esse é o primeiro passo, pois nós temos outra tarefa, adequar o Conselho Estadual de Assistência Social, que está completamente fora da lógica, das normas, de tudo a gente puder imaginar dos conselhos. Não tem outro jeito. Estamos tentando avançar numa garantia legal, mas a gente vai ter mais problemas, que vai ser avançar na construção da Política de Assistência Social de fato no Estado de São Paulo. A partir da PEC 04/2014 seria a reforma geral da Política de Assistência Social no nosso Estado. Temos uma pauta com a qual a gente vem caminhando desde 2012, 2013, e é uma pauta que apresenta vários itens: destinação de no mínimo 5% do orçamento para Assistência Social, dentro da função 8; CRAS e CREAS, enquanto unidades estatais e profissionais concursados; implantação da gestão colegiada nos CRAS e CREAS com equipes multiprofissionais, conforme as resoluções do CNAS; capacitações e supervisões técnicas enquanto política permanente e definida em conjunto com os trabalhadores do SUAS; fim dos plantões sociais, que infelizmente no nosso Estado e em muitos cantos do país ainda existem; implantação da mesa municipal, regional e esta-

dual de negociação para estruturação dos planos de cargos, carreiras e salários; jornada de 30 horas semanais aos profissionais do Sistema Único de Assistência Social; respeito às normatizações de conselhos de classe e das convenções coletivas referentes aos profissionais do SUAS; fim de repasses via subvenção e/ou emenda parlamentar, que todos os recursos da Assistência Social devam estar na função 8, no Fundo Municipal, e sua aplicação em conformidade com o Plano de Assistência e com o acompanhamento dos conselhos; e cumprimento das deliberações das conferências. Claro que a nossa pauta é muito mais extensa, a luta é muito maior, mas estou apontando apenas alguns desafios. Sei que a gente vai sair com os ombros pesados, quase se arrastando no chão, mas é necessário a gente saber o que a gente tem pela frente. No entanto, quero encerrar destacando uma coisa, nada, absolutamente nada disso tem um sentido efetivo se a gente não estiver focando no nosso público prioritário, se a gente não tiver o apoio inclusive do conjunto da sociedade. Nós, que adoramos falar na Assistência Social de referenciamento e contrarreferenciamento, precisamos entender que, para avançar nas nossas conquistas, nós precisamos, necessitamos, estar referenciados nos usuários e ter de fato apoio do conjunto da sociedade. Então, a nossa luta é grande. Não adianta a gente se lastimar, porque a fila é extensa, tem de preencher o CadÚnico, tem de... Nós vamos ter que atender a população que depende do serviço da Assistência Social com qualidade, vamos ter que brigar muito para garantir isso, porque é desse referenciamento que nós precisamos para avançar na nossa conquista. Sozinhos nós não chegaremos a lugar nenhum. Então, além da aliança que precisamos ter entre todos os profissionais de nível fundamental, médio e superior, se nós não tivermos, e não contarmos com esse referenciamento dos usuários, a nossa política está capenga. 🙏

precisamos entender que, para avançar nas nossas conquistas, nós precisamos, necessitamos, estar referenciados nos usuários e ter de fato apoio do conjunto da sociedade. Então, a nossa luta é grande.

Eu gostaria de agradecer ao Conselho Regional de Psicologia pelo convite. Eu gostaria muito de dizer a importância, primeiro, do usuário com o trabalhador. O que seria isso? É um elo e não pode ser criminalizador como o sistema manda. A importância, por isso que através do Fórum Nacional, dos fóruns municipais dos trabalhadores, nós criamos o Fórum Nacional dos Usuários da Assistência Social. Não é que o Fórum dos usuários sabe tudo... Não sabe nada! Nossa importância está em discutir a criminalização do trabalhador. Tem trabalhador trabalhando 24 por 26 horas, não tem folga e aí vem uma criminalização. No equipamento onde eu estava aqui em São Paulo, uma assistente morreu com 29 anos de idade, de tanto trabalhar, trabalhava sábado, domingo, dia de semana e não aguentou a pressão e teve um ataque fulminante. Isso é prejudicial, principalmente para nós, usuários, principalmente para a categoria. Quero dizer que nós estamos discutindo no Conselho Nacional de Assistência Social representação e representatividade. O que é representação e representatividade? A importância do usuário e do trabalhador, e a gente vê neste país a falta de trabalhadores na política e a falta de usuários nos conselhos municipais, estaduais e nacionais. Então, o Conselho nacional está muito preocupado. Eu coordeno, em Brasília, a Comissão de Política da Assistência Social. Então, a gente está trazendo esse tema para uma discussão grande, e eu estou vendo muito a necessidade disso. Recentemente, ano passado, a gente criou CRAS, CREAS, Centro POP, serviço disso e daquilo. Daí, você fala, "Vai participar da conferência." Mas, se você não garantir o

muitos de nós já estávamos participando da construção de todo esse processo e atuando em todas essas que nós pudemos dizer conquistas para o conjunto da sociedade brasileira

transporte, a alimentação, a dignidade, o usuário não quer nem saber do *borogodó* de conferência. Mas precisa explicar para ele. Quando a gente cria CRAS, CREAS, Centro POP é para que ele seja empoderado. Recentemente, eu pedi à secretaria aqui de São Paulo que ela emprestasse os cadastradores do CAD Único para o movimento, porque a gente sentiu que lá no Centro POP o povo da rua não ia se cadastrar para Bolsa Família. E quando os cadastradores do Centro POP foram lá no movimento, eles perguntavam para o morador de rua: "Onde você mora? Qual é o seu endereço?" Um dia eu sentado no meu computador, fiquei pensando assim: "Uai, endereço? Ele mora na rua, dona. Que endereço é esse, moço? O endereço dele é aqui, Rua Campos Sales, 86, no Brás.", como manda o sistema. Ele pode falar qualquer endereço que ele quiser. É nesse sentido que a gente precisa mudar a lógica, não é perguntar onde você mora, qual o seu endereço, mas sim "Onde você participa? Que CRAS? Que CREAS? Em que serviço de acolhimento você está? Você está na rede de Assistência Social ou não?" Ele vai te responder. Olha, como é muito mais importante a gente ouvir, não questioná-lo. É essa a importância. "Você participa da política do serviço de

Assistência Social?", assim faz a pergunta. Eu acho que a gente precisa mudar a lógica de perguntar, a lógica de pensar e o que a gente está falando aqui é muito importante. Eu vivi 22 anos na rua e sempre, quando eu batia na porta, era "Não, não pode, não atende, não tem." Aí a gente vai desgostando de participar. A importância não é ouvir, mas deixar que ele fale. As regras não podem ser construídas para o usuário, para o cidadão de direito, de cima para baixo, ela tem que ser modificada. "E aí, tem muito sal na comida? Como está a comida?", e ele poder dizer. Eu participava do equipamento criado pela gestão do Floriano Pesaro, primeiro albergue de família em São Paulo, lá no Brás. Todo dia sumia calcinhas dos varais. Na reunião, chegavam os educadores: "Quem roubou a calcinha?" Ninguém respondia, ninguém falava nada, porque a calcinha sumiu, o Gasparzinho foi lá e pegou. Aí, a gente falou: "Espera aí, está errado esse modo de vir aqui e perguntar para nós." A gente começou a modificar. A assembleia é de quem? É dos usuários. A gente começou a convidar os trabalhadores a não mais coordenar a assembleia, nós começamos a coordenar a assembleia com eles fazendo um relato, relatório, e depois nós encaminhamos. Começamos a modificar. A gente começou a criar a regra de baixo para cima, "Sumiu calcinha, sumiu cueca do varal? O que vocês propõem?" Uns propuseram, "A gente quer Big Brother, vamos colocar câmeras lá." Veio a criminalização, a gente começou a modificar: "Não, se colocar câmara..." Aí a gente falou: "Então, vamos mudar os dias de lavar roupa. Quartos A, B, C e D lavam roupa tais dias." Nós tínhamos cinco dias na semana em que nós podíamos lavar roupa, sábado e domingo para quem estava trabalhando. Quem não trabalhava, tinha segunda, terça, quarta, quinta e sexta, rotineiramente. Na mudança da própria participação não sumiu mais meia, calcinha, cueca, mais nada. Nós proibimos polícia de entrar no nosso equipamento. Mas como a gente proibiu? Não é que nós proibimos. Homem que batesse em mulher, dentro do acolhimento, com o filho, não é que a família ia para fora, como era; ele ia para fora, porque nós o botávamos para fora. E aí, ele voltava à assembleia, a assembleia decidia com ele, se ele continuava ou se ele não continuava. E a gente dava uma semana para ele, lá com a família dele, reestruturar. A polícia parou de ir ao equipamento.

"O beneficiário do Bolsa Família é tudo vagabundo.", escutamos muito essa fala pejorativa. "O beneficiário do benefício de prestação continuada não quer mais trabalhar.", isso também. É muita criminalização em cima da gente. E a gente está na hora de modificar um pouco isso.

Porque todo dia era ligação, o educador, "Chama a polícia!", porque um estourava a porta. Nós falamos: "Não, a regra tem que começar a ser modificada. É de construção da escuta, da participação do usuário ou do cidadão." Primeiro, que eu não gosto de falar usuário. Usuário, hoje, dá uma conotação muito pejorativa, e principalmente quem é da assistência e quem trabalha com ela. "Você trabalha com usuário de crack, com droga, com isso?", a gente escuta muito isso. E nós temos que mudar. É cidadão de direito da política do Sistema Único de Assistência Social. É isso! Nós, agora no Fórum Nacional, também vamos tentar modificar isso através da escuta. Vamos participar de todas as conferências, municipais, estaduais e âmbito nacional. Na nacional, queremos levar a maior participação para começarmos a criar nomes. "O beneficiário do Bolsa Família é tudo vagabundo.", escutamos muito essa fala pejorativa. "O beneficiário do benefício de prestação continuada não quer mais trabalhar.", isso também. É muita criminalização em cima da gente. E a gente está na hora de modificar um pouco isso. Acho que essa escuta, quem é o cidadão de direito de fato? Como ele acessa essa política? A gente sabe, quem trabalha na Assistência Social sabe que não é fácil a garantia tanto dele quanto de quem trabalha, do benefício, porque você precisa preencher cadastro. "Não, a empregada da fulana de tal está recebendo...". Mas será que ela não tem direito? Se a gente for olhar quanto ela ganha, onde estão os filhos, como estão, será que ela não é? E como a gente tem que se organizar? A partir de agora, a gente está mudando a Resolução 24 no Conselho Nacional de Assistência Social, que é a resolução que fala dos usuários, nós estamos mudando, porque usuários são entidades que não prestam, que não recebem recurso para serviços de acolhimento, mas a gente está tentando

Como a gente discutir, dialogar a participação? São nossos serviços, nos serviços de acolhimento, no CRAS, no CREAS. O que precisa, através de vocês trabalhadores, trabalhadoras, é fomentar a participação, a democracia da participação, porque não adianta falar: "Você tem direito."

mudar essa resolução. A partir do momento que eu crio uma entidade que vai preparar, capacitar nós usuários, aí sim ela tem que entrar. Segundo, eu não me autorrepresento, eu represento um coletivo. Hoje eu represento mais de um milhão de pessoas em situação de rua deste Brasil, mas não só pessoas em situação de rua, também crianças, adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violências... hoje, migrantes que estão vindo para o nosso país, então, a gente representa a maioria desse povo. Como a gente discutir, dialogar a participação? São nossos serviços, nos serviços de acolhimento, no CRAS, no CREAS. O que precisa, através de vocês trabalhadores, trabalhadoras, é fomentar a participação, a democracia da participação, porque não adianta falar: "Você tem direito." Mas, que direito é esse, que eu não sei qual é o meu direito? Aí, um vai falar, "Você tem direito de ficar calado, você tem direito de andar, você tem direito disso, você tem direito de cair fora." Então, a gente vai fomentar a participação no CRAS, no CREAS, no Centro POP, no serviço de acolhimento, é aí que esse cidadão começa a criar grupos, que ele não se autorrepresente, e vai dizer: "Eu vou brigar pelo meu Bolsa Família." Não, nós vamos brigar coletivamente: "Quem aqui não recebeu bolsa família ainda? Quem não tem bolsa família?" Chamar a coordenação, chamar o trabalhador e a gente fomentar. Por isso que eu falo, a consonância do trabalhador com o usuário é de fundamental importância. Por isso que os dois polos têm um momento que vão se unificar, vão ter temas conjuntos, temas importantes para isso. É importante o FETSUAS, os fóruns municipais, os fóruns nacionais, com representante do usuário. Sem representante, como a gente pode trabalhar, cobrar do Estado? O CapacitaSUAS, acho que é funda-

A partir do momento que você vai ao equipamento onde tem guardas municipais, onde tem segurança privada, você afasta o vínculo familiar, porque a família da periferia sofre muita violência policial, e a hora que você fala, "Vai lá ao CRAS, ao CREAS.", ele não vai.

mental, como falou a Stela. Eu, até hoje, estou falando pelo nacional, nós questionamos até hoje por que os usuários não foram chamados ainda para o CapacitaSUAS, para capacitar na questão dos trabalhadores, para dizer a importância da questão dos serviços e as dificuldades que a gente encontra. A partir do momento que você vai ao equipamento onde tem guardas municipais, onde tem segurança privada, você afasta o vínculo familiar, porque a família da periferia sofre muita violência policial, e a hora que você fala, "Vai lá ao CRAS, ao CREAS.", ele não vai. Como a gente modifica a política da Assistência Social? É a mesma coisa no Sistema Único de Saúde. Quando a gente olha para o SUS, ele é bonito no papel, mas quando você vai lá na UBS ou na AMA, quem está primeiro na porta para te atender? É um trabalhador da segurança, não é um psicólogo, não é uma assistente social: "Olá, bom dia, como vai? Seja bem-vindo!" Não, é: "Pois não, o que você quer aqui?" É sempre assim que você escuta, "O que você quer aqui?", e responde, "Não, eu quero passar... eu estou..." Aí você tem que passar por um outro sistema e a gente precisa começar a olhar essa modificação. E é importante para nós dizermos: "Ele quer ter só direitos." Não, a gente quer ter dever também, do que a gente começa a participar. A partir do momento que você começa a garantir o direito, a gente tem que saber dos nossos deveres, das nossas obrigações. É importante isso para nós, tanto quanto é importante a nossa participação de saber, de entender a política, de participar. Os trabalhadores como a entidade não são nos-

a gente quer ter dever também, do que a gente começa a participar.

falar aqui da importância do usuário na política é não chegar e falar para ele: "Você tem aqui sua comidinha, sua sopinha."

sos inimigos. A gestão não pode ser nossa inimiga. A gente tem que ter escuta, olhar, entender que os usuários estão mudando, não é mais aquele que ficava ali esperando a sopa, esperando a caridade, hoje ele quer um CRAS, um CREAS, um Restaurante Popular, um Bom Prato, que ele possa chegar, adentrar, comer dignamente, pagar com aquilo que ele ganha, opinar no cardápio, conversar com as pessoas, com os trabalhadores. Para nós, é horrível saber que tem um trabalhador, e aqui eu quero dizer enquanto usuário, que ganha R\$ 700,00 por mês, em um concurso público. A gente está na luta também dessa organização da categoria do trabalhador, conjunta com o usuário. Então, falar aqui da importância do usuário na política é não chegar e falar para ele: "Você tem aqui sua comidinha, sua sopinha." Não, mas como ele pode opinar desde na organização do serviço, conjunto, até nas plenárias com a sociedade civil? Eu acho que, para nós é fundamental isso, para nós é dizer "não à internação compulsória", "não à redução da maioria penal", porque a redução da maioria penal vai botar jovens, crianças onde? Na cadeia, enquanto a política se torna falha. Fizemos com usuários, trabalhadores, entidades também do nacional, como o CRP fez, nós construímos duas cartas, a da "redução da maioria penal não é a solução". Como o tratamento de idosos, a gente construiu agora um documento pedindo, construindo com o MDS e com o Ministério da Saúde, que vai para todos os equipamentos de idosos, fiscalizar, ver se recebem. Então, nós acabamos de construir também uma carta conjunta, nós pedimos o levantamento censitário das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas, porque a gente sabe quanto sofrem os idosos e quanto sofre também o trabalhador que está lá acompanhando o idoso. Então, o papel nosso como usuário não é só pedir direito, a gente quer direito. Não é só: "Eu só como salsicha." Não. "Por que está faltando recurso?", seria isso. É a transparência também. É a lealdade de alguém chegar para nós: "Olha, não tem dinheiro." Por

que não tem dinheiro? Como a gente sabe que o Governo Federal não passou para os Estados e Municípios um valor? A gente sabe da dificuldade que está lá. Eu não estou aqui criminalizando o Governo Federal, porque se faltou na ponta é porque tem alguma coisa acontecendo lá em cima. E aí a transparência de tratar com o usuário, com o cidadão e dizer: "Olha, hoje você está comendo salsicha porque a gente não tem dinheiro." Para nós, usuários, é de trabalhar olho no olho, você tem direito, mas você tem dever. E quais os deveres dessa construção, dessa política e de trabalhadores? É lealdade. Eu vejo hoje, eu estou falando aqui não mais só como usuário representante nacional, mas de uma categoria. Se cria um Centro POP, mas não dá condições de trabalhadores trabalharem no Centro POP. Eu vi fechando um Centro Pop em São Carlos, problema em Ribeirão Preto, em vários lugares, porque você coloca dois profissionais para atender mil pessoas. Não é isso que nós queremos, mas o que manda o Sistema Único de Assistência Social, assistente social, psicólogo, advogado, terapeuta ocupacional, todas as faces da categoria. Para nós é importante, por isso que hoje a gente discute o valor, o papel. Há muito tempo, na época do Maluf, depois do Pitta, nós não tínhamos a categoria do assistente social dentro do serviço para a população em situação de rua, foi uma briga muito grande. E as pessoas adoecendo, as pessoas doentes, assistentes sociais doentes, nós brigamos muito feio no conselho municipal aqui de São Paulo para que entrasse a categoria do profissional assistente social. E ganhamos essa luta. E é importante para a divisão dos trabalhos. Então, foram os usuários mesmo, a rua falando: "Não, nós queremos psicólogos." Não é psicólogo para ir lá, para dar remédio; é para acompanhamento familiar, entrada e saída da rua. Então, é esse o papel do usuário, é entender um pouco a política, participando. Como diz Paulo Freire, a gente é aluno e professor, aprende ensinando e ensina aprendendo. É esse o nosso papel aqui de usuário, é de aprender, de ensinar e de ensinar aprendendo. Obrigado por vocês me escutarem. 🙏

É esse o nosso papel aqui de usuário, é de aprender, de ensinar e de ensinar aprendendo.

(Pessoa da plateia): Eu vou tentar ser muito breve, eu sou da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS. Eu me senti provocado a falar um pouco pela gentileza do Marcos, de ter me citado nessa articulação que foi feita em torno da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS. Eu queria dizer que essa articulação foi, vamos dizer assim, gestada por um encontro de trabalhadores do SUAS que aconteceu em Santos, no mês de junho de 2012. Mas, o que eu queria compartilhar com vocês aqui é que eu, no mandato, tive uma convivência de um ano e meio com o pessoal da Assistência Social, e quando a deputada me chamou para trabalhar na Frente, eu falei: "*Deputada, eu não conheço o SUAS, a única política pública que eu tenho mais proximidade é a do SUS.*", porque eu vinha do movimento sindical e discutia a saúde do trabalhador e participava do processo da construção do SUS. E aí vi que tinha uma coisa muito similar ou meio que convergente às políticas da construção de sistemas nacionais, mas eu notava uma diferença entre a política de construção do SUS, que tinha um forte protagonismo dos usuários, e na Assistência Social a gente sentia a falta. Fico muito satisfeito de ver o Anderson, hoje assumindo esse protagonismo com muita clareza, muita firmeza,

eu notava uma diferença entre a política de construção do SUS, que tinha um forte protagonismo dos usuários, e na Assistência Social a gente sentia a falta

isso é muito bom. Infelizmente, a deputada não foi reeleita, mas essa luta vai continuar, a deputada falou aqui ontem que nós vamos convocar o secretário Floriano Pesaro. Nós estamos tentando conversar com ele, para que ele se coloque publicamente diante dessa Proposta de Emenda Constitucional, que a gente reafirma que não é uma política de partido, não é uma política de governo, é uma política de Estado que foi construída, como disse a professora Stela, aqui, com a contribuição de gestores, de trabalhadores, de usuários. Essa política é o resultado desse processo, quer dizer, nós encaminhamos isso e ficamos muito felizes de termos chegado até aqui com vocês. Todas as lutas valem a pena, mas essa luta da Assistência Social, para mim, em especial, foi muito legal, muito gratificante. Muito obrigado!

(Pessoa da plateia): Boa tarde a todos e todas, sou psicóloga também, sou funcionária do Estado e fico muito feliz de encontrar aqui pessoas interessantes e pessoas interessadas. E isso me provoca a ser um pouco ousada naquilo que eu vou colocar aqui agora. Existe uma necessidade da contínua implantação do SUAS. O Marcos colocou um painel maravilhoso no sentido de deixar claro como está a situação dos trabalhadores nos municípios, dos quais eu faço monitoramento, em alguns daqui da Grande São Paulo, e principalmente dentro da nossa secretaria. Ano passado teve várias capacitações. O que aconteceu? Deixamos de lado todo o resto de trabalho. São 26 diretorias regionais, tem diretoria

A capacitação que foi feita, por exemplo, para os nossos municípios, a respeito da diferença entre atendimento e acompanhamento do PAIF

que na equipe técnica tem 2, 3 técnicos apenas, eu costumo fazer o relatório anual para o Tribunal de Contas e venho notando o número de monitoramentos que a gente vem fazendo, pelo menos da minha regional, eu posso dizer isso, que vem declinando. A capacitação que foi feita, por exemplo, para os nossos municípios, a respeito da diferença entre atendimento e acompanhamento do PAIF. Ok! Chamamos os CRAS, falamos, a equipe da proteção social básica da nossa secretaria falou para os técnicos municipais a diferença. Quando chega relatório ou quando a gente consegue ir a algum CRAS, eles não sabem a diferença, por conta dessa rotatividade dos funcionários municipais, e estaduais também, porque há uma rotatividade enorme, não só em nível municipal como estadual. Então gostei muito quando a Stela falou da gestão de trabalho. Quando você falou "capacitação continuada", a Izabel já tinha falado, mas me veio uma coisa assim: "Meu deus, que pena que ela não é continuada e evolutiva, que vai para frente. Ela é continuada porque tem que começar sempre do zero." Toda vez tem que começar falando o básico, a diferença entre atendidos e atendimentos, toda vez que tem preenchimento do Plano Municipal de Assistência Social, que é condição para o cofinanciamento estadual, a gente tem que gastar saliva com o município para explicar a diferença de um conceito tão básico entre número

Quando chega relatório ou quando a gente consegue ir a algum CRAS, eles não sabem a diferença, por conta dessa rotatividade dos funcionários municipais, e estaduais também, porque há uma rotatividade enorme, não só em nível municipal como estadual.

de atendidos e número de atendimentos. Então, assim, a capacitação é continuada, mas ela sempre continua do zero, começa sempre do zero todo ano. Há uma pergunta que eu vou deixar, para a Izabel, que está pegando a EDESP agora, para levar em consideração. Antes tinha a Fundap, que dava maior suporte; agora, não tem mais. Já contavam com a pouca equipe que as DRADS tem. Isso reduzia o nosso trabalho técnico. Como vai se efetivar agora que tem a grande vontade de pôr o Capacita-SUAS em prática, com tão pouco funcionário nas DRADS? Com tão pouco recurso de a gente dar a implantação da política pública, que não se resume em capacitação? Precisa de um aporte muito maior para que a gente possa também dar essa assessoria para os municípios. Nós mesmos não estamos tendo. Eu vou ser mais ousada aqui, os poucos funcionários que militam pela Assistência Social da nossa secretaria estavam aqui, um ou outro que não pode estar, mas a grande maioria que não se interessou, se perguntar para eles, "Para quem vocês trabalham?", e aí vai entrar na fala do Anderson, alguns funcionários não sabem para quem nós trabalhamos. "É para os municípios.", alguns falam assim, "Nós trabalhamos para os municípios." Não, nós do Estado não trabalhamos para o município; nós trabalhamos para os usuários. Ou melhor, Anderson, para os cidadãos, para os munícipes em vulnerabilidade social. Então, falta o básico ainda para uma equipe tão... nem é mínima, é miserável em termos de número. E tem gente boa, mas que está desmotivada. É um grande desafio, porque, para a EDESP conseguir efetivar, ela vai ter que perpassar por todos esses painéis aqui, para poder realmente conseguir efetivar, porque se jogar um monte de capacitação para os funcionários da nossa secretaria, para que nós repliquemos para os municípios, a gente nem vai fazer direito isso, nem vai conseguir fazer mais nada além disso. É uma reflexão, uma dica, é uma ousadia da minha parte, mas que eu precisava falar. Obrigada!

(Pessoa da plateia): Boa tarde! Sou psicóloga lá no Rio de Janeiro. Atualmente, a gente está iniciando uma comissão dentro do Conselho Regional de Psicologia do Rio

de Janeiro, e também ocupamos lá o FET-SUAS do Rio de Janeiro. E eu vim aqui para compartilhar com vocês uma notícia, porque a situação que a gente encontra quando a gente vem aqui ao seminário em São Paulo é uma situação que nos incentiva a permanecer nesse debate, porque quando a gente pensa o Sistema Único de Assistência Social, contribuições e mais na parte dos desafios da psicologia, se a gente for pensar a psicologia no Estado do Rio de Janeiro, o desafio é grande nesse momento por vários motivos. Um deles é uma necessidade urgente de a gente pensar a questão da forma de contratação dos psicólogos atualmente pela SMDS do Rio de Janeiro. Hoje em dia, o psicólogo no Rio de Janeiro é contratado como assistente I na Carteira de Trabalho. Isso faz com que o piso salarial dele não seja respeitado. Isso faz com que a carga horária impossibilite o profissional de buscar uma formação con-

Se você faz o seu posicionamento ético-político, você é demitido.

tinuada, porque o profissional sai exausto dali, com condições de trabalho baseadas muito na relação autoritária com a gestão. Como você vai se posicionar diante de algum protocolo de funcionamento do serviço? Se você faz o seu posicionamento ético-político, você é demitido. É uma necessidade urgente de a gente pensar o concurso público no Estado do Rio de Janeiro, que não acontece ainda. Eu vim aqui para afirmar isso, nós do Rio de Janeiro estamos rendidos para as OSs e precisamos pensar isso, porque quando a gente vem aqui a um seminário em São Paulo, e a gente vê nas oficinas o encontro com os colegas, a situação aqui nos inspira, nos fortalece para voltar para o Rio e falar, "Não, é possível melhorar." Com todos os problemas que o SUAS enfrenta, em São Paulo, a gente vem aqui e volta com gás. Eu peguei o microfone para fazer essa afirmação, de como vai valer a pena ficar seis horas no ônibus, voltar e trabalhar na segunda-feira mais cansada; mas, como a gente volta

com mais força e garra para poder enfrentar esse desafio lá. Muito obrigada!

(Pessoa da plateia): Boa tarde! Eu sou psicóloga, trabalho no CREAS Guaianazes pelo serviço do NPJ. Minha pergunta, e talvez uma reflexão para a mesa e para todos nós, é compreender que sujeito é esse que nós atendemos dentro da Assistência Social. E também entender os indicadores de cor/raça no atendimento da Assistência Social. Eu posso estar errada, mas eu desconheço esse indicador de cor/raça, e a gente não entende quem a gente está atendendo, os processos de sofrimento dessa população que a gente atende. Isso eu vejo como uma questão muito séria, muito grave, visto que não é uma questão... Como a gente não olha para isso e como, ao mesmo tempo, está falando da Assistência Social. Uma reflexão e uma pergunta, como criar esses indicadores?

Eu posso estar errada, mas eu desconheço esse indicador de cor/raça, e a gente não entende quem a gente está atendendo, os processos de sofrimento dessa população que a gente atende.

(Pessoa da plateia): Eu queria emendar com a fala da colega que antecedeu, a questão raça, dos indicadores. Eu também fiquei provocada com a fala do Anderson e da Stela com relação à participação de fato dos usuários. Eu trabalho no Centro Pop (Depois eu quero até pedir umas ideias para o Anderson...), e quanto a gente tem de muitas resistências aos usuários de fato participarem. Principalmente, com relação à população em situação de rua, com quem a gente tenta fazer algumas assembleias lá, mas são invariavelmente de cima para baixo. Se ainda tivessem intenções, mas a gente tem situações lá que nem têm essas intenções, o usuário na verdade não participa. E como a gente pode pensar em fortalecer a população e como a gente faz isso com os profissionais também? Porque a gente tem tensões, mal-estares com os profissionais do SUAS. Eu acho que tem

às vezes um posicionamento um pouco acima, então eu sei de todas as coisas, e não tem isso que vocês mencionaram de "estamos juntos na luta", enquanto que só faz sentido se a gente pensar nos usuários. Eu sinto que isso ainda é algo que a gente precisa avançar, a gente se aproximar de fato da população e fazer as coisas com eles, não para eles, que eu acho que ainda é uma dificuldade. Isso acontece nos CRAS, acontece nos CREAS, e com a população em situação de rua então... não sei se o Anderson compartilha disso, mas eu vejo lá no Centro Pop, às vezes, a gente até parece que está louco assim de eles participarem: "Não, mas eles têm que estar aqui." Dizem, então: "Não, mas eles têm que estar aqui por quê? Eles não sabem, eles não vão conseguir dizer, eles estão sob efeito, estão com 'Corote'. Como eles vão falar, como eles vão opinar?" Acho que é isso.

quanto a gente tem de muitas resistências aos usuários de fato participarem.

(Pergunta pela internet, de Alcântara, MA): E as evoluções dos 10 anos de implantação do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS? Onde estamos e onde queremos chegar?"

Anderson Lopes: Eu vou até ser breve. Eu vou começar pela última pergunta. Eu quero dizer que nós temos muita evolução no Sistema Único, principalmente na participação. O usuário não participava dos conselhos, ele era representativo por entidades prestadoras de serviços, que iam lá e falavam em nome dos usuários. Então, esses 10 anos o Sistema Único trazem uma evolução, que hoje você pode ter fórum de usuários, movimentos, entidades criadas por usuários, estou falando enquanto usuário. Isso nos reverbera a dizer da importância da participação. Isso é importante. Para nós, usuários, traz uma mudança muito grande no Sistema Único. Se não tiver de fato a participação do usuário, não é conselho, porque usuário tem que estar lá e dizer se o serviço está bom ou não está

bom o CRAS, o CREAS, o Centro Pop, serviço de acolhimento à criança e adolescente, adulto, idoso, mulheres, vítimas de violência, precisa fortalecer. A gente não pode mais aceitar, e eu digo aqui bem claro: Qual é forma que os serviços, o CRAS, o CREAS, o Centro Pop, estão fazendo para chamar a participar os usuários? Eu moro hoje, no CDHU na Cidade Tiradentes. Eu sou separado da minha companheira, eu falo que ela é minha companheira, a gente é separado de cama, mas não de casa, eu convivo com ela ainda por causa das nossas filhas lá. Mas, toda semana vão os profissionais do CRAS e do CREAS batem à nossa porta, ofertando cursos de fuxico, curso de cozinha, para lá. E aí falam da importância de ela ir. Minha companheira não recebe mais hoje o Bolsa Família, porque a minha renda já atingiu dez milhões de reais... É brincadeira, é só para a gente rir um borogodinho, um pouco. Mas, ela recebe todo dia o vínculo do CRAS e do CREAS na porta de casa. E ela vai lá no serviço, lá na Cidade Tiradentes. E eu fico olhando com quanto ela volta de produtos. Ela vai lá, participa, tem discussões. É essa a importância, o que nos atrai dentro do Centro Pop. Qual é a forma? Porque muita gente chama a gente de "boca de rango", principalmente da rua, "Esses bocas de rango!" Mas, quem aqui almoçou hoje, levante a mão? Eu ainda não almocei, mas quem aqui já almoçou hoje? Tudo é boca de rango, ficam só por causa da comida. Como você faz isso para o cidadão? A partir do momento que você

Se não tiver de fato a participação do usuário, não é conselho, porque usuário tem que estar lá e dizer se o serviço está bom ou não está bom o CRAS, o CREAS, o Centro Pop, serviço de acolhimento à criança e adolescente, adulto, idoso, mulheres, vítimas de violência, precisa fortalecer.

fala, "Vamos discutir política?", e aí: "Vamos!" Se não tiver um lanche, ele não vai. Mas não é porque ele é boca de rango, é porque ele

está com fome ainda, e discutir de barriga vazia, ninguém discute. Nós temos mais de 100 pessoas aqui ainda, porque nós estamos de barriga cheia. Daqui a pouco vem o *coffee break*. Eu vou estar no *coffee break*. Mas é essa a importância. Eu faço uma plenária da população de rua que começou com sete pessoas, com dez pessoas, tinha vez que só tinha eu e mais 1 pessoa lá, e eu não desisti. Sabe quantas pessoas eu tenho hoje na plenária da População em Situação de Rua na Câmara Municipal? Mil pessoas participando, mil. E é olho no olho, a gente fala com elas, e elas falam conosco. E tem uns que chegam lá bêbados: "Eu quero falar!". Eu: "Por favor, o microfone está à sua disposição." Não tem linguajar, xingue o que tiver que xingar, mas vamos respeitar. Mas a gente começa também a trabalhar com o olhar: "Olha, não pode falar isso." Não é ler uma carta para ele, é como da a modificação no Centro Pop. É como eu disse, o profissional pode estar lá, mas não pode coordenar a atividade com eles, é dar condições para ele poder fazer. É isso um pouco, a gente vai um pouco disso, é como é. E eu quero responder a questão sobre a raça, já estou terminando. Está bem claro, qual é a cor? Negros, negras, vítimas da violência, da periferia. A gente sabe muito bem claro. Eu digo para você, 97% da população em situação de rua é negra. E quem trabalha com ela sabe disso. Ela sofreu alguma violência, ela está na rua por alguma coisa. Então, o público da Assistência Social não é o público que mora no Morumbi, não é o público que mora em Higienópolis. O público da Assistência Social é o público da periferia, é a vulnerabilidade muito grande, e a gente precisa cobrar do Município, do Estado e do Governo Federal uma pesquisa. De ir lá e perguntar para ele, "Qual a tua cor? De onde você vem? Por que você recebe o Bolsa Família?" Eu concordo muito com você, porque muitas vezes o profissional não... E aí, a criminalização em cima do profissional. O público da Assistência Social é o público de mulheres vítimas de violência, cara que saiu da cadeia, é esse público, não é o mesmo público do SUS. Muitas vezes, o plano de saúde do cara acabou, deu uma dor de barriga nele, ele vai correndo a qualquer hospital que está aberto. Da Assistência, não, a gente sabe qual é o público da assis-

tência e está muito bem claro o público da assistência, é o público mais "F" grande que a gente pode encontrar por aí, "ferrado". E não adianta a gente dizer que não é. É! E vem a criminalização, como a gente sentiu muito agora a criminalização desse público na Assistência Social e, principalmente, com quem trabalha com ele, que é chamado de vagabundo, que não sabe. Quem trabalha com ele também é criminalizado, então a gente precisa mudar essa criminalização. Acabei, viu?

A gente participa de uma instância estadual, nacional, de fórum dos trabalhadores que são entidades que atuam nesse âmbito, mas as coisas acontecem no serviço, no território, no local.

(Pessoa da plateia): Boa tarde! Sou do FET-SUAS. Ouvindo a Stela, e a mesa toda, essa questão da participação e efetivação da participação, a qualidade da participação dos trabalhadores e dos usuários nos espaços de controle social, que não são só as conferências, fica muito claro que a gente precisa se mobilizar nos nossos locais de trabalho, que isso seja uma atuação contínua e permanente, não seja a cada dois anos de conferência, a gente participar e, aí, é só corpo presente. Se isso já é difícil entre os trabalhadores, imagina para os usuários. Eu não acredito que tenha outra forma. A gente participa de uma instância estadual, nacional, de fórum dos trabalhadores que são entidades que atuam nesse âmbito, mas as coisas acontecem no serviço, no território, no local. Não acredito que vai haver outra forma de a gente qualificar e de a gente de fato participar dessa construção e consolidar o sistema, consolidar as políticas públicas, se a gente não fizer isso desde o nosso local de trabalho. Fica muito na lamentação de todos os problemas que a gente encontra na Assistência, muito por parte dos trabalhadores. Eu acho que isso é meio que uma marca do perfil desse trabalhador da Assistência, espero que não permaneça assim, mas, infelizmente, é um pouco isso. Não adianta ficar

só lamentando e acho que a gente não vai conseguir atingir o usuário, se a gente não começar pela gente. É extremamente importante que essa atitude aconteça entre os trabalhadores nos seus locais, participem dos conselhos, estabeleçam fóruns, que fóruns são espaços abertos, livres, horizontais para a gente discutir, porque isso não existe no espaço de trabalho e a gente precisa falar, reclamar, mas agir. É isso.

A gente tem que começar a refletir e pensar em estratégias de como mudar isso, mudar esse quadro e trazer esses gestores para a discussão do trabalhador

(Pessoa da plateia): Olá! Sou do Rio de Janeiro também, do Conselho Regional de Psicologia, da Comissão de Assistência Social. Gostaria de falar um pouco provocada pela fala da Stela em relação a meio que à exclusão dos gestores na visão de trabalhador. Acho que os números apresentados pelo Marcos falam por si só. A questão de postura também, a gente percebe que, quando um trabalhador está no cargo de gestão, um trabalhador estatutário, concursado, está em um cargo de gestão, a postura dele é diferente de quando ele é comissionado, quando ele trabalha exclusivamente para aquele mandato. A gente tem que começar a refletir e pensar em estratégias de como mudar isso, mudar esse quadro e trazer esses gestores para a discussão do trabalhador. Estou agradecida também pela fala do Anderson. Eu fico muito contente quando eu o escuto falando, ele está empoderado das questões e eu gostaria muito de ver os outros usuários, usuários que a gente atende, que a gente trabalha empoderados também ocupando esses espaços, podendo se colocar sobre o que é melhor para eles. E para os psicólogos que estão aqui presentes, eu vou adiantar um pouquinho a prévia da minha pesquisa da dissertação que eu vou defender em abril sobre a visão que a representação social dos usuários têm dos psicólogos que atuam no SUAS. Vou falar só três representações, a *ajuda*, a *escuta*

e o *carinho* foram as palavras que saíram mais, que os usuários apreendem o psicólogo dessa maneira. Então acho que isso pode servir de indicador e de ânimo para o nosso trabalho, para a nossa batalha diária. Obrigada.

enquanto não houver usuário participando em conferência municipal, estadual e nacional ou participando da política, não existe política

Anderson Lopes: Semana que vem eu vou estar no Rio de Janeiro, até porque tem uma discussão sobre a judicialização dos trabalhadores. Eu estou indo como CNAS para um tema muito forte, que é a judicialização dos trabalhadores conjunta com os usuários, porque quando não atende, quando não faz, vem um Juiz judicializar e acha que tem que ser de uma maneira, e não é. Quero dizer que eu estou à disposição, esse ano é ano de conferência municipal, estadual e nacional, a participação do usuário, se não houver, a política é invisível. Vou falar aqui não enquanto a trabalhador, porque o Marcos vai dizer, mas enquanto não houver usuário participando em conferência municipal, estadual e nacional ou participando da política, não existe política. O Fórum Nacional dos Usuários está vindo aí para fortalecer e para dizer que política nós queremos, o que nós queremos. Tem uma grande discussão agora com o Conselho Estadual aqui de São Paulo sobre a participação dos usuários no conselho. A gente quer a participação, já foi colocado isso, da representatividade dos usuários no Conselho Estadual de Assistência Social. A gente está pedindo uma audiência com o secretário Floriano Pesaro para propor isso, para que faça uma modificação em resolução, em documento para a participação. O único lugar que ainda não tem participação do usuário é aqui no Conselho Estadual. É uma entidade que recebe recursos e faz prestação de serviços que representa. Eu estou à disposição, o movimento está aí, eu estou aí enquanto representante dos usuários nacional. Muito obrigado!

na verdade nós estamos querendo dizer que nós precisamos avançar, mas para avançar tem que ter participação, não tem outro jeito

Gervison Marcos Melão Monteiro: Bom, primeiro só destacar que estão presentes aqui o Fórum Estadual com algumas representações, além da minha presença. O Vinícius, aliás, agora é nosso representante no Conseas, inclusive nós estamos fazendo um desagravo, porque na sua primeira visita àquela instituição ele foi muito mal tratado enquanto representante dos trabalhadores, e é importante que vocês saibam disso e a gente vai fazer esse desagravo, não calaremos. Além daquela representação que apontei, também tem representantes de outros fóruns, fóruns locais, nós temos participação dos trabalhadores do SUAS de Mauá, do Taboão, que está meio paradinho, mas vez por outra também tem participações. Estamos reativando o fórum do ABC. Temos o fórum de Jundiaí, que agora, inclusive, tem representação no Conselho Municipal de Assistência Social. Bom, das questões que foram colocadas aqui, eu quero chamar atenção é que eu também desenvolvo pela DRADS ABC capacitação às pessoas que desenvolvem o preenchimento do formulário do Cadastro Único, do Programa Bolsa Família. As descrições que a gente tem com referência à cor como é colocado no próprio cadastro estão referenciadas ainda nas normativas do (IBGE). Assim, toda orientação é vale a manifestação. Todo o trabalho nosso, e acho que isso serve como referencial para gente da Assistência Social, o foco tem que ser aquilo como a pessoa se enxerga e se entende. No caso aqui do Estado de São Paulo, inclusive com relação à questão de sexo, está valendo até o nome social. É só uma das coisas para a gente ir refletindo também. Para quem nos encaminhou a questão por internet, nós apresentamos algumas normativas, e essas normativas tiveram uma forte influência dos movimentos sociais, dos trabalhadores da Assistência Social, são conquistas. Nós temos um grave problema, uma sociedade altamente

conservadora, e o nosso projeto de futuro, principalmente para os próximos dois anos ou rumo a 2016, como estão colocando na rima da nossa temática, 2026, desculpe, na verdade nós estamos querendo dizer que nós precisamos avançar, mas para avançar tem que ter participação, não tem outro jeito. Dos trabalhadores e também dos cidadãos e cidadãs que utilizam os serviços, os benefícios, que são foco da política de Assistência Social. Sem isso, a gente não avança mais. Então vamos à luta! E mais um detalhe, trabalhadores funcionários públicos do Estado de São Paulo, a Assistência Social tem que se entender enquanto trabalhador, não pode continuar aceitando aquela orientação hipócrita do Conselho Estadual, de que, se é funcionário público, se é concursado, essa pessoa é gestora, ele representa o órgão gestor, representa o governo. Não! Quem representa o Governo, mesmo sendo concursado, mesmo sendo funcionário público, é aquele que responde por cargo comissionado ou se ele aceitar uma indicação para participar de um conselho, para participar representando o Estado ou o Governo naquele órgão. Fora disso, não tem essa de participar de reunião com a secretária para definir quem vai pelo órgão gestor, tem que estar aqui do nosso lado, do lado dos trabalhadores, dos profissionais do serviço.

qualquer processo que seja iniciado de participação tem que ter consequência

Stela da Silva Ferreira: Bom, eu acho que a resposta que eu ia dar, o Marcos deu muitíssimo melhor do que eu à provocação a mim dirigida. Eu acho que era nesse sentido que eu estava me referindo, essa distância, essa tensão de trabalhadores e gestores, era nessa perspectiva aqui, a partir da perspectiva de São Paulo, e não do Rio. Eu queria fazer rápidos comentários em relação à colocação sobre a PEC. Tal como o esforço que foi feito pela frente junto com o fórum pela atualização e adequação da lei da Constituição Estadual, o mesmo vale de mobilização para os municípios. As Leis Orgânicas Municipais estão absolutamente anacrônicas e absolu-

tamente aderidas, essa talvez seja uma boa palavra para isso, aderidas a um princípio conservador dessa política. O mesmo esforço que foi feito na Assembleia Legislativa tem que ser feito nas Câmaras Municipais. Já temos aprendizados para isso, temos pessoas com esse conhecimento, com essa capacidade, a gente precisa usufruir disso. Em relação à questão da educação permanente. Embora tenha dirigido para a Izabel, eu vou me atrever a falar. Há duas questões que me afetam da tua fala. Uma primeira é que a gente está fazendo também uma distorção, ao meu modo de ver, de colocar a política de educação permanente em uma perspectiva descentralizada, mas de uma ótica que é que o federal capacita o estadual e, supostamente, o estadual capacita o municipal. Eu percorri grande parte dos Estados brasileiros, ano passado, a convite da equipe do José Crus, lá do MDS, e uma das coisas que a gente vê é que as equipes estaduais não têm nenhuma capacitação para entender o que é o processo de supervisão técnica ou de orientação técnica para os municípios. Então, muitas vezes se faz um exercício de poder e mando por falas até desenformadas das equipes estaduais de orientações que são passadas aos municípios. A gente também tem uma lacuna de não olhar nem para os trabalhadores do Governo Federal, nem para os trabalhadores do Governo Estadual, a necessidade de processos continuados de aprendizado. Em relação a essa questão colocada sobre a participação, o Anderson já conversou bastante com você. Só acho que uma questão fundamental para a gente considerar, quando eu falava daquele gradiente de participação, vou ver se eu e a Abigail, a gente se arvora a escrever esse texto. Mas, acho que o fundamental que a gente observa, é que qualquer processo que seja iniciado de participação tem que ter consequência. Ainda que seja apenas uma consulta, essa consulta precisa ter consequência dentro do serviço. A gente também tem que ser responsável no sentido de que é difícil abrir esse espaço. A gente não rompeu práticas autoritárias com leis e com regras, é na luta cotidiana que a gente vai atravessando esses limites. Agora, o fundamental é a cada processo participativo você tem que ter uma gradualidade e uma transparência. O Anderson falava disso, com a população, porque qual a medida, ainda que pequenininha,

de mudança de prática ou de mudança no planejamento que vocês fizeram a partir de uma escuta? Isso é fundamental, porque, por vezes, é onde a gente mata a participação. O cara opina, no dia seguinte, ele perde a vaga no albergue. A gente fez um trabalho muito bonito ouvido os usuários dos albergues e Centro Pop em uma cidade aqui na região metropolitana, e eles relataram exatamente isso, qual o problema de participar. Se ele faz crítica ao serviço, no dia seguinte ele perde a vaga ou, no caso da cidade de São Paulo, ele ganha uma marquinha no SisRua, que é para ele não mais voltar. Isso é uma questão, qualquer mudança, por menor que seja, conversa, porque isso vai fortalecê-lo e a gente vai ganhando musculatura aos poucos. Por fim, só conversar a questão dos dados sobre raça/cor. Há duas coisas, ela fez uma convocação com a gente sobre a ideia de indicadores. Eu também diria e faria um convite a todos vocês de modo que a gente entenda também que a questão racial, assim como várias outras formas de preconceito, mas vamos ficar no preconceito racial, porque ele tem relevância em si mesmo, que é além de ser uma discussão, como bem falou o Anderson. A maior parte, do ponto de vista populacional, dos nossos usuários são negros. Há uma outra questão que é, e convido vocês a fazer a leitura da concepção de convivência e fortalecimento de vínculos no SUAS, porque o enfrentamento das situações de preconceito e de exposição das pessoas à situações de preconceito são também conteúdo de trabalho. A questão do racismo não é só uma questão de público, porque o racismo se produz em uma relação. O branco e o negro têm que fazer essa discussão, isso é conteúdo de trabalho também. Obrigada, acho que é isso.

Maria Izabel Cunha Soares: Bom, eu vou tentar fazer as minhas considerações fi-

Você só estabelece diálogo que avança quando você reconhece que o seu interlocutor é um igual, quando você não estabelece relação hierárquica, quando você reconhece que as demandas desse interlocutor são legítimas você consegue estabelecer diálogo para avançar.

nais respondendo aos questionamentos que foram feitos e já aproveito a oportunidade para agradecer pelo convite. A primeira coisa, isso da minha origem, do meu trabalho, da minha militância na área dos Direitos Humanos, acho que todas as questões que foram colocadas aqui passam pelo reconhecimento do sujeito com quem você está fazendo a interlocução, seja ele usuário, seja ele trabalhador, seja ele gestor, seja ele quem for. Você só estabelece dialogo que avança quando você reconhece que o seu interlocutor é um igual, quando você não estabelece relação hierárquica, quando você reconhece que as demandas desse interlocutor são legítimas você consegue estabelecer diálogo para avançar. Então eu acho que isso vai na lógica do operador do sistema com o cidadão sujeito de direito do sistema, com o profissional que está demandando capacitação, com o gestor; enfim, eu acho que essa é a lógica que une todas essas questões. E nesse ano de conferência, essa equipe nova que chegou na secretaria tem uma preocupação, embora seja a questão de uma gestão, tem uma preocupação de uma Política de Estado porque o nosso secretário milita nessa área, então a ideia é construir uma Política de Estado e discutir nas conferências também o papel do Estado nessa lógica. Na área da Assistência, o Estado está em uma situação meio sem saber exatamente qual é o seu papel. Embora muita coisa caiba ao Estado, isso muitas vezes não é discutido e aí fica essa relação do Ministério com os Municípios, e o Estado com algumas atribuições que acaba não cumprindo. Então, um dos pontos para as conferências é a rediscussão desse papel. E acho que isso

daí vai resolver uma série de situações que estão em um obscurantismo. Uma outra questão aqui colocada sobre a população, do reconhecimento da questão de raça e de cor passa também pela lógica do reconhecimento do outro, mas eu só queria lembrar de uma experiência. Na Secretaria da Justiça aqui do Estado, levantou-se muito essa questão em relação aos direitos da população LGBT, de como a população LGBT se reconhece, como ela quer ser reconhecida, se ela vai usar o nome social, se ela vai usar o nome do RG. Isso tudo passa por um processo de mudança de lógica, e você só consegue implementar essa mudança quando você está aberto para o diálogo. É a mesma lógica, as capacitações têm que ter como foco essa mudança de lógica. Eu espero ter contemplado, mais ou menos essas questões e digo a vocês que a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado está aberta para discussão. A gente quer fazer um trabalho que valorize a Assistência, entendendo que o foco é esse sujeito de direito, que temos lá preconizada na nossa constituição a garantia desses direitos. Muito obrigada.

Joari Aparecido Soares de Carvalho: Agradeço ao Anderson, à Maria Izabel, à Stela e ao Marcos. Era o objetivo também semear os temas entre os participantes que estão aqui e quem está pela internet, para que a gente registre e acompanhe a evolução, seja nos próximos anos, seja nos próximos 10 anos do Sistema Único da Assistência Social. De fato muitas coisas avançaram, por isso essas aqui são estratégias para avançar daqui por diante, já ensejando estes como temas importantes para as conferências. 🌍

Oficinas - Sínteses sobre os temas desenvolvidos

1. A psicologia e práticas de acompanhamento familiar e individual na Assistência Social

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia São Paulo

Historicamente ligada a práticas de bem-estar e filantropia, a Assistência Social brasileira vem assumindo cada vez mais uma condição de política pública de proteção social. Para isso, suas ações devem ser necessariamente pautadas em territórios e na unidade sociofamiliar – considerada núcleo de apoio primeiro. Esta seria uma forma de se garantir enfrentar vulnerabilidades e desenvolver potencialidades de seu público-alvo. Mas como fazer isso? Aliás, o porquê disso? Por que famílias?

Cotidianamente, a família é tomada como uma entidade “natural” e permanente, a partir de uma hegemônica concepção moral-religiosa que a vê sendo composta por um pai, uma mãe e filhos, convivendo em uma unidade doméstica independente e com papéis bem diferenciados. Uma ideia que conforma um modelo dominante: a família nuclear. Apesar de mais fazer parte do imaginário do que da realidade, esse é um modelo que supostamente deveria ser seguido por todos e que nega a multiplicidade concreta das famílias com as quais lidamos, colocando-as em um lugar sempre faltante, visto que dificilmente as famílias concretas atendem a tais requisitos.

Os estudos do campo apontam que família não é definida por sua composição; família é um conceito que designa um grupo de pessoas associadas por relações de consanguinidade, de aliança ou de afetos, que podem ou não viver sob o mesmo teto. Quer dizer, família diz respeito a uma

instituição secular que, historicamente, se define por ligações estreitas e íntimas entre pessoas dispostas a conviver e a partilhar experiências. A família é um espaço do social que introduz os sujeitos na vida organizada da sociedade, socializando seus membros. Ela é responsável por transmitir “programas de verdade”, quer dizer, transmite modos de pensar, se relacionar, desejar, de se entender a si mesmo e o mundo, modos de valorar; é responsável, enfim, por tornar um filhote em um ser humano. Família entendida como uma instituição, isto é, como efeitos de práticas sociais historicamente produzidas. Assim, famílias são formas que produzem e reproduzem as relações sociais, acionando certos modos de subjetivação. A família produz formas de vida; e talvez seja essa uma das principais razões para que ela ganhe tanta centralidade na Assistência Social.

famílias são formas que produzem e reproduzem as relações sociais, acionando certos modos de subjetivação. A família produz formas de vida; e talvez seja essa uma das principais razões para que ela ganhe tanta centralidade na Assistência Social.

Estudos foucaultianos apontam o quanto a família ocupa um lugar estratégico para o governo da vida. Não, à toa,

assistimos a um número crescente de especialistas orientando como as famílias devem se relacionar e cuidar. Uma série de orientações e conselhos que buscam uma vida mais útil e produtiva, capaz de produzir sujeitos mais saudáveis e adequados ao mundo em que vivemos. A família, então, ocupa um potente lugar na gestão do presente e do futuro – de seus membros e de toda a população.

o trabalho realizado com famílias hegemonicamente aposta em estratégias de vigilância constante, para que as próprias famílias instaurem dentro delas uma vigilância constante dela sobre ela.

Nesse contexto, podemos dizer que políticas destinadas a famílias, além de dizerem respeito à garantia de direitos, dizem respeito também a uma modalidade de governar e gerir aleatoriedades, a partir de dispositivos de segurança. Assim, o trabalho realizado com famílias hegemonicamente aposta em estratégias de vigilância constante, para que as próprias famílias instaurem dentro delas uma vigilância constante dela sobre ela. Uma vigilância interna,

minuciosa, atenta a todos os detalhes (aos filhos, vizinhança, dinheiro, alimentação, casa, costumes, maneiras de pensar, desejar, existir); uma vigilância de si para si, de forma que se torne cada vez menos necessária a presença de agentes externos.

No acompanhamento de famílias em diferentes serviços socioassistenciais, há, então, de se romper com práticas de controle e gestão, quase sempre de bases higienistas. Algo que começa pela desnaturalização da família como o núcleo “natural” e mais importante de cuidado e proteção das pessoas e que nos leva a pensar as redes de pertencimento das pessoas, visto que, trabalhar com famílias implica ultrapassar a casa e as relações intrafamiliares, pensando outros espaços sociais, como vizinhança, parentes, espaços de circulação e os próprios serviços socioassistenciais. Assim, partindo da ideia de que acompanhar famílias é se pôr em sua companhia, em uma companhia de viagem, conhecendo as paisagens pelas quais passeiam ao longo da vida, por onde fazem paragens e com quem passeiam, cabe perguntar que companhia temos oferecido nos serviços socioassistenciais, a serviço de que acompanhamos tantas famílias e o que esse acompanhamento tem produzido nas vidas das pessoas. 🌱

2. Contribuições da psicologia nos setores de planejamento e na gestão da Política de Assistência Social¹

A gestão da Política de Assistência Social pressupõe ações interligadas de diagnóstico, planejamento, execução, avaliação e monitoramento. Essas ações sustentam e fazem sentido para o planejamento, a operação da política e o controle social. Essa compreensão presente nas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS amplia a concepção da integração entre planejamento e orçamento, expressa na Constituição Federal de 1988, contribuindo, assim, para a institucionalização de uma cultura de planejamento. Essa nova cultura requer saberes de diversas matrizes, como a psicologia, sobretudo nas instâncias de gestão e planejamento, para se poder dialogar com a realidade vivida de profissionais que atuam nos serviços que executam diretamente o atendimento da população, bem como da população atendida e/ou que necessita do serviço e dos equipamentos em que os atendimentos serão ofertados. Partindo dessa premissa, que compreende o planejamento e a gestão como processos e instrumentos vitais para o trabalho social, a presença, o papel e a contribuição do(a) psicólogo(a) nesses processos apresentam-se como imperativos para consumir a pretensão interdisciplinar do fazer e multiprofissional da composição dos atores com a responsabilidade e o compromisso de, a despeito de dilemas, conflitos e saberes a serem apropriados, tornar viável a Política de Assistência Social como direito². 🌍

Essa nova cultura requer saberes de diversas matrizes, como a psicologia, sobretudo nas instâncias de gestão e planejamento, para se poder dialogar com a realidade vivida de profissionais que atuam nos serviços que executam diretamente o atendimento da população, bem como da população atendida e/ou que necessita do serviço e dos equipamentos em que os atendimentos serão ofertados.

1 Oficina realizada por Ricardo Rodrigues Dutra - Departamento de Gestão do Trabalho do SUAS/MDS

2 Síntese produzida pelo CRP SP

3. Controle social, a importância da participação social dos trabalhadores

Allan Carvalho

Representante do Fórum de Assistência Social da Cidade São Paulo (FAS)

De maneira a contextualizar as análises aqui apresentadas, é necessário um breve olhar sobre a atual conjuntura política. Vivemos tempos difíceis, atravessando uma grave crise política, que abriga em seu âmago uma crônica crise da democracia representativa, que se manifesta por sintomas oriundos de sua própria gênese, agravados por vieses e descaminhos dela decorrentes.

O Brasil, que já padecia de um histórico de formação de partidos políticos de base popular, contando com uma miríade de partidos oriundos da elite dominante, com o objetivo de atender a interesses específicos, ideológicos, de classe e/ou corporativos, acabou por adotar o financiamento privado de campanhas eleitorais. Tal adoção veio por aprofundar ainda mais a tradição elitista da grande maioria das agremiações partidárias nacionais, bem como contaminar os partidos, que exceção à regra, tinham, em diferentes graus, origens e aspirações populares, atraindo, por decorrência, um grande número de filiados, interessados apenas em seu enriquecimento pessoal e na ascensão aos altos postos de poder, fazendo da política, escada para suas aspirações mais egoístas. Além disso, outros fatores que já agravavam esse viés antidemocrático e antipopular estão no DNA da história do Brasil, permeada de longos períodos de autoritarismo, que começaram no próprio caráter da exploração do Brasil, no regime econômico escravocrata, na nossa proclamação da República, antes muito mais um arranjo das elites, para se readaptarem e seguirem

no poder, no coronelismo, no patrimonialismo, e em longos períodos ditatoriais civis e militares.

Tanto assim que esse período democrático em que vivemos é o mais longo de toda história do Brasil.

A Constituição de 1988, ela própria elaborada por caminhos participativos, construídos à luz do movimento de redemocratização do País, incorporou esse inovador paradigma, da Democracia Participativa, abrindo um novo caminho, para o exercício do poder diretamente, com novas possibilidades de exercícios de cidadania, que popularizando o exercício de parcelas do poder, criaram novos espaços de governança na construção e implementação de políticas públicas, que foram sucessivamente aprimorados e ampliados desde então.

Dentre eles, destacamos:

- Consultas Públicas: Espaços formais, normalmente viabilizados por meio eletrônico, para consulta e formulação de propostas sobre políticas públicas e seu Marco legal, com vistas ao seu fortalecimento e aprimoramento;
- Audiências Públicas: Reuniões públicas, de caráter oficial, de debates sobre as políticas públicas, o marco legal vigente, e temas de interesse da sociedade, convocados para colher subsídios e propostas para sua inovação e aprimoramento;

- **Conselhos Participativos:** Espaços formais de Controle Social Externo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, para debate, análise e formulação de proposituras, com vistas ao aprimoramento, buscando a melhoria permanente quanto a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas por área ou segmento. Esses Conselhos podem ainda ser deliberativos ou consultivos;
- **Fóruns de Participação Popular:** São por excelência os espaços de Controle do Controle Social Externo. Compostos majoritariamente, mas em alguns casos não exclusivamente pela Sociedade Civil, são espaços, permanentes, livres e autônomos para acompanhamento e formulação de propostas para aprimoramento das políticas públicas, e de acompanhamento e monitoramento das ações dos Conselhos Participativos, também organizados por área ou segmento;
- **Conferências Públicas:** É a mais alta Instância oficial de participação popular direta. Realizadas em períodos regulares, são espaços para conferir o “estado da arte”, das políticas públicas e propor as diretrizes que devem orientar as ações e formulações dessas políticas, nos Conselhos Participativos, bem como, na formulação e aprimoramento de seu marco legal e ainda em sua execução.

Consideramos essencial para a própria democracia o empoderamento e o fortalecimento desses espaços, diminuindo a distância que comumente separam o mundo real das políticas públicas, da real, verdadeira e legítima vontade popular.

Por suas características somadas ao atual momento político que atravessamos, consideramos essencial para a própria democracia o empoderamento e o fortalecimento desses espaços, diminuindo a distância que comumente separam o mundo real das políticas públicas, da real, verdadeira e legítima vontade popular. E é por meio da participação qualificada e articulada, principalmente por Trabalhadores e Usuários desses espaços, que dando vigor e força à democracia participativa, construiremos políticas públicas cada vez mais sintonizadas com os anseios e necessidades daqueles que delas sejam mandatários, promovendo direitos, maior qualidade de vida e tornando nosso país menos injusto e menos desigual. 🌍

4. Desenvolvimento humano e psicologia na garantia de direitos a benefícios eventuais e a programas de transferência de renda¹

A seguridade social que vem sendo construída, mesmo que lentamente, no Brasil, sob execução da Política de Assistência Social em conjunto com outros setores da administração pública, tem apresentado a oferta de benefícios eventuais e programas de transferência de renda como instrumentos para a garantia concreta de direitos a mínimos sociais de provimentos à própria vida. A grande desigualdade social e econômica, ainda que possa ter sido reduzida um pouco nos últimos anos, continua exigindo que políticas públicas, como a de Assistência Social, continuem dedicando grande atenção à concessão de benefícios e à transferência de renda, posto que outros mecanismos de transformação social sistematicamente não alcançam o dia-a-dia das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, por seus efeitos serem somente no longo prazo. A presença da psicologia na Assistência Social pode proporcionar a contribuição qualificada sobre aspectos considerados subjetivos das pessoas, das famílias, das instituições, mas não menos importantes para compreender mais efetivamente os fenômenos da desigualdade e das desproteções, tanto na operacionalização direta da concessão, uma vez que pode haver outras necessidades e situações das famílias e indivíduos a serem atendidas em acompanhamentos da Assistência Social ou na defesa de direitos em outras áreas, mas também indiretamente, analisando crítica e propositivamente o papel de benefícios eventuais e a transferência de renda na vigilância socioassistencial, na gestão do trabalho, na

Estamos assentando paulatinamente uma mudança de paradigma no campo das políticas sociais, em que esses recursos aos quais às pessoas tem acesso deixam de ser instrumentos de controle e disciplinamento de condutas, sendo a finalidade do ato funcionalista do(a) agente do Estado

educação permanente e na pesquisa acadêmica sobre as perspectivas dos modelos de políticas públicas adotados e de organização da sociedade. Pode-se dizer que estamos assentando paulatinamente uma mudança de paradigma no campo das políticas sociais, em que esses recursos aos quais às pessoas tem acesso deixam de ser instrumentos de controle e disciplinamento de condutas, sendo a finalidade do ato funcionalista do(a) agente do Estado, como historicamente foram concebidos e implementados, passando a ser direitos exercidos o mais diretamente possível pelas pessoas que deles necessitarem, os quais existindo também como meios para a realização do trabalho social com os(as) respectivos(as) cidadãos(ãs) requeiram como fins atendimentos e/ou acompanhamentos individuais ou familiares que podem assegurar outras garantias, como acolhida, convivência e autonomia. Assim, o desafio do(a) psicólogo(a) enquanto trabalhador(a) social, em conjunto com os(as) outros(as) trabalhadores agentes desta mudança de paradigma, muitas vezes em instituições e circunstâncias resistentes a isso e seus efeitos socialmente transformadores, é consolidar e materializar ética, técnica, operacional e politicamente essas outras possibilidades de direitos como complementares, e não subsidiárias, antagônicas ou condicionadas aos benefícios eventuais e das transferências de renda². 

1 Oficina realizada por João Victor Reis

2 Síntese produzida pelo CRP SP

5. O serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências: o que é preciso saber sobre o papel da Assistência Social para atuar, garantir direitos e superar imprevistos

Mariana Siena

Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) da UFSCar

O desastre é um acontecimento trágico e crítico que ultrapassa o cotidiano, invade-o, desarruma-o. É um fenômeno tido como inadmissível, ante o qual se surpreendem os que se encontram tanto dentro como fora da cena; preocupações imediatas incitam a mobilização de excepcionais recursos e providências, pressionando-se autoridades para agirem rapidamente (VALENCIO, 2012¹). Diante de tal fenômeno, a Defesa Civil tem a missão institucional de coordenar todas as ações no contexto, inclusive aquelas de Assistência Social. Contudo, a realidade nacional nos indica que, nos municípios brasileiros, a Assistência Social² tem uma presença institucional significativamente maior em relação à Defesa Civil. Todavia, seja com a presença da defesa civil, seja com a presença da Assistência Social, o atendimento público àqueles grupos sociais afetados no desastre ou aos que intensificam sua vulnerabilidade diante dos eventos ameaçantes tem se caracterizado pela precariedade. Ou seja, recorrente tem sido um tipo de atendimento que se baliza pelo “reino das necessidades” (e não dos direitos), não ultrapassando o suprimento das carências, no qual o provimento aos grupos sociais afetados em desastres com colchões e cestas básicas seja considerado suficiente pelo ente público.

seja com a presença da defesa civil, seja com a presença da Assistência Social, o atendimento público àqueles grupos sociais afetados no desastre ou aos que intensificam sua vulnerabilidade diante dos eventos ameaçantes tem se caracterizado pela precariedade.

Para ultrapassarmos a barreira do “reino das necessidades”, o fenômeno do desastre precisa ser encarado como um tipo de crise crônica, atrelado a um processo sócio-histórico longo de vulnerabilização, que não dura enquanto as chuvas persistem, mas enquanto os grupos vulnerabilizados não têm garantidos seus direitos de cidadania. E, mais precisamente, o desastre já está instaurado antes mesmo das chuvas. Dessa forma, podemos utilizar a metáfora do desastre como um “fantasma”, na qual sua presença não é facilmente identificada, mas que “assombra” os grupos empobrecidos, independentemente ou não das nuvens no céu estarem “carregadas”.

O desvendar desse desastre como um “fantasma” constitui-se, a meu ver, no maior desafio aos gestores públicos, principalmente aqueles de Defesa Civil e Assistência Social (na figura do profissional do serviço social e da psicologia, por exemplo) e aos estudiosos do tema: desmascarar e articular os elementos sociais que produzem o desastre, não como um fenômeno que “atinge” nossas sociedades, mas que é produzido no âmbito

1 VALENCIO, N. Para Além do 'Dia do Desastre': o caso brasileiro. Curitiba: Appris Editora, 2012.

2 A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS 109/2009, prevê a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

das relações sociais que se expressam nela, no padrão de desenvolvimento que optamos por escolher, nas desigualdades com as quais insistimos em conviver. Suas feições são identificáveis em âmbito macro e microsociais. Seu teor está nas relações sociais e enfaticamente na **interação dos empobrecidos com o Estado**, na face sociopolítica do desastre (SIENA, 2014³).

Como cientista social, que observa as “nuvens cinzentas”, digo que é preciso, sim, suprir as carências (e a atenção social é muito importante nessa fase), num primeiro momento. Mas, o problema reside em não conseguir-se ultrapassá-las, comprometendo a busca de direitos de cidadania dos que vivem sob as “nuvens cinzentas” da cotidiana proteção social desigual. 🌍

3 SIENA, M. A Atenção Social nos Desastres: quando o deslocamento compulsório acontece. In: VALENCIO, N; SIENA, M. (Org.). Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas. Vol. IV. São Carlos: RiMa, 2014. p. 151-178.

6. Práticas alternativas à institucionalização no SUAS e a promoção da convivência familiar e comunitária¹

Com os avanços da Política Pública de Assistência Social e a consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, torna-se necessária a ampliação do debate acerca das práticas de institucionalização que ainda vêm sendo produzidas nos cotidianos dos serviços, como sendo medidas protetivas, em especial para crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com sofrimento psíquico intenso, a despeito da busca prioritária pelo fortalecimento da função protetiva da família e a promoção da convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, a atenção psicossocial enquanto uma ética norteadora das práticas no SUAS, capaz de problematizar as consequências da institucionalização da vida, de fortalecer o trabalho em rede, contribuindo para o desenvolvimento de ações desinstitucionalizantes e antimanicomial emerge como uma urgência a ser incorporada nos processos de compreensão, formulação e proposição dos atendimentos e acompanhamentos, transcendendo tanto práticas estratigráficas quanto aquelas centradas no discurso competente, impregnado entre instituições, profissionais e, sobretudo, sobre as próprias pessoas destituídas da condição de sujeitos de suas vidas e reduzidas objetos desta ou daquela ordem². 

a atenção psicossocial enquanto uma ética norteadora das práticas no SUAS, capaz de problematizar as consequências da institucionalização da vida, de fortalecer o trabalho em rede, contribuindo para o desenvolvimento de ações desinstitucionalizantes e antimanicomial emerge como uma urgência a ser incorporada nos processos de compreensão, formulação e proposição dos atendimentos e acompanhamentos

1 Oficina realizada por Maria Julia Azevedo Gouveia e Lucia Helena Nilson

2 Síntese produzida pelo CRP SP

7. Produção de documentos escritos por psicólogas(os) na Assistência Social

Graça Maria de Carvalho Camara

Conselheira do Conselho Regional de Psicologia São Paulo

A produção de documentos escritos tem sido matéria de frequentes solicitações de esclarecimento por parte de psicólogas(os), bem como de número expressivo de representações encaminhadas aos Conselhos Regionais de Psicologia. Mais importante ainda num espaço tão novo quanto o da(o) psicóloga(o) na Assistência Social. Por isso, a importância desta discussão neste 3º Seminário Estadual sobre Psicologia e Assistência Social em São Paulo.

Antes de iniciarmos esta discussão, é importante lembrar a importância da avaliação psicológica como o principal produto do trabalho da(o) psicóloga(o), independentemente de sua área de atuação, que deve ser feita pautada na qualidade técnica e no respeito ao Código de Ética profissional, nossa Lei maior.

Em virtude da área de atuação da(o) psicóloga(o) é que este(a) pode ser solicitado(a) a demonstrar os resultados de seu trabalho por meio de documentos escritos com maior ou menor frequência, e essa produção deve ser cuidadosa e pautar-se principalmente nas legislações específicas determinadas pelo Conselho Federal de Psicologia. Lembrando que é dever da(o) psicóloga(o) conhecer a legislação e código de ética da profissão e que é dever do Conselho de Psicologia zelar pela profissão e proteger a sociedade.

Produção de Documentos Escritos

As avaliações psicológicas realizadas em consultórios e/ou diversos tipos de instituições têm como base a coleta de dados, estudos e interpretações realizados a partir de

Em virtude da área de atuação da(o) psicóloga(o) é que este(a) pode ser solicitado(a) a demonstrar os resultados de seu trabalho por meio de documentos escritos com maior ou menor frequência, e essa produção deve ser cuidadosa e pautar-se principalmente nas legislações específicas determinadas pelo Conselho Federal de Psicologia

entrevistas, testes, observações e outras ferramentas para o qual a(o) psicóloga(o) esteja habilitada(o).

Essas avaliações podem gerar documentos que terão destinos bastante diferentes. Alguns podem inclusive ser anexados a processos judiciais, como os que envolvem litígio entre as partes, disputa de guarda, modificação de visitas, acusação/suspeita de abuso sexual, entre outros.

Na situação específica da(o) psicóloga(o) que atua na Assistência Social, há a questão de produção de documentos conjuntos com o profissional de Assistência Social. Ação esta que deve ser bem cuidadosa e que deve respeitar os cuidados previstos pelos Conselhos Federal e Regional de Psicologia.

Legislação em vigor

Código de Ética Profissional, Resolução CFP 07/2003, que traz o Manual de Elaboração de Documentos Escritos, a Resolução CFP 08/2010, que trata da atuação profissional da(o) psicóloga(o) parecerista, perita(o), assistente técnica(o) ou psicoterapeuta de uma das partes, a Resolução CFP 012/2011 - Regulamenta a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito do sistema prisional (especificamente Art. 4º) e as Resoluções CFP 01/2009 e 05/2010 sobre produção e guarda de prontuários. 🌐

8. A inserção e o papel do prontuário SUAS nas unidades de CRAS e CREAS: consolidando o SUAS

**Luís Otávio Pires Farias e
Rita de Cássia Alves de Abreu**

CGVIS/DGSUAS/SNAS/MDS

O Prontuário do Sistema Único de Assistência Social (Prontuário SUAS) representa um marco no amadurecimento e consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), colocando-se como um instrumento nacional de registros do trabalho social com famílias, considerando que a uniformização das informações registradas colabora para: organização e sistematização das informações essenciais ao trabalho social desenvolvido; instrumentalizar a gestão com dados que fornecem subsídios para a realização do monitoramento e avaliação das ações e serviços ofertados.

os serviços públicos têm o dever de produzir e organizar informações sobre os serviços prestados à população, bem como de assegurar o direito de acesso dos usuários a essas informações

Considerando que os serviços públicos têm o dever de produzir e organizar informações sobre os serviços prestados à população, bem como de assegurar o direito de acesso dos usuários a essas informações, a discussão sobre a elaboração de um modelo de referência para a utilização de prontuário no SUAS foi posta em tela após a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), a qual aponta que a utilização de prontuário é requisito essencial para o trabalho social com famílias no âmbito do SUAS.

Nessa direção, o Prontuário SUAS segue a diretriz da matricialidade sociofamiliar preconizada pela PNAS, sendo compreendido como um instrumento técnico, de caráter sigiloso, destinado ao registro do acompanhamento familiar desenvolvido com famílias ou indivíduo no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), respectivamente.

Formatado e destinado para facilitar o trabalho em equipe e assegurar a continuidade do acompanhamento familiar, o Prontuário SUAS contribui para: organização do registro do conjunto de informações necessárias para a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar; reflexão das intervenções e mediações periódicas realizadas com a família usuária; avaliação dos resultados do acompanhamento e garantir meios de comunicação entre os profissionais que compõem as equipes de referência dos CRAS e CREAS, sem com isso ferir o direito à autonomia no planejamento e exercício do trabalho profissional.

O hábito de registrar alinhado ao uso contínuo do Prontuário SUAS permite a equipe técnica do PAIF e do PAEFI avaliar a direção do trabalho social desenvolvido com as famílias. O instrumento permite que a equipe observe se as metas propostas no plano de acompanhamento familiar foram atingidas, com a finalidade de rever e aprimorar as ações em andamento e corrigir possíveis equívocos.

Permite também planejar, de forma prospectiva, os rumos do acompanhamento familiar, considerando a potencialidade de cada família e os desafios de cada contexto e território, com o objetivo de garantir acesso equânime a bens, serviços e direitos socioassistenciais.

O registro sistemático de informações em prontuário representa um indicador de qualidade do serviço ofertado, além de se constituir como um instrumento técnico para respaldo ético e legal dos profissionais responsáveis pelo serviço ofertado, para a unidade responsável pela oferta do serviço e para as famílias acompanhadas no âmbito do PAIF e do PAEFI, uma vez que são registradas no instrumento informações essenciais para elucidação de questões éticas, se necessário.

Por fim, merece ser destacado aqui o documento orientador que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou sobre o posicionamento **favorável** deste Conselho quanto ao uso do Prontuário SUAS por equipe multiprofissional em atendimentos nos CRAS e nos CREAS, considerando que “os eixos norteadores da atuação do(a) psicólogo(a) devem conciliar os princípios técnicos, éticos e científicos regulamentados pelas normativas que regem a profissão, com as orientações ao trabalho multidisciplinar organizados na PNAS e, conseqüentemente, nos equipamentos sociais responsáveis pela operacionalização dos serviços socioassistenciais”. 

9. Inserção e atuação dos psicólogos no SUAS: possibilidades e impasses

Silvio José Benelli

Departamento de Psicologia Clínica – FCL/Unesp-Assis

Apresentaremos uma revisão problematizadora da literatura acadêmica sobre a inserção do psicólogo na Assistência Social, a partir de bancos de teses e dissertações de algumas universidades, tais como os da UNESP, USP, UEM, PUC e também de outras universidades estaduais e federais. Encontramos 24 diferentes dissertações e teses, que agrupamos a partir da linha teórico-metodológica dos seus autores: perspectiva clínica tradicional (02), perspectiva da Psicologia Social dialética (10), perspectiva psicanalítica (07), perspectiva genealógica (02) e perspectiva cartográfica (03). Resenhemos detalhadamente 13 desses trabalhos, em que a leitura, trabalhada e refletida desse abundante material acadêmico funcionou como uma importante imersão no campo temático.

Parece importante distinguir, por um lado, um conjunto de dados que os pesquisadores captam na realidade concreta da Assistência Social, em diversas localidades brasileiras e, de outro, suas respectivas abordagens teórico-metodológicas, já no plano da pesquisa acadêmica. Recortam diversos aspectos de uma realidade que é múltipla e complexa, a partir de suas experiências e de seus referenciais teóricos, enfatizando aspectos distintos, apresentando níveis ou planos analíticos diferentes, às vezes antagônicos, às vezes, possivelmente suplementares – mas nunca complementares nem totalizantes –, lançando luz sobre diversos aspectos problemáticos do cenário composto pelo campo socioassistencial. Ao analisarem a

inserção de outros psicólogos nessa política pública por meio da prática teórica, eles também estão criando de modo diferente, a realidade social e histórica que constitui a própria Assistência Social na sua interface com a Psicologia, enquanto ciência e profissão.

a inserção de outros psicólogos nessa política pública por meio da prática teórica, eles também estão criando de modo diferente, a realidade social e histórica que constitui a própria Assistência Social na sua interface com a Psicologia, enquanto ciência e profissão

Pesquisadores, a partir de distintas visões, vão se deparando com problemas muito parecidos: pode-se dizer que constatam que há psicólogos que fazem o que podem nas circunstâncias conjunturais precárias e estruturais paradoxais nas quais estão inseridos. Há muitos psicólogos técnicos que parecem trabalhar com o senso comum – quando não, a partir do preconceito mesmo –, há outros que procurariam seguir uma determinada perspectiva teórica adotada ainda na graduação, sobretudo, com relação ao atendimento clínico numa linha específica. Muitos dizem não terem sido formados para atuar no campo das políticas públicas sociais. Lendo os relatos de pesquisa dos psicólogos pesquisadores, percebe-se a fragilidade institucional,

financeira e técnica da Assistência Social, como política pública nos diversos municípios e esse fato não é acidental, pois o Estado resiste em se responsabilizar efetivamente pelo financiamento dessa política pública social. O clientelismo do poder público municipal, as disputas políticas locais, os interesses eleitoreiros, são obstáculos que precisam ser enfrentados e superados para a consolidação da Assistência Social em toda parte. Práticas de gestão autoritárias, centralizadoras, opressoras e mesmo despóticas – em prefeituras, secretarias, estabelecimentos assistenciais públicos e ONGs – não são incomuns nesse cenário, de acordo com a literatura compulsada.

Aspectos, como a construção de equipes mínimas, condições institucionais adequadas de trabalho e de formação continuada, deixam muito a desejar: a terceirização é a tônica geral, muitas das contratações são temporárias, falta remuneração que valorize os trabalhadores, os planos de carreira são raros, há uma intensa rotatividade de funcionários nos estabelecimentos, o que promove a descontinuidade das ações em andamento e incide diretamente nos seus precários efeitos resolutivos. Podemos considerar que, em geral, na atualidade, o lugar ético possível para o psicólogo estaria entre a tutela normalizadora, o agente político e a Atenção Psicossocial. 🌍

10. A psicologia nas medidas socioeducativas em meio aberto

Audiston Maciel

Coordenador do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Álvares Machado - SP

No colóquio ocorrido, foi relatada a experiência de Álvares Machado/SP, uma pequena cidade com aproximadamente 24.578 habitantes, cidade dormitório de Presidente Prudente/SP.

As medidas socioeducativas LA/PSC estão municipalizadas no município desde 2001 e vêm trilhando um curioso caminho, o qual tem demandado das equipes a particular tarefa de compreensão do fenômeno da transgressão e ruptura com regras e vínculos sociais por parte dos adolescentes, os quais compõem-se majoritariamente de representantes do sexo masculino e raramente de adolescentes do sexo feminino, em que a grande maioria se encontra evadida da escola, comumente envolvida com uso e tráfico de substâncias ilícitas e em sua quase totalidade advinda de famílias com vínculos rompidos, contando raramente com a figura paterna ou com alguma representação lícita desse papel.

A atual experiência junto ao CREAS do município, órgão de referência para risco e vulnerabilidade pessoal e social, buscou a partir da estruturação de equipe distinta para referência técnica CREAS (Assistente Social, Psicólogo, Advogado e estagiários) e MEDIDAS (composta por pedagogo/assistente social/ estagiários) viabilizar articulação de conhecimento da rede social do adolescente (visitando sua família, conhecendo o local onde o mesmo solta pipas e joga bola, os familiares que lhe são caros, as casas de amigos que frequenta, seus locais de diversão e lazer, etc.), objetivando assim destacar lideranças positivas e negativas e fundamen-

pode-se perceber que tal construção, articulada à particularização das necessidades dos adolescentes, viabilizou um atendimento mais personalizado, o qual, além de garantir o aumento de frequência às orientações e às reuniões de família, possibilitou reintegração da família ao adolescente (de acordo com os históricos, o seu primeiro rompimento) e seu reconhecimento de pertencimento junto a esta, objetivando assim o cumprimento sob ótica de uma justiça restaurativa

talmente ampliando o conhecimento do território e aspectos relevantes de seu entorno.

De forma sintética, pode-se perceber que tal construção, articulada à particularização das necessidades dos adolescentes, viabilizou um atendimento mais personalizado, o qual, além de garantir o aumento de frequência às orientações e às reuniões de família, possibilitou reintegração da família ao adolescente (de acordo com os históricos, o seu primeiro rompimento) e seu reconhecimento de pertencimento junto a esta, objetivando assim o cumprimento sob ótica de uma justiça restaurativa que rompe com o caráter unicamente punitivo da medida socioeducativa, viabilizando uma reintegração, que vem demonstrando ser efetiva pela substancial

diminuição da reincidência de medidas, e ainda a prerrogativa de reparação da família, que a partir do resgate de seu significado como depositária do papel de figura protetiva edificadora dos aspectos positivos do adolescente se apropria do processo, comungando de seu respectivo êxito.

Cabe ressaltar que são inúmeros os desafios e incontáveis os tropeços no processo de construção contínua e constante do acompanhamento de medidas que assegurem as garantias constitucionais e sejam uma expressão da defesa intransigente dos direitos da criança e do adolescente. 🙏

11. Psicologia em serviços de acolhimento para pessoas idosas

Eliana Novaes Procopio de Araujo

O aumento da população idosa brasileira trouxe novos desafios aos serviços de psicologia que para desenvolverem um acolhimento emocional adequado precisam se adaptar a novas demandas do envelhecimento.

Assim, surge a questão: quem é idoso? São pessoas com 60 anos em países em desenvolvimento como o Brasil e 65 anos ou mais em países desenvolvidos, 80 e 85 anos são considerados muito idosos de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Entretanto, esse critério cronológico não se aplica ao envelhecimento psicológico, que é um processo subjetivo e heterogêneo (Blazer, 1998).

Dessa forma, temos distintas velhices com uma vivência subjetiva no tempo e no contexto social. Com o avançar da idade, o indivíduo se torna consciente de suas limitações e para superar as angústias advindas da fragilidade e finitude, dessa fase, se faz necessário a elaboração das perdas e lutos. Isso ocorre, segundo Bianchi (1993), por meio da manutenção da vida de relação, com trocas e continuidade de sentido de vida.

A psicogerontologia surgiu a partir da década de 1980 e 1990, época que ocorreu uma mudança sobre o desenvolvimento do processo de envelhecimento pelo paradigma Life-Span, ou seja, o desenvolvimento dialético ocorre a vida toda. Esse paradigma defende a manutenção de recursos adaptativos da personalidade e capacidade de aprendizagem ao longo da existência.

Segundo Morin (1996), a psicogerontologia não se resume à psicologia do envelhecimento, mas sim a um estudo mais abrangente e com abordagem aos processos interdependentes e inter-relacionados. Fundamenta-se no conhecimento dos processos existenciais e mecanismos psíquicos voltados ao entrelaçamento vital.

A sociedade brasileira deve entender que a velhice é um processo subjetivo e de contínuas mudanças e o aumento expressivo da longevidade nos chama atenção para necessidade de serviços psicogerontológicos que promovam a qualidade de vida, autoestima e integração social.

A sociedade brasileira deve entender que a velhice é um processo subjetivo

Pela minha experiência profissional em instituição de longa permanência e atendimento em consultório, cada pessoa idosa passa por grupos como família, escola, trabalho, entre outros, e a criação de oficinas são muito importantes, pois criam espaços ao desenvolvimento de projetos de vida e de elaboração de vida pessoal e coletiva.

O acolhimento de idosos engloba um comportamento perante a existência de outro ser humano e denota uma postura de trabalho, de preocupação, de serviço e

envolvimento afetivo com o outro, em resposta à situação atual dos idosos brasileiros em crescente vulnerabilidade biopsi-
cossocial (Boff,1999).

A psicologia do acolhimento permite uma escuta ativa e possibilita o entendimento das mensagens explícitas (histórias) e implícitas (emocionais) em razão de o idoso muitas vezes perder espaço para expressar-se em círculo familiar. Assim, tanto no atendimento individual como em grupo, o acolhimento propiciará o alicerce relacional entre os idosos e o psicogerontólogo, além de facilitar adesão a tratamentos e orientações interdisciplinares.

A atuação do psicogerontólogo terá como objetivo a melhoria do envelhecimento psicológico de cada idoso por meio do bom funcionamento psíquico, em que prevaleçam sentimentos amorosos e construtivos para adaptação das perdas e dificuldades dessa fase de vida e construção de novos projetos de vida.

Assim, o cuidado aos idosos deve respeitar a singularidade e complexidade dos sujeitos simultaneamente ao acolhimento aos familiares com a proposta de melhoria nas relações afetivas e intergeracionais, propiciando um novo contexto e significado à velhice. 🌱

12. Acolhimento e atendimento socioassistencial a pessoas e famílias com demandas sobre álcool e outras drogas

Annie Louise Saboya Prado

Os desafios lançados para as políticas públicas envolvidas mais diretamente com a demanda de álcool e drogas se assemelha com a própria problemática no âmbito individual: a necessidade da expansão de mediações, a ampliação do conhecimento sobre drogas e seus usos e a superação de preconceitos e estigmas enraizados em toda a sociedade. A busca da superação desses desafios tanto serve para um melhor atendimento no serviço público quanto para a própria pessoa que faz uso problemático de álcool e outras drogas, que ao se inserir como usuário dessas substâncias na nossa sociedade, é visto e muitas vezes acaba por se ver como um problema.

O uso de substâncias psicoativas, realizado há milhares de anos em todas as formas de organização humana, na sociedade brasileira atual passa por atravessamentos perversos e de interesses de um grupo pequeno e poderoso. Isso faz com que a grande mídia vincule e torne acessível o pior tipo de informação possível, a menos imparcial e a mais carregada de preconceitos, dogmas e moralismos.

Enquanto a sociedade estreitar o olhar do uso problemático de drogas na própria substância irá girar em círculos infindáveis e inúteis para amenizar o problema

Se toda a guerra às drogas e se toda a informação disponibilizada não tem servido para diminuir a venda nem o consumo de drogas, a melhor ferramenta para minimizar os danos que a proibição causa é também a diversificação dessas informações. O que também se aplica para as drogas lícitas que servem ao mesmo sistema.

A busca por informações de fontes diversificadas, de experiências baseadas em trabalhos comunitários, na experiência das próprias pessoas que usam substâncias, em experiências de outros países, são ferramentas essenciais para o trabalho nas políticas públicas envolvidas. Enquanto a sociedade estreitar o olhar do uso problemático de drogas na própria substância irá girar em círculos infindáveis e inúteis para amenizar o problema, e pessoas com um uso problemático carregarão o terrível fardo de fracas, irrecuperáveis e em alguma instância não capazes de viver em sociedade, assim, segregadas em cadeias, clínicas e comunidades terapêuticas.

Se linhas de fuga para garantir o mínimo de saúde mental numa sociedade doente se tornam tão reduzidas, mais fácil que as drogas façam mais sentido que outros prazeres, mais comum que muitas pessoas em algum momento possam viver tão intensamente com elas nas suas vidas que precisem de apoio para aprender novas formas de viver com ou sem o uso dessas substâncias, assim pontuamos a Redução de Danos que trabalha na potencialização do autocuidado e da autonomia.

Informações antiproibicionistas, que questionam o modelo de repressão às drogas e o tratamento baseado na moral vigente, tem um grande potencial criativo e de mudança quando adquiridos pelo(a) profissional das políticas públicas. A ampliação da consciência, umas das buscas no uso de substâncias, nessa temática recoloca a(o) profissional dentro de uma posição menos alienada e adoecedora, porque tira de si mesma(o) e da política pública em si o peso de resolver o problema das drogas. Fica evidente que a questão é muito mais complexa e que passa por uma mudança de toda a forma de se ver o uso das drogas, de se ver os(as) usuários(as) e que passa principalmente por enxergar que a sociedade e a política de drogas precisa mudar.

Quando de alguma forma se consegue ampliar o olhar dessa demanda fica evidente a necessidade do trabalho intersetorial nas políticas públicas. Não se trata de uma doença que o indivíduo carrega a sua própria sorte e culpa. Ampliar o olhar além da substância, aprofundar o entendimento da relação usuário(a), sociedade, cultura e contexto pode ser libertador mesmo que não traga todas as respostas. É uma demanda que perpassa por todas as esferas da vida, que atinge e atravessa subjetividades de forma violenta em nossa sociedade injusta e desigual, deixando marcas em pessoas que devem ser olhadas com cuidado e atenção de forma integral.

Os manicômios se reinventam, mas a nossa luta também! 🙌

13. Contribuições da psicologia em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

Alessandra Marques

O público presente à Oficina era composto de cerca de 30 pessoas, dentre profissionais psicólogos que atuam em SAICAs, gestores, estudantes de psicologia. Após uma breve apresentação destes, propusemos uma metodologia à Oficina que fosse dialógica, procedendo a uma brevíssima síntese dos Documentos: Orientações Técnica para os SAICAs (MDS, Brasília, 2009) e Resolução 23, de setembro/2013, do CNAS.

Houve participação bastante intensa dos presentes sobre as questões que eram levantadas. Em relação aos principais desafios, temas: a necessidade de ocupação dos espaços de participação popular (fóruns de defesa de direitos, conselhos de políticas) pelos trabalhadores, objetivando a troca de experiências, a ampliação da formação política e a construção das políticas públicas de forma participativa; necessidade da superação das especialidades, sobretudo, da psicologia e do serviço social, avançando em direção à transdisciplinariedade; necessidade de superação do paradigma institucionalizante enraizado na Assistência Social, segundo o qual é atribuída às Instituições a tarefa de afiançar proteção social e favorecer desenvolvimento, despotencializando os recursos que a própria Comunidade tem; necessidade de repensar a gestão do trabalho, criando estratégias de compartilhamento da gestão nos espaços cotidianos, através, por exemplo, de assembleias de usuários, manutenção das reuniões de equipe, criação de conselhos gestores dos Serviços); urgente necessidade de implantação da Política de Educação Permanente instituída (CapacitaSUAS); necessidade de tomar o SAICA efetivamente como um serviço de proteção so-

Superação do paradigma institucionalizante enraizado na Assistência Social, segundo o qual é atribuída às Instituições a tarefa de afiançar proteção social e favorecer desenvolvimento, despotencializando os recursos que a própria Comunidade tem

cial especial de alta complexidade do SUAS, de modo que situações de conflito e tensão podem compor o cotidiano/dinâmica do trabalho e devem ser enfrentadas na perspectiva da proteção social e da defesa intransigente de direitos de crianças e adolescentes, apostando na relação a ser estabelecida, na criação e manutenção de vínculos para sustentação do trabalho, visto que crianças e adolescentes se comportam como tal e suas “rebeliões” são indicativos da necessidade de compreendermos seu dinamismo, repensando a ambiência dos Serviços.

Em relação às propostas e aos encaminhamentos, destacamos os seguintes: investimento na qualificação da gestão do trabalho, com a consequente elaboração de um quadro situacional, quantificando para qualificar o trabalho; articulações com a gestão dos Serviços para garantia de espaços de supervisão institucional; investimento na mudança de olhar sobre o público usuário, na perspectiva da compreensão da realidade social que evidenciam e na defesa de seus direitos como estratégia de transformação de realidades complexas; necessidade da superação de espaços institucionalizantes, sendo o profissional psicólogo competente e necessário para fomentar discussões sobre outras modalidades de acolhimento para crianças e adolescentes, como o acolhimento familiar, vide experiências do Rio Grande do Sul; fomentar a participação de trabalhadores e usuários nas Conferências de Assistência Social. 🌱

14. Enfrentamento da violência e da desigualdade de gênero, proteção social e defesa de direitos no SUAS

Patrícia Brucieri

A violência é um fenômeno multifatorial, que independe da condição socioeconômica, sendo assim, cada indivíduo desenvolverá estratégias para lidar com a situação vivenciada, nesse contexto, quando falamos sobre violência, necessariamente estamos nos referindo às desigualdades de gênero.

Desse modo, a formação do papel social inicia-se na infância, por meio da transmissão dos valores socioculturais influenciados pelo modelo patriarcal: a menina ainda é estimulada a desenvolver a empatia para desempenhar suas funções no domínio privado, contrapondo ao menino que será reforçado em suas habilidades competitivas para sobressair-se no contexto público.

Apesar do processo sócio-histórico, a violência de gênero não é apenas praticada por homens contra mulheres, mas por mulheres contra homens, homens contra homens e mulheres contra mulheres; contudo, a mulher encontrará maiores dificuldades para exercer seu poder diante do homem, uma vez que lidará com estratégias de dominação transmitidas de geração em geração, sendo facilmente naturalizadas.

Dessa forma, é nesse contexto de desigualdade de gênero que o(a) profissional do SUAS desempenhará suas atribuições, tendo como objetivo o término da situação de violência ou violação de direitos. Para tanto, é imprescindível que o(a) técnico(a) tenha um posicionamento ético, respeitando os valores da pessoa índice, de sua família e demais componentes de sua rede pessoal.

É imprescindível que o(a) técnico(a) tenha um posicionamento ético, respeitando os valores da pessoa índice, de sua família e demais componentes de sua rede pessoal.

Na Proteção Social Básica, o(a) profissional desenvolverá ações preventivas para lidar com as desigualdades de gênero. Em contraponto, na Proteção Social Especial, os mecanismos de atuação incidirão sobre a violência de gênero já instalada, entretanto, em ambas situações objetiva-se a equidade nas relações: o respeito à singularidade do outro, reconhecendo-o como sujeito de direitos.

Referente ao acompanhamento do(a) usuário(a), quando a violência está instalada, é possível observar na pessoa mais afetada pela relação desigual, sentimentos de baixa autoestima, inferioridade, petrificação, desmotivação, insegurança, frustração, culpa e vergonha, principalmente, quando se trata da relação mulher-homem. Em consequência da situação de violência, nota-se na vítima o empobrecimento da capacidade de reação e potência reflexiva; empobrecimento dos vínculos afetivos e/ou familiares; isolamento social; ausência de objetivos/metapas no presente e incerteza ou falta de expectativa no futuro; reprodução do histórico de violência familiar; desaprecepção do ciclo da violência, dentre outros.

Sendo assim, para que as intervenções técnicas sejam eficazes, é recomendável que o trabalho seja realizado com e para a família, fomentando o protagonismo de cada membro, bem como, o fortalecimento, restabelecimento ou a criação de novos vínculos afetivos. 

15. Enfrentamento do racismo, proteção social e defesa dos direitos no SUAS

Renata de Oliveira

Olhar para essa brecha da formulação e execução da política pública nos faz refletir de que modo os impactos do chamado 'mito da democracia racial' ainda opera na sociedade brasileira mantendo os processos de desigualdades no acesso aos direitos de brancos e negros.

Diversas discussões permeiam a inserção e o exercício do psicólogo na Assistência Social e, a essas discussões, acrescenta-se os próprios desafios da implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Pensar em tais desafios convida os psicólogos para o exercício autônomo e crítico da profissão reafirmando seu compromisso ético-político assumido.

Nos últimos 3 anos, tenho atuado como trabalhadora da Assistência Social desenvolvendo trabalho com os adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto, bem como famílias que estejam em situação de violação de direitos. Ao longo deste trabalho, meu olhar tem se voltado para as pessoas as quais atendo, sendo em grande parte mulher, negra, muitas em situação de violência doméstica, pessoas em situação de rua que em grande parte são homens negros, assim como os próprios adolescentes negros em cumprimento de medida. Tenho me deparado, contudo, com a dificuldade em subsidiar essa experiência, como contribuição, para formulação da política pública.

A rede socioassistencial (ao menos na realidade da cidade de São Paulo), composta pelos serviços conveniados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, trabalha com o instrumental chamado DEMES (Declaração Mensal de Dados de Execução). Os dados compilados nessa declaração reúnem a quantidade de atendimentos realizados por serviço, idade, gênero, e são estes utilizados para desenvolver algo fundamental da política pública: a vigilância socioassistencial. Ocorre que nesse demonstrativo não há o quesito cor/raça dos atendidos nesses Serviços.

Contraditoriamente, é por meio desse instrumental, enviado para o Observatório das Políticas Sociais, que são formuladas as estratégias de execução das próprias políticas.

Olhar para essa brecha da formulação e execução da política pública nos faz refletir de que modo os impactos do chamado 'mito da democracia racial' ainda opera na sociedade brasileira mantendo os processos de desigualdades no acesso aos direitos de brancos e negros. Outrossim, nos faz refletir também de que modo opera o racismo institucional existente.

Desse modo, necessário se faz reafirmarmos enquanto psicólogos(as) a Resolução CFP nº018/2002, que, em seu artigo 1º, versa: “os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com seu conhecimento para reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”, bem como em seu artigo 3º: “os psicólogos, no seu exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime de racismo”. Portanto, como construímos estratégias de atendimento que acolham a população que sofre com os impactos da desigualdade, forjadas por meio do racismo? Como acolher o sofrimento psíquico da pessoa vítima do preconceito racial? Em que medida, o SUAS pode contribuir para que esses desafios sejam enfrentados?

São questões que precisam ser debatidas cotidianamente no exercício da profissão para que possamos construir nos espaços de proteção da Assistência Social mecanismos de enfrentamento ao racismo e seus impactos na sociedade brasileira. 

16. O direito de pessoas com deficiência: o atendimento e o acolhimento na rede socioassistencial

Edgar Bittner Silva

De acordo com dados do Censo do IBGE 2010, 23,9% da população brasileira tem, pelo menos, um tipo de deficiência, algo em torno de 45 milhões de pessoas. Dessas, 26,6% se encontram na região Nordeste, historicamente reconhecida como a região mais pobre do país, possível indício da relação estrutural entre pobreza e deficiência.

Dentre os objetivos da Assistência Social no Brasil, no escopo da Proteção Social, segundo sua Lei Orgânica (8.742/93), encontramos: IV - a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua inclusão à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

O inciso V dessa lei é operacionalizado no Benefício de Prestação Continuada (BPC; Decreto 6.214/07), não havendo grande questionamento. O inciso IV, contudo, implica desdobramentos teóricos e políticos importantes: quem é a pessoa com deficiência? Como encarar a habilitação e reabilitação desde a ótica da Assistência Social e quais os limites com a Saúde? Como promover a inclusão à vida comunitária e qual o papel de outras políticas, especialmente a Saúde e a Educação?

O documento mais importante produzido nos últimos anos no que tange à questão da Deficiência é a Convenção dos

Direitos da Pessoa com Deficiência¹, assinada pelo Estado brasileiro e gozando de status constitucional. Construída a partir de contribuições de movimentos de vida independente, ativistas, pessoas com Deficiência, além de especialistas, a Convenção, como ficou conhecida, inova ao apresentar a Deficiência desde o modelo social, entendendo que essa não está localizada exclusivamente no corpo da pessoa, mas sim é construída socialmente na diminuição da participação social (ou na comunidade), como consequência da interação entre impedimentos de naturezas diversas, congênitas ou adquiridas ao longo da vida, e as barreiras impostas por uma sociedade que não as reconhece como dignas de pertença.

A Resolução CNAS N° 34/11 define que habilitação e reabilitação... "é um processo que envolve um conjunto articulado de ações de diversas políticas no enfrentamento das barreiras implicadas pela deficiência e pelo meio, cabendo à assistência social ofertas próprias para promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assim como a autonomia, a independência, a segurança, o acesso aos direitos e à participação plena e efetiva na sociedade" (art. 2º). A mesma resolução postula que essas ações se caracterizam na Proteção Social, na Vigilância Socioas-

1. É digno de nota que, após o seminário que deu origem a este Caderno Temático, em 6 de julho de 2015, foi sancionada a Lei 13.146, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), tendo como referência a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, incidindo sobre a Assistência Social e diversas outras políticas públicas, visando a inclusão social e a cidadania.

sistencial e na Defesa e Garantia de Direitos (art. 3º) e se realizam por meio de programas, projetos, benefícios e serviços tipificados (art.4º).

Mesmo não sendo específica sobre como fazer o atendimento às pessoas com Deficiência, deixa claro que essas devem ser atendidas pelos mesmos serviços, programas e projetos inicialmente pensados sem as pessoas com deficiência em mente. De outro modo: às pessoas com Deficiência não serão ofertados serviços, benefícios ou programas exclusivamente em função da deficiência, mas sim em função da vulnerabilidade e risco social identificados, assim como para qualquer usuário do SUAS.

Atender a pessoa com Deficiência (e sua família) e às suas demandas dependerá, finalmente, exatamente disso: considerá-la uma usuária do SUAS. Reconhecer seu status como conhecedora de

Atender a pessoa com Deficiência (e sua família) e às suas demandas dependerá, finalmente, exatamente disso: considerá-la uma usuária do SUAS. Reconhecer seu status como conhecedora de suas necessidades e como protagonista em potencial de sua história – em potencial, porque muitas vezes sua autonomia ou independência está prejudicada

suas necessidades e como protagonista em potencial de sua história – em potencial, porque muitas vezes sua autonomia ou independência está prejudicada. Para isso, uma das barreiras a ser eliminada é a atitudinal, constituída na representação que os profissionais do SUAS têm da Deficiência e das pessoas com Deficiência. 🧠

17. Trabalho em equipe multiprofissional e a concepção de interdisciplinaridade

Rozana Maria da Fonseca

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos e sua atualização pela Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de 2011, garantem a formação de equipes multiprofissionais no SUAS, tanto para as equipes de referência dos serviços socioassistenciais quanto para a gestão, como Assistente Social, Psicólogo, Antropólogo; Economista Doméstico; Contador; Administrador; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta Ocupacional; Musicoterapeuta e Advogado.

Portanto, tem-se a formação de equipes multidisciplinares com o objetivo de executar a Política Nacional de Assistência Social, por meio de um trabalho interdisciplinar. Contudo, os desafios do dia a dia do trabalho no Sistema Único de Assistência Social tem evidenciado as barreiras e dificuldades em superar o modelo de atuação multidisciplinar. Nessa Oficina, a intenção é problematizar essas barreiras e refletir sobre proposições para o trabalho interdisciplinar no SUAS.

O trabalho operacional e meramente objetivo, provocando um excesso de tarefas e metas numéricas a serem cumpridas pelos técnicos de referência podem ser consideradas como fatores que evidenciam que o trabalho social no SUAS ainda não superou as velhas técnicas e metodologias utilizadas no trato com a pobreza e com as complexas consequências da desigualdade social. Será o SUAS um sistema que nasceu velho? O sistema não, mas as metodologias do trabalho se apresentam obsoletas quando se tenta operacionalizar uma política com diferentes profissionais,

mas cada um atuando em nome de sua especificidade, tentando delimitar o campo que o compete.

É necessário romper com a fragmentação do saber, pois a desigualdade social, que é evidenciada nas complexas vulnerabilidades sociais que são apresentadas ou identificadas pelos profissionais do SUAS, não pode ser objeto de intervenção de apenas um saber, e todos devem debruçar sobre as diversas dimensões das demandas dos sujeitos, famílias e comunidades.

As diferentes e complexas dimensões, objetos da intervenção interdisciplinar, são as expressões do sofrimento ético-político pontuado por Sawaia, como “O sofrimento que retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. (Sawaia, 1999¹).

O conceito de interdisciplinaridade, problematizado por Afonso *et al* (2012²), ao citar Santos (2007), nos aponta direções para uma atuação interconectada: “Se, na multidisciplinaridade, as disciplinas coope-

1 Sawaia, B. B. (2007). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade* (7ª ed., pp. 97-119). Petrópolis, RJ: Vozes.

2 Afonso, M. L. M.; Vieira-Silva, M.; Abade, F. L.; Abrantes, T. M.; & Fadul, F. M. A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 7(2), São João del-Rei, jul/dez. 2012.

ram em projetos, mas cada uma trabalha um aspecto do objeto, com limites definidos e sem mudanças de método, na interdisciplinaridade, busca-se compartilhamento de métodos e integração do campo de intervenção. O foco da intervenção é integrado e para ele concorrem os conhecimentos mobilizados na relação interdisciplinar (...) Não se trata apenas de conciliar pesquisas e métodos e sim de construir novas formas de interpretar e de operar no mundo”.

A interdisciplinaridade possibilita a construção de diálogos entre os diferentes saberes e a elaboração de novas práticas pautadas em um saber circular, capaz de atuar com e não apenas para os sujeitos. Assim, a interdisciplinaridade é entendida como posicionamento ético, técnico e profissional, com condição de propor metodologias mais assertivas para as ações dos serviços socioassistenciais de proteção social.

Será o SUAS um sistema que nasceu velho? O sistema não, mas as metodologias do trabalho se apresentam obsoletas quando se tenta operacionalizar uma política com diferentes profissionais, mas cada um atuando em nome de sua especificidade, tentando delimitar o campo que o compete.

Se quisermos fazer um novo sistema, uma nova política, faz-se urgente operarmos na lógica da interdisciplinaridade para lançarmos possibilidades com potência genuína de modificação dos fenômenos sociais. Além de galgarmos a transdisciplinaridade, em superação da fragmentação e reprodução do saber que, isolado, não repercute na prática. 🌐

18. Trabalho em rede e intersectorialidade na Assistência Social

Andrea Fernanda Silveira

A Assistência Social é composta por um vasto conjunto de entidades e organizações de Assistência Social, reunindo serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, ofertados complementarmente entre unidades privadas e públicas (CRAS, CREAS, Centros POP, entre outras) para assistir a população. Trata-se da chamada rede socioassistencial, sendo regida por diferentes políticas públicas e demandando: compreensão holística dos determinantes que configuram a realidade em questão (visão do todo); engajamento político (responsabilidade com a transformação das condições de vida de forma estrutural); respeito pelo ser humano e reconhecimento dos direitos universais (princípios da Ética); garantir a participação social, por meio da inclusão dos diversos atores no processo de mapeamento da realidade vivida, nas decisões sobre o rumo a seguir e na ação transformadora.

A intervenção no contexto social implica que as ações sejam sincronizadas e sintonizadas, pois, quando isoladas, elas não asseguram o acesso ao qual cidadãos e cidadãs têm direito, o que exige a interlocução com inúmeras redes (e setores). Por isso, a interpretação da realidade e a identificação das necessidades locais apenas serão pertinentes se feitas em conjunto com os atores sociais em questão: população, forças vivas da comunidade, agentes externos, representantes das diversas instituições presentes no território, sejam elas estatais ou não governamentais. É preciso “fotografar” a comunidade assisti-

da tal como ela é vista pelos comunitários e concebida pelos agentes externos para que a rede responda à realidade do contexto de maneira emancipadora.

Para tanto, torna-se fundamental o planejamento do trabalho socioassistencial de acordo com os níveis de intervenção necessários, salvaguardando o entrelaçamento de saberes e perspectivas. É por meio da visão poliocular (inter e transdisciplinaridade) que podemos acessar a diversidade de campos e imprimir nas ações o dinamismo do tecido social. Com isso, as ações ocorrem, na maior parte do tempo, de maneira simultânea ou paralela, reforçando a permeabilidade da intervenção e o constante aprimoramento e adequação da rede.

O trabalho de composição da rede, portanto, não é linear. Ele vai se desdobrando a partir dos acontecimentos, das oportunidades e das necessidades que surgem no campo. Exige que seus membros estejam em formação permanente, desde o início da intervenção e de maneira simultânea ao processo como um todo, já que participam de todas as etapas da intervenção.

Trata-se também de fortalecer sua identidade social, autoeficácia e a capacidade de manejar as situações para melhor posicionar a rede frente à mobilidade do contexto, visando garantir sua continuidade em longo prazo. Em geral, observamos redes que se desestruturam depois de certo tempo formadas, por não ter sido enfatizado um trabalho de desenvolvimen-

to interno. Algumas redes surgem dentro de contextos pontuais para dar respostas políticas a situações específicas e acabam se dispersando dos seus objetivos por não transcenderem a demanda imediata.

Apreender o contexto da intervenção onde a rede atua e planejar minuciosamente o plano de ação é uma tarefa apriorística. Entretanto, reconhecer o caráter dialético do trabalho é vital para a sobrevivência da rede.

Portanto, mobilizar, criar, manter, articular, animar, somar, interagir, multiplicar e tantas outras operações fundamentais para a existência dessas redes se caracterizam como saberes cada vez mais indispensáveis para profissionais, como os de psicologia, que atuam nesses cenários

A interpretação da realidade e a identificação das necessidades locais apenas serão pertinentes se feitas em conjunto com os atores sociais em questão: população, forças vivas da comunidade, agentes externos, representantes das diversas instituições presentes no território, sejam elas estatais ou não governamentais.

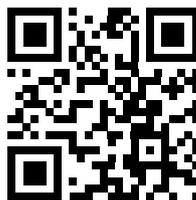
e que devem considerar tanto o papel das necessidades da população quanto as condições dos territórios em que se encontram. Como, por que, para que e quando fazer o trabalho em rede, esse é um desafio permanente na Assistência Social. 🌐

Levantamento sobre Psicólogas(os) que atuam na Assistência Social no Estado de São Paulo

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é um centro de pesquisas em políticas públicas, formado em rede e composto por 23 unidades locais nos respectivos Conselhos Regionais (CRP's) de toda a federação. Cada unidade local conta com um assessor técnico especializado em Políticas Públicas, responsável por coordenar atividades locais de pesquisa e de mobilização com a categoria, seguindo uma agenda de pesquisa integrada nacionalmente e com suas respectivas unidades regionais.

Visando ampliar e dar visibilidade à atuação das(os) psicólogas(os) do Estado de São Paulo, instrumentalizando debates atuais e anteriores sobre a gestão do trabalho, a educação permanente, a vigilância socioassistencial, o controle social e a contribuição da psicologia nos serviços socioassistenciais, por meio do CREPOP, o CRP-SP fez um levantamento dos profissionais de psicologia na área da Política de Assistência Social no Estado de São Paulo, cujos serviços fazem parte do Sistema Único de Assistência Social – Suas. A partir dos dados disponibilizados pelo Censo SUAS 2013, e sistematizados pela unidade do Crepop do CRP-SP, este trabalho permite que se veja tanto a situação geral da cobertura de Assistência Social nos municípios paulistas como também sua situação por serviço recenseado. O levantamento contemplou os serviços de Cras, Creas, Centro Pop e Acolhimento Institucional¹.

Esse levantamento apresenta o número de psicólogas(os) nos municípios agregados por Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social Drads, sua proporção em relação ao número de outros profissionais dos serviços, a distribuição de psicólogas(os) por mil habitantes, mapas com os municípios do Estado que têm os equipamentos e informações, como gênero e formação profissional dos trabalhadores dos serviços. O trabalho completo, incluindo a agregação de psicólogas(os) nos municípios agregados pela abrangência da atuação das Subsedes do CRP-SP, pode ser acessado nos seguintes endereços:



www.crsp.org.br/arquivos/CRAS_SUAS_2015.pdf



www.crsp.org.br/arquivos/Centro_POP.pdf



www.crsp.org.br/arquivos/Centro_de_Referencia_Especializado_de_Assistencia_Social.pdf

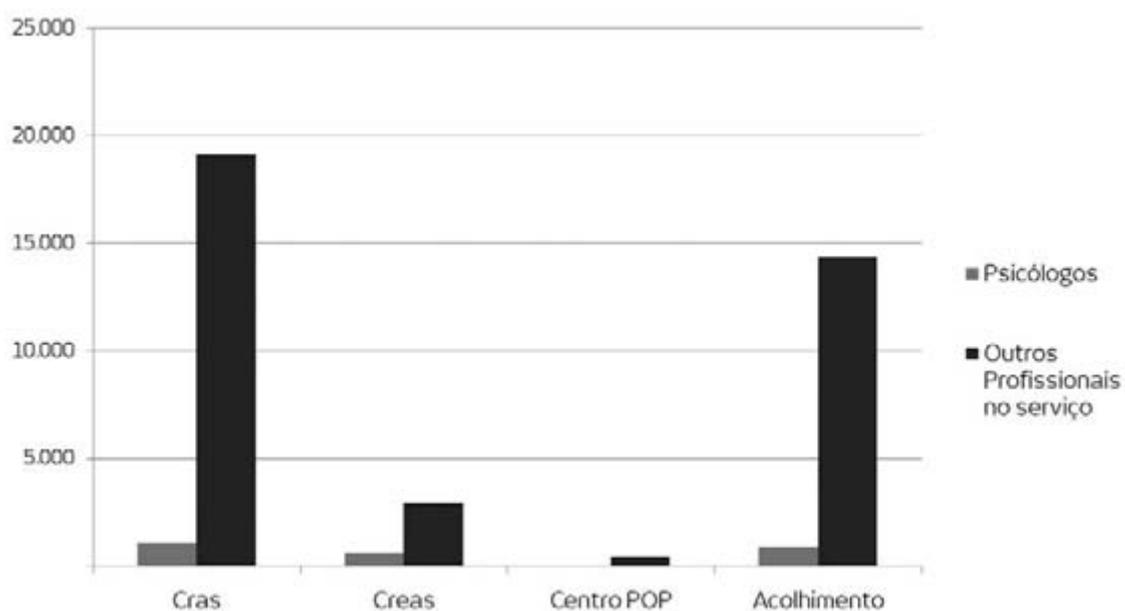


www.crsp.org.br/arquivos/Acolhimento.pdf

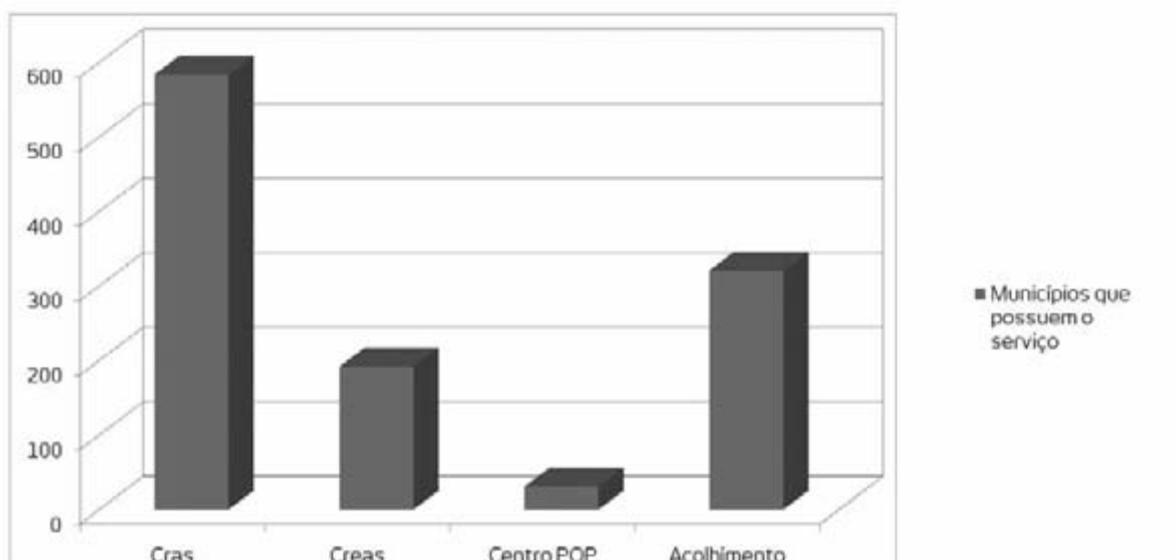
1 Até 2013, outros serviços socioassistenciais não eram contemplados pelo Censo Suas, por isso não foram levantados e sistematizados dados dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Nas edições de 2014 e 2015, houve ampliação da cobertura de tipos de serviços submetidos ao Censo e maior detalhamento das informações solicitadas.

Tabela 1: Psicólogos na assistência social no Estado de São Paulo

Serviços	Municípios que apresentam o Serviço	Psicólogas(os)	Outros Profissionais no Serviço
Cras	584	1.076	19.132
Creas	192	612	2.935
Centro POP	31	47	483
Acolhimento	321	890	14.362
Total		2.652	36.912

Gráfico 1: Comparativos dos psicólogos com outros profissionais no serviço

Fontes: Conselho Regional de Psicologia 6ª região – CRP 06
 Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP

Gráfico 2: Municípios de SP que apresentam os serviços

Fontes: Conselho Regional de Psicologia 6ª região - CRP 06
Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP

Mapa 1: Mapa do Estado de São Paulo apresentando os municípios que contêm equipamentos do Centro Pop. Em branco, os municípios em que não foram encontrados equipamentos do Centro Pop, segundo dados do Censo SUAS 2013.

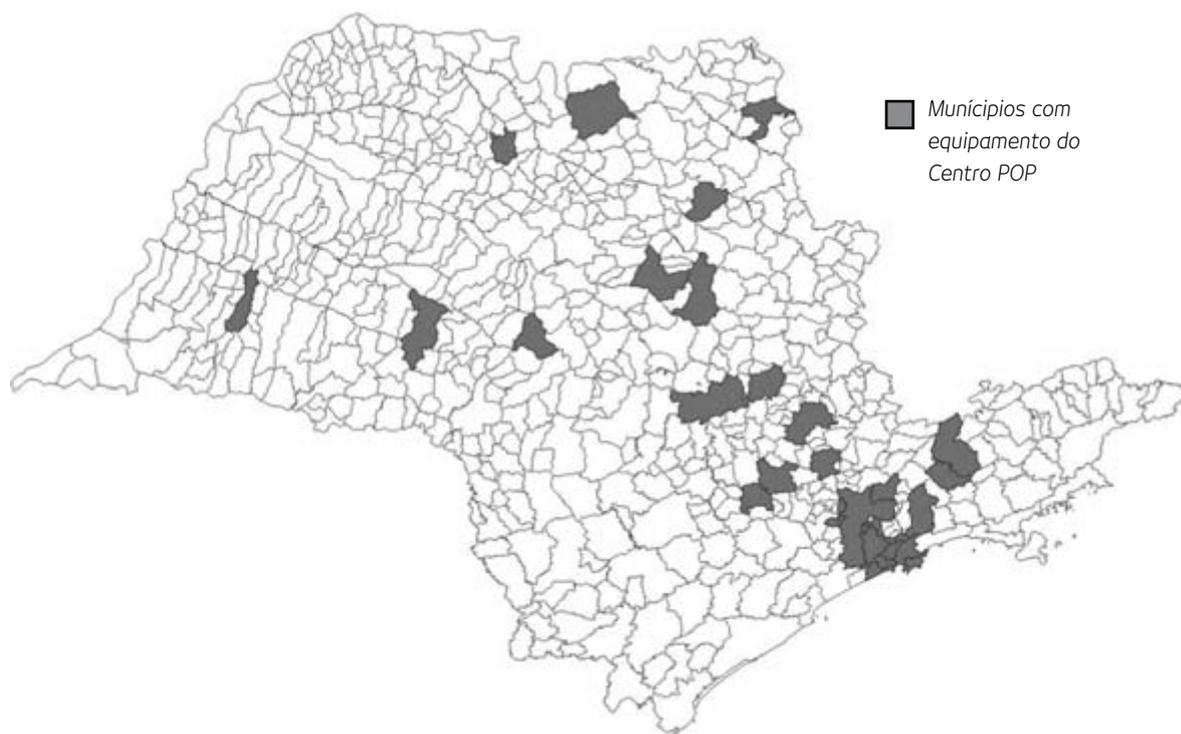


Tabela 2: Dados gerais dos serviços de Centro Pop em SP

Municípios com Serviços de Atendimento de Centro Pop	População Censo IBGE 2010	Psicólogos ativos no CRP-06	Psicólogos que atuam com Centro POP	Psicólogos /1.000 Habitantes
31	23.581.410	56.092	47	0,001
Quantidade de Serviços de Centro Pop	34			

Fontes: Conselho Regional de Psicologia 6ª região – CRP 06
 Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP
 Censo SUAS 2013 <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social>
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social

Mapa 2: Mapa do Estado de São Paulo, com destaque para todos os municípios que contêm serviços de Acolhimento. Em todo o Estado, há 1.248 unidades de Acolhimento.

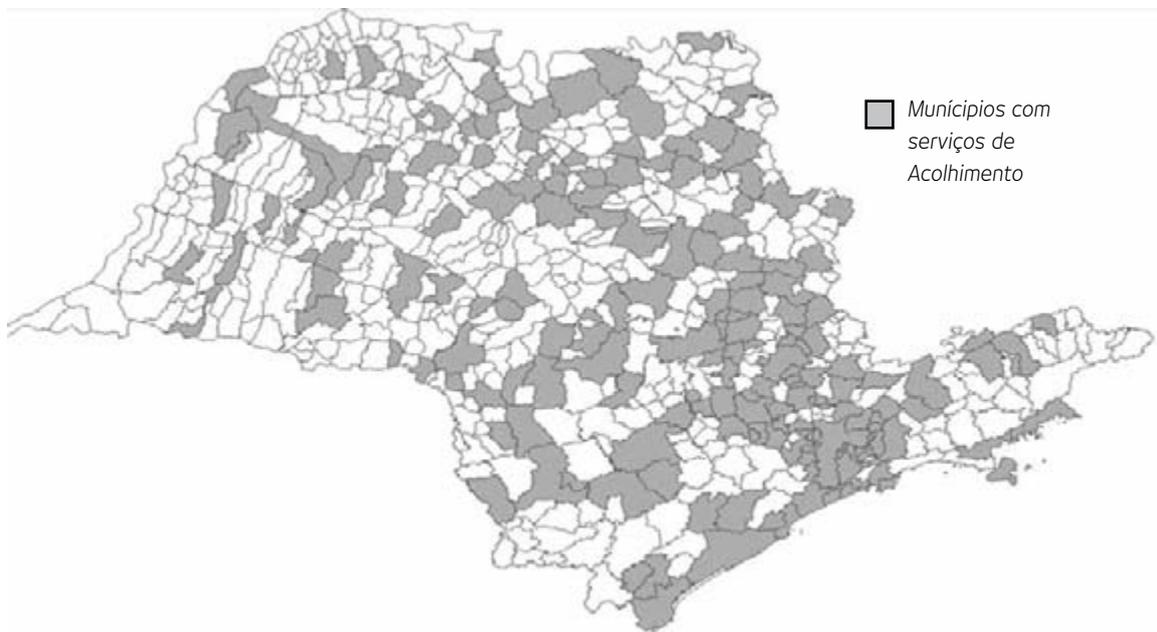


Tabela 3: Dados gerais dos serviços de acolhimento em SP.

Municípios com Acolhimento	População Censo IBGE 2010	Psicólogos ativos no CRP-06	Psicólogos em serviços de acolhimento	Psicólogos /1.000 Habitantes
321	37.834.431	75.152	890	0.02
Quantidade de Serviços de Acolhimento em todos os Municípios	1.247			

Fontes: Portal do MDS na página do Censo SUAS 2013

Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – Drads

Mapa 3: Mapa do Estado de São Paulo apresentando os municípios que contêm unidades do CREAS. Em branco, os municípios em que não foram encontrados equipamentos CREAS, segundo dados do Censo SUAS 2013.

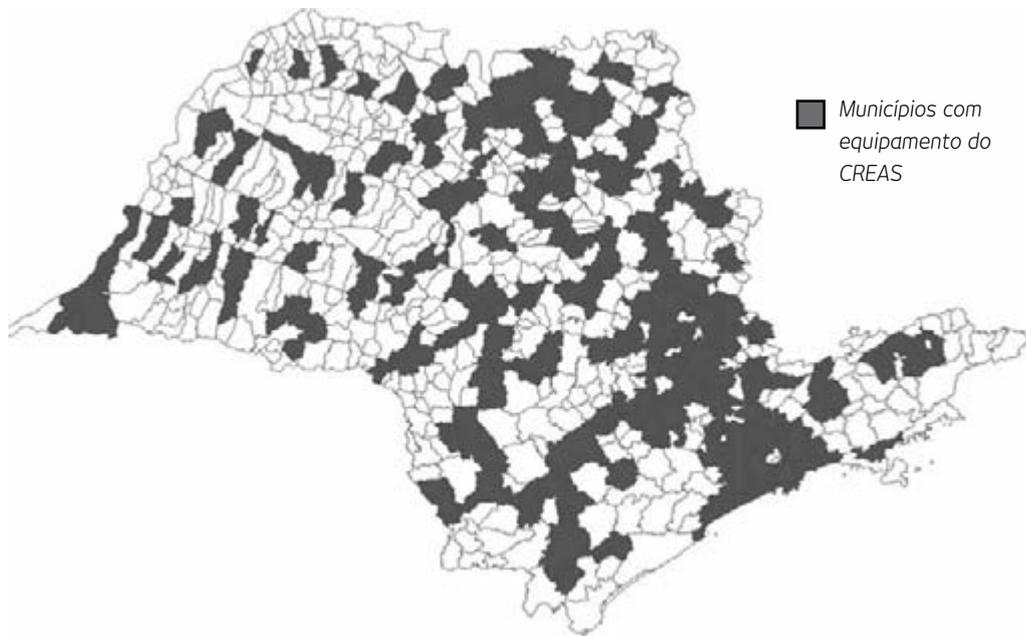


Tabela 4: Dados gerais dos serviços de Creas em SP

Municípios com Censo IBGE 2010	População Censo IBGE 2010	Psicólogos ativos no CRP-06	Psicólogos no Creas	Psicólogos /1.000 Habitantes
192	35.575.462	72.578	612	0.01
Quantidade de Serviços de CREAS em todos os Municípios	230			

Fontes: Portal do MDS na página do Censo SUAS 2013
 Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – Drads

Mapa 4: Mapa do Estado de São Paulo apresentando os municípios que contêm unidades do CRAS. Em branco, os municípios em que não foram encontrados equipamentos do CRAS, segundo dados do Censo SUAS 2013.

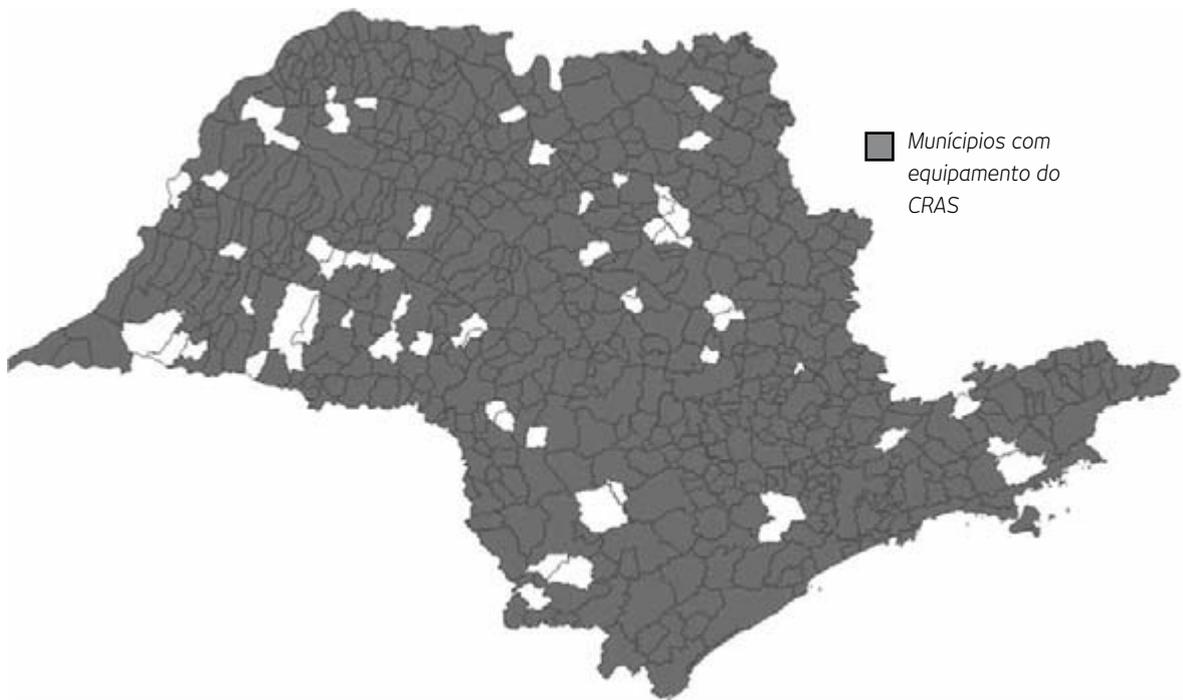


Tabela 5: Dados gerais dos serviços de Cras em SP

Municípios com CRAS	População Censo IBGE 2010	Psicólogos ativos no CRP-06	Psicólogos no Cras	Psicólogos /1.000 Habitantes
584	41.564.026	76.866	1.076	0.02
Quantidade de Serviços de Acolhimento em todos os Municípios	976			

Fontes: Conselho Regional de Psicologia 6ª região – CRP 06
 Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP
 Censo SUAS 2013 – <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social>
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Propostas para a X Conferência de Assistência Social e suas etapas preparatórias

A X Conferência Nacional de Assistência Social sob o tema **Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026** foi realizada de 7 a 10 de dezembro de 2015 em Brasília. A etapa da X Conferência Estadual de Assistência aconteceu entre 6 e 8 de outubro de 2015, em Águas de Lindoia, São Paulo. As etapas municipais das Conferências de Assistência Social aconteceram entre maio e setembro de 2015. Por iniciativa e deliberação da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, foi realizada a I Conferência Livre de Assistência Social de Âmbito Estadual, realizada em 06 e 07 de novembro de 2015, em São Paulo, com participação e apoio de fóruns, movimentos sociais e entidades profissionais, como o CRP SP.

As Conferências de Assistência Social em 2015 focalizaram cinco dimensões:

1. Dignidade humana e justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo
2. Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS
3. Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS público, universal, republicano e federativo.
4. Qualificação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo
5. Assistência social é direito no âmbito do pacto federativo

Após a realização do 3º Seminário Estadual sobre Psicologia e Assistência Social, o CRP SP reuniu e sistematizou questões e sugestões registradas pelos(as) participantes para as Con-

ferências de Assistência Social, junto com outras sugestões levantadas nos debates sobre a Assistência Social com coletivos de psicólogas(os) mobilizados nas Subsedes e na Sede Metropolitana. As sugestões reunidas e sistematizadas foram aproveitadas como referências para discussões e propostas para a X Conferência Nacional de Assistência Social e suas etapas preparatórias de âmbito estadual e municipal, bem como, nesta edição, a Conferência Livre. As sugestões foram organizadas de acordo com as dimensões previstas pela metodologia da Conferência Nacional, referência também para suas etapas preparatórias. As propostas serviram de importante material de apoio para a campanha "Psicologia todo dia, em todo lugar, no SUAS, por uma sociedade mais democrática e igualitária!", com o propósito de mobilizar em conjunto com a categoria a participação política protagonista, propositiva e efetiva de psicólogas e psicólogos e todas as etapas da conferência. O CRP SP viu contribuir e participar junto com a categoria da psicologia nos debates e no aprimoramento da Assistência Social. 🌐

Observação: Para consulta do documento produzido pelo CRP em sua íntegra, consulte o site do CRP SP:



www.crsp.org.br/arquivos/fotos_cas.pdf

Realização:



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP